



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

Radiografia do Novo Congresso

Legislatura
2007 - 2011



Série Estudos Políticos é uma publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, novembro de 2006.

FICHA TÉCNICA

Supervisão da Publicação

Ulisses Riedel de Resende

Coordenação-Geral e Análise

Antônio Augusto de Queiroz

Coordenação Editorial e Revisão

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson de Sá Alves

Antônio Augusto de Queiroz

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Viviane Ponte Sena

Organização e Pesquisa

André Luis dos Santos

Iva Cristina de Sant'ana

Lilian Tiemann

Foto da Capa

Agência Senado

Diagramação, Editoração Eletrônica e Arte

F4 Comunicação

Fone: (61) 3321-8200

Impressão

Stephanie - Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem

10 mil exemplares

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.
Solicita-se envio de exemplar ou cópia para os editores.

Edição nº 4, Ano IV - 2006

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP
SBS Quadra 1 - Ed. Seguradoras - Salas 301 a 307 - Brasília/DF
Fones: (61) 3225-9704/9744 - Fax: (61) 3225-9150

Página: www.diap.org.br - Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

O que é o **DIAP**

O DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical.

O QUE FAZ

- Monitora a tramitação legislativa de emendas constitucionais, projetos de lei, substitutivos, emendas, pareceres, requerimentos de informação e discursos parlamentares de interesse da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular;
- Presta informações sobre o andamento e possíveis desdobramentos das matérias monitoradas por intermédio de relatórios e demais veículos de comunicação do DIAP, notadamente a Agência, o Boletim e o Jornal;
- Elabora pareceres, projetos, estudos e outros documentos para as entidades filiadas;
- Identifica, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, e elabora seu perfil político;
- Promove pesquisa de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso em relação às matérias de interesse dos trabalhadores;
- Organiza base de dados com resultados de votações;
- Produz artigos de análise política, edita estudos técnicos, políticos e realiza eventos de interesse do movimento social organizado;
- Mapeia os atores-chave do processo decisório no Congresso Nacional;
- Fornece os contatos atualizados das autoridades dos Três Poderes;
- Monta estratégias com vistas à aprovação de matérias de interesse das entidades sindicais.

COMO É ESTRUTURADO

O comando político-sindical do DIAP é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembléia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Operacionalmente, o DIAP possui em sua estrutura uma Diretoria Técnica, recrutada em seu quadro funcional, que atua junto à Diretoria Executiva, cujas funções consistem em coordenar as reuniões de técnicos e consultores, emitir pareceres, monitorar projetos, atuar junto aos parlamentares e assessorar as entidades sindicais.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- decisões democráticas;
- atuação suprapartidária;
- conhecimento técnico;
- atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário.

Conselho Diretor do DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)

Fernando Cláudio Antunes Araújo (UNACON)

João Batista da Silveira (SAAE/MG)

Wellington Teixeira Gomes (FITEE)

Lúcio Flávio Costa (Fed. Bras. Adm.)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente: Ezequiel Souza Nascimento (SINDILEGIS)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente: Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Tesoureiro

José Carlos Perret Schulte (CNTC)

Suplente: José Caetano Rodrigues (CNTS)

Conselho Fiscal

Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)

José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Suplentes: Aramis Marques da Crus (Sindicato Nacional dos Moedeiros)

Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RJ)

Joaquim Domingues Carneiro Neto (SENALBA/SC)

Apresentação

É com satisfação que o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP lança a Radiografia do Novo Congresso, uma publicação da série Estudos Políticos, que registra e analisa o processo eleitoral, pontuando seu eixo central e suas principais características, traça um perfil socioeconômico da Câmara e do Senado Federal, além de relatar detalhadamente a situação de cada um dos atuais e novos parlamentares em suas respectivas unidades da Federação.

A partir de informações qualitativas e quantitativas, a equipe do DIAP oferece à sociedade em geral e às lideranças sindicais em particular um verdadeiro mapa do Poder Legislativo. Neste número da série estudos políticos, o leitor encontrará informações sobre os índices de renovação das duas Casas do Congresso, conhecerá a dança das cadeiras, saberá quem ganhou e quem perdeu em termos partidários, identificará os parlamentares mais influentes que chegam ao Parlamento brasileiro, terá informações sobre os parlamentares eleitos com seus próprios votos, além da agenda prioritária do governo que depende do Congresso.

Trata-se, portanto, de uma publicação de referência, que será de grande utilidade para todos aqueles que se interessam pelo processo político e eleitoral do país, notadamente pela profunda análise que é feita das eleições majoritárias (presidente, governadores e senadores) e proporcionais (deputados federais, estaduais e distritais).

Por último, registro que o estudo Radiografia do Novo Congresso, publicado desde 1990 sob a forma de boletim especial, está em sua 2ª edição no formato de caderno, portanto, com status de publicação específica, dentro da série Estudos Políticos. Com isto, ganhou um novo modelo cujas vantagens vão desde uma melhor apresentação gráfica, passando por maior durabilidade da publicação, até um maior conforto no manuseio. Boa leitura!

Brasília-DF, novembro de 2006.

Celso Napolitano
Presidente do DIAP

Agradecimentos

À equipe que trabalhou e colaborou com este caderno, desde o acompanhamento das atividades parlamentares, organização e sistematização dos dados até a redação dos textos finais.

Aos colegas do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, nosso diretor de Documentação, Viviane Ponte Sena, Marcos Verlaine, Alysson de Sá Alves, André Luis dos Santos, Iva Cristina de Sant'Ana de Almeida e Lilian Tiemann pelo empenho, garra e profissionalismo demonstrados.

Às entidades que incentivaram e apoiaram esta publicação, especialmente a ANABB, ANAMATRA, ANAPE, ANFIP, ANPAF, CNTE, CNTI, CNTS, CONTRATUH, CSPB, FENAFISCO, FENAFISP, FEPESP, FNE, MOSAP, SINAIT, SINDAF-DF, SINDILEGIS, SINDIRECEITA, SINPROFAZ e SINPRO-SP.

Aos especialistas e profissionais que leram, criticaram e apresentaram sugestões, especialmente o advogado, administrador público e diretor executivo da consultoria política Arko Advice, Rômulo Castelo Branco Osório, e o jornalista e analista da Arko Advice, Marcos Augusto de Queiroz.

Aos funcionários da Câmara e do Senado, sempre abertos ao fornecimento de informações que contribuam para a transparência da atuação parlamentar.

Aos funcionários do DIAP, que colaboraram com este esforço de produção, e à profissional de programação visual e formatação de textos, Fernanda Me-deiros da Costa, pela preciosa consultoria para edição do material.

Finalmente, um agradecimento especial ao nosso Superintendente, companheiro Epaminondas Lino de Jesus, pelo incentivo e apoio ao trabalho de equipe do DIAP, bem como pela contribuição e dedicação na busca dos meios para viabilização deste trabalho.

Celso Napolitano
Presidente

Ulisses Riedel de Resende
Diretor Técnico

Sumário

Análise global das eleições gerais	9
Eleições majoritárias sinalizam novos tempos	9
Reeleição do presidente Lula: um crônica anunciada	11
Relação Executivo - Legislativo	12
Perfil socioeconômico da futura Câmara	14
Nova Câmara por partido e profissão	15
A dança das cadeiras na nova composição da Câmara	20
Funcionamento parlamentar: o desafio dos pequenos partidos	23
Reeleição para a Câmara por partido e estado.....	23
O mapa do poder no novo Congresso - quem ganhou e quem perdeu	26
Bancadas informais no Congresso	31
Agenda de reformas do segundo Governo Lula no Congresso	34
Sobre o conteúdo da agenda de reformas do segundo mandato.....	35
Perfil das bancadas eleitas por Estado.....	37
Senado renova um terço de suas vagas.....	73
Correlação de forças na nova configuração partidária do Senado.....	73
Perfil socioeconômico do novo Senado	74
Nova composição do Senado Federal por estado.....	76
ANEXOS	79
Deputados que atingiram o quociente eleitoral	79
Futura composição da Câmara dos Deputados por ordem alfabética.....	81
Futura composição do Senado Federal por ordem alfabética.....	86



Análise global das eleições gerais

Mais transparência e ética, o recado das urnas

Apesar da campanha monótona no 1º turno, pela inexistência de um eixo claro e de candidaturas de centro competitivas, as eleições de 2006 lançaram luzes sobre os desejos, anseios e expectativas dos eleitores em relação a temas como funcionamento das instituições, economia, padrão ético e políticas sociais. O eleitor, além de aprovar o trabalho de instituições como Ministério Público, Polícia Federal e Controladoria-Geral da União, apoiou a continuidade da estabilidade monetária, da responsabilidade fiscal, do crescimento econômico e da ampliação dos programas sociais, mas exigiu mudanças de métodos de gerência governamental e mais transparência e ética.

Eleições majoritárias sinalizam para novos tempos

O processo eleitoral de 2006, influenciado pela crise política e pelas mudanças na legislação eleitoral e partidária, prejudicou o debate de idéias e programas dos candidatos, inclusive nos Estados, e deslocou o eixo da eleição para questões ético-morais, com a conseqüente valorização da denúncia como arma política. Por isso, sabiamente, o eleitor, no plano federal e em dez unidades da Federação, preferiu não dar procuração em branco, transferindo a decisão para o 2º turno para conhecer melhor o pensamento, as idéias e programas dos candidatos.

A crise

A crise política, uma das mais longas da história recente do País, afetou fortemente a capacidade de funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo, com reflexos negativos sobre a imagem das instituições, em particular do Congresso.

O Congresso ficou praticamente paralisado e o presidente da República foi privado de seus mais importantes colaboradores, afastados do Governo em razão dos episódios centrais da crise, muitos de natureza ético-moral.

Um rápido balanço do resultado da crise política no Congresso pode dar uma idéia de sua dimensão: i) seis renúncias de deputados, ii) três cassações, iii) onze absolvições, além da abertura de quase uma centena de processos contra deputados e senadores.

No Poder Executivo, em que pese o presidente da República ter sido “perdoado”, a crise foi

avassaladora, afastando do Governo ministros, presidentes e diretores de instituições e empresas, como Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Casa da Moeda e Furnas, além de dirigentes partidários e até coordenadores de programa de governo.

Mudanças eleitorais e partidárias

Três mudanças nas regras eleitorais afetaram os arranjos e composições políticas para o pleito de 2006, seja em razão de nova legislação, seja por interpretação do Tribunal Superior Eleitoral.

A interpretação do Tribunal Superior Eleitoral, que manteve a verticalização quando todos davam como extinta em razão da promulgação da Emenda à Constituição 52/2006, obrigou os partidos políticos a rever suas estratégias de campanha, reformulando as alianças nos planos estadual e nacional.

A vigência da cláusula de barreira (criada pela Lei dos Partidos Políticos, de nº 9.096/1995), que condiciona o funcionamento parlamentar à obtenção cumulativa de 5% de votos válidos para a Câmara dos Deputados e de 2% em pelo menos nove estados (um terço das unidades da Federação), forçou muitos partidos a priorizarem a eleição proporcional.

As mudanças nas regras da campanha eleitoral de 2006 (Lei nº 11.300/2006), apesar de seus méritos em relação à redução de despesas, à prestação de contas e ao combate ao abuso do poder econômico, limitaram a divulgação aos santinhos e ao horário eleitoral, proibindo o outdoor, os pequenos brindes e o showmício.

Ausência de debate programático

A ausência de candidatura de centro com viabilidade eleitoral praticamente deixou o eleitor na contingência de escolher entre a continuidade do presidente Lula, do PT, e o retorno do PSDB, com a eleição de Geraldo Alckmin. A população não estava plenamente satisfeita com o primeiro nem sentia saudade do segundo, fato que tornou a eleição um pouco monótona e dificultou o debate de propostas.

Os candidatos intermediários, Heloísa Helena e Cristovam Buarque, não conseguiram quebrar a polarização PSDB x PT. A candidata do PSOL, a grande novidade da campanha, apresentou um discurso muito radicalizado e foi contra tudo que estava aí. O candidato do PDT foi monotemático, tendo como bandeira única a educação, e explorou pouco sua capacidade intelectual.

O candidato do PSDB adotou como estratégia priorizar as denúncias contra o governo, o PT e o comando de campanha do presidente Lula, enquanto este teve como estratégia associar a campanha anti-corrupção de seu adversário ao preconceito contra um operário na Presidência da República, contribuindo igualmente para a ausência de debate programático.

2º turno como sabedoria do eleitor

O sufrágio presidencial em 2º turno, uma oportunidade para o debate de programas de governo, foi um gesto de sabedoria política do eleitor, pois evitou a divisão do país, caso tivesse havido vitória em 1º turno com pequena margem de votos.

A decisão em 2º turno trouxe pelo menos três importantes contribuições ao país: i) conferiu maior legitimidade à reeleição do presidente Lula ao mesmo tempo em que recomendou mais humildade ao grupo que permanece no poder, ii) retirou da oposição o ímpeto de questionar o resultado eleitoral e reduziu a tentação golpista de pedir o impedimento do presidente, sob o fundamento de que teria fraudado a manifestação de vontade dos eleitores, e iii) contribuiu para pacificar o povo, evitando confronto entre as forças de oposição e situação, entre ricos e pobres, e entre regiões.

O recado das urnas

O resultado das urnas sinalizou a continuidade do aperfeiçoamento das instituições, que vem cres-

cendo desde a Constituição de 1988, começando pela recuperação das prerrogativas do Congresso, passando pelas novas atribuições do Ministério Público da União até a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, arrecadados compulsoriamente da população.

Nas duas gestões do Governo do presidente Fernando Henrique houve avanços importantes que contribuíram para maior transparência e combate à corrupção, como, por exemplo: i) a lei que permite o cruzamento de informações sobre movimentação financeira com as declarações de imposto de renda, ii) a lei que autoriza a quebra administrativa, pela Receita Federal, dos sigilos fiscal e bancário para efeito de combate ao tráfico e à sonegação de tributos, iii) a instituição da consulta pública sobre leis, decretos e regulamentos, iv) a Emenda à Constituição que limita a imunidade parlamentar a opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, v) a lei complementar que pune, penal e civilmente, o administrador público que não se comportar com responsabilidade fiscal, vi) a ampliação do acesso ao Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - SIAFI, que disponibiliza informações sobre todas as compras e despesas do governo via Internet.

No Governo do presidente Lula, além da consolidação dos mecanismos mencionados, foram criados outros muito importantes: a) a emenda à Constituição que tratou da Reforma do Judiciário e criou o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e acabou com o nepotismo no Poder Judiciário; b) as novas atribuições da Controladoria-Geral da União, que passou a fiscalizar a aplicação dos recursos da União repassados aos Estados e Municípios, c) a total independência e autonomia funcional do Ministério Público da União, cujo titular passou a ser eleito pelos integrantes da carreira, d) a liberdade de atuação da Polícia Federal, que age com autonomia funcional, e e) o fortalecimento do Governo eletrônico e as compras via leilão eletrônico, entre outros.

Foi graças à combinação do uso desses instrumentos institucionais, das comissões parlamentares de inquérito e da liberdade de imprensa que escândalos, antes não detectados, vieram ao conhecimento da opinião pública, deixando todos indignados e com a sensação de aumento da corrupção, quando, na verdade, houve aumento da transparência. O próximo passo, exigido pela sociedade e também pelo Parlamento, será a mudança dos Códigos de Processo para impedir recursos protelatórios e acelerar



o julgamento e punição dos culpados em crimes contra a administração pública, já que a mudança cultural de rejeitar a corrupção ficou evidente na repulsa da população a quase totalidade dos administradores e parlamentares comprovadamente envolvidos em escândalos.

Aprovação à estabilidade monetária

Outra sinalização das urnas diz respeito à defesa da estabilidade dos preços como patrimônio do povo brasileiro, a ponto de os programas dos dois candidatos que disputaram o 2º turno não terem divergências sobre controle da inflação, custo da cesta básica, redução dos juros e da carga tributária e necessidade de acelerar o crescimento econômico, com distribuição de renda.

Entre as demandas do eleitorado, além dos te-

mas clássicos, como segurança, saúde, educação e infra-estrutura, o que mais orientou os votos foram as questões econômicas, sociais e éticas. Os eleitores se dividiram por prioridades. A classe média priorizou a demanda por ética, os pobres a ampliação dos programas sociais de transferência de renda, controle da inflação e baixo custo da cesta básica, enquanto os ricos exigiram redução dos gastos do governo, rigor fiscal e redução da carga tributária.

Conclusão

O recado do eleitor, portanto, foi claro. Apoio à continuidade da estabilidade monetária, à responsabilidade fiscal, ao crescimento econômico e à ampliação dos programas sociais, mas com a exigência de mudanças de métodos de gerência governamental, com transparência e ética.

Reeleição do presidente Lula: uma crônica anunciada

A perspectiva de reeleição do presidente Lula já era esperada, pelas seguintes razões: i) altos índices de popularidade do presidente e de seu governo, ii) apoio incondicional dos beneficiários do programa Bolsa-Família, iii) ausência de candidatura competitiva de centro, iv) falta de unidade da oposição e v) temor de que um eventual governo Alckmin retomasse a agenda econômica (privatização) e de arrocho social de FHC.

A surpresa ficou por conta da eleição ter sido decidida em 2º turno, por erros da coordenação de campanha do Governo, entre os quais a ausência do presidente ao primeiro debate na Rede Globo e a divulgação das fotos do dinheiro apreendido, supostamente destinado à compra do dossiê contra os tucanos, fortemente exploradas pela mídia. O sentimento predominante era de que, apesar da crise política, das denúncias de incapacidade gerencial e de desvios ético-morais de integrantes da equipe governamental, a eleição seria resolvida em favor do presidente Lula ainda no 1º turno.

A convicção da reeleição em 1º turno, além das pesquisas eleitorais, decorria de vários fatores, que iam desde a confortável situação econômica do País, passando pelas realizações sociais do governo até o carisma do presidente Lula.

Na economia, por exemplo, o Governo do presidente Lula manteve praticamente a mesma política do governo anterior, baseada no controle

da inflação, na flutuação do câmbio e na definição de metas de superávits primários, mas também contou com o fator sorte em virtude do aumento do crescimento econômico mundial e da ausência de crises internacionais.

Ao contrário de FHC, que enfrentou as crises da Ásia, da Rússia, do México e da Argentina, o Governo do presidente Lula navegou em “céu de brigadeiro”, sem nenhuma crise externa que afetasse a economia nacional. Com isso, houve crescimento econômico, expansão das exportações, geração de empregos, diminuição das vulnerabilidades externas, aumento da arrecadação e, no último ano do governo, aceleração da redução das taxas de juros.

Na área social, graças à estabilidade econômica, o presidente teve condições de beneficiar os mais pobres com programas como o microcrédito, o crédito à agricultura familiar, o crédito consignado para aposentados, o Prouni, o Estatuto do Idoso, o Bolsa-Família, além do aumento real do salário mínimo. Para a classe média, além da atualização da tabela do imposto de renda e do dólar baixo, o Governo deu reajuste para os servidores públicos, reduziu as taxas de juros e moderou os aumentos das tarifas públicas.

No plano político, além do carisma pessoal, o Presidente contou com as seguintes vantagens: a) foi candidato a sua própria sucessão; b) disputou no exercício do mandato; c) deu perfil técnico à campanha, mostrando as realizações econômicas

e sociais do governo, comparando-as às do governo anterior, e evitando temas ético-morais; d) teve apoio incondicional dos beneficiários do Bolsa- Família; e) não foi pessoalmente atingido pela crise ética de seu partido e de parcela do seu Governo (conseguiu separar o Governo de sua pessoa); e f) anunciou uma série de medidas de última hora de interesse do setor empresarial e da classe média.

Além de explorar os aspectos mencionados, o 2º turno da campanha foi mais criativo, com *slogans* de forte apelo, como “não troque o certo pelo duvidoso” e, principalmente, o “deixa o homem trabalhar”. Como os programas dos dois candidatos, exceto quanto ao tamanho da máquina pública e ao gasto social, eram muito parecidos, os *slogans* de campanha de Lula calaram fundo junto aos eleitores, passando a imagem de que o adversário, além de não trazer novos benefícios à população, estava atrapalhando.

O candidato do PSDB, ex-governador Geraldo Alckmin, por sua vez, escolheu como motes de campanha o que considerava vulnerável no Governo Lula e no PT: a) coerência política, b) competência administrativa, e c) honestidade.

A campanha tucana limitou-se a três pontos: a) explorar suposta competência gerencial, mostrando as realizações de Alckmin no Governo de São Paulo, b) prometer redução de impostos, corte de gasto, e, principalmente, c) denunciar incoerência e desvios ético-morais do PT e do Governo do presidente Lula.

Os programas de governo dos dois candidatos (PSDB e PT) eram coincidentes na área econômica e parecidos na área social, pelo menos no plano retórico. Ambos defendiam: i) estabilidade monetária, com controle da inflação e baixo custo da cesta básica, ii) crescimento econômico, com geração de emprego e renda, iii) inclusão social (programas de transferência de renda), iv) responsabilidade fiscal, e v) redução das vulnerabilidades externas.

As vantagens da candidatura de Geraldo Alckmin eram: i) a experiência administrativa, com 12 anos no Governo de São Paulo; b) a desvinculação política do grupo de FHC, já que pertencia ao grupo político de Mário Covas, crítico da política econômica do governo tucano; c) o apoio do setor produtivo, do mercado financeiro e do agronegócio; d) um razoável domínio dos problemas nacionais, que tentou apresentar de forma didática, e e) a imagem de homem simples, tranqüilo e religioso.

Num ambiente político em que a população não estava plenamente satisfeita com o governo do presidente Lula nem sentia saudade do governo do PSDB, a tendência natural do eleitor seria a de analisar os perfis, programas, posturas, comportamentos e, racionalmente, eleger aquele que considerasse o menos pior ou menos prejudicial aos seus interesses. Como as vantagens comparativas do candidato Lula eram maiores, por seu carisma e realizações na área social e na manutenção da estabilidade monetária, o eleitor optou por “não trocar o certo pelo duvidoso”.

Relação Executivo-Legislativo

A relação Executivo - Legislativo, no 2º mandato do presidente Lula, apesar de uma oposição menos disposta a cooperar, tende a ser equilibrada, dentro das regras democráticas, e pautada pela negociação, sem risco para a governabilidade.

O desempenho do Governo, entretanto, dependerá da superação dos seguintes desafios: i) organizar um ministério renovado, ii) montar uma base consistente de sustentação no Legislativo, e iii) negociar a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

Para enfrentar esses desafios, o presidente contará com os três recursos clássicos do presidencialismo de coalizão: compartilhar a gestão do aparelho de Estado, com a distribuição de cargos; negociar o conteúdo da política pública; e liberar recursos do orçamento, por emendas, liberalidade ou convênio com os demais entes federativos.

O governo do presidente Lula, considerando a correlação de forças no Congresso, reúne todas as condições para formar uma maioria consistente na Câmara e uma maioria relativa no Senado, sem cair na aventura de buscar hegemonia a qualquer preço para o seu partido, como aconteceu no primeiro mandato.

Reforma ministerial

O presidente terá o desafio de formar uma equipe que seja tecnicamente preparada, ética e moralmente inquestionável, politicamente respaldada e geograficamente e partidariamente representativa.

No 2º mandato, diferentemente do 1º, o presidente Lula não delegará ao PT a tarefa de negociar e recrutar os quadros para o Poder Executivo. Essa será uma tarefa do próprio presidente, que poderá



contar com o auxílio do coordenador político do Governo e da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O novo ministério, a julgar pela vontade do presidente Lula, aproveitará os atuais colaboradores com gabinete no Palácio do Planalto, será menos petista, menos paulista e mais amplo do ponto de vista partidário e regional, com uma maior participação do PMDB e dos setores produtivos.

Apoio no Congresso

O Congresso Nacional passou por uma grande renovação e terá uma nova conformação partidária, ainda que os partidos sejam praticamente os mesmos que deram apoio ao presidente Lula no primeiro mandato.

A nova correlação de forças resultará não apenas das eleições, mas também das fusões, incorporações e migrações que ocorrerão por força da cláusula de barreira, que deixou 14 dos 21 partidos que elegeram deputados sem direito a funcionamento parlamentar.

Em princípio, entretanto, o presidente Lula contará na Câmara dos Deputados com os partidos de sua aliança eleitoral (PT, PCdoB, PRB) e poderá incorporar à coalizão de sustentação o PSB, PMDB, PP, PTB, PL e PSC, totalizando 307 deputados. Poderá, ainda, atrair o PV e eventualmente o PDT, que somariam mais 37 votos, podendo chegar a 344.

No Senado, a base do presidente Lula contará, além do PT (10), PCdoB (2) e PRB (1), com o PMDB (18), PTB (4) PSB (3), PL (3), PP (2) e PRTB (1), totalizando 44 senadores, sem contar os arranjos que poderão ocorrer em razão das fusões e incorporações por força da cláusula de barreira, além da possibilidade de atração do PDT, com mais cinco senadores.

O presidente está consciente de que a aprovação de matéria constitucional depende de amplo entendimento com a oposição. Por isto pretende um consenso sobre os enunciados, já que o conteúdo e a formatação final será resultado da negociação que necessariamente acontecerá no interior do Parlamento. Nada em matéria constitucional será aprovada sem ampla negociação com a oposição.

O padrão de comportamento da oposição no 2º mandato não será muito diferente do 1º: i) dará apoio consistente sempre que houver coincidência de agenda, como nos casos da lei de falência e

da desregulamentação do sistema financeiro, ii) apoiará de modo condicionado os temas com custos concentrados, como nas votações das reformas da previdência e tributária, e iii) fará oposição nas matérias consideradas eleitoreiras ou que favoreçam apenas a situação, como nos casos de criação de órgãos e cargos e de reajustes do salário mínimo e dos aposentados.

Presidentes da Câmara e do Senado

Contar com aliados nas presidências das duas Casas do Congresso (Câmara e Senado) é crucial para a governabilidade do presidente da República. Trata-se dos postos-chave do processo legislativo, sem o controle dos quais o chefe do Poder Executivo fica sujeito a toda ordem de constrangimentos.

O presidente Lula, entretanto, necessitará da boa vontade do PMDB para eleger os presidentes da Câmara e do Senado. É que o partido fez a maior bancada na Câmara e, por tradição, ele deveria indicar o presidente desta Casa. No Senado, o Governo não dispõe de nome fora do PMDB para vencer o PFL, que elegeu a mesma bancada que o PMDB, 18 senadores.

Como é praticamente impossível o PMDB eleger os presidentes das duas Casas, a única solução para evitar o risco de perder a presidência do Senado para a oposição seria o PMDB continuar com a presidência do Senado e entregar a presidência da Câmara a outra agremiação partidária da base aliada, como o PT, PCdoB ou PSB.

Para a presidência do Senado, o PMDB provavelmente apoiaria a reeleição de Renan Calheiros (AL) ou o retorno de Sarney ou, alternativamente, Jarbas Vasconcelos (PE), desde que assumisse a defesa do Governo Lula. No caso de o partido ficar com a presidência da Câmara, os mais cotados seriam os deputados Eunício Oliveira (CE) e Geddel Vieira Lima (BA).

Já na hipótese de o PMDB ceder a presidência da Câmara em troca de continuar presidindo o Senado, os nomes mais lembrados são, respectivamente, os dos deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP), Aldo Rebelo (PCdoB/SP) e Ciro Gomes (PSB/CE).

Em conclusão, pode-se afirmar que não haverá a “concertação” desejada pelo Governo nem a revanche almejada por setores oposição; o clima será de entendimento, especialmente com a mediação dos governadores, e a governabilidade não correrá risco.

Perfil socioeconômico da futura Câmara

O DIAP, após exaustivo levantamento, mapeou o perfil socioeconômico dos deputados eleitos em 2006. Pelo mapeamento, concluiu que a futura Câmara dos Deputados será composta predominantemente por deputados com graduação superior, com idade entre 30 a 60 anos, com experiência política anterior em cargo público, com formação em profissões liberais e fonte de renda não-assalariada. Diferentemente da conformação partidária, que pouco mudou, o perfil socioeconômico poderá alterar o comportamento político e ideológico da nova Câmara.

Em termos de escolaridade, a futura Câmara será das mais instruídas. Pelo menos 413 (80,5%) dos 513 deputados têm curso superior completo. Em relação aos demais (100), pelo menos 37 (7,2%) têm formação superior incompleta; 51 (10%) cursaram o ensino médio; e 12 (2,3%) o ensino fundamental. A julgar pelo grau de instrução, a Câmara não fica nada a dever aos Paramentos de países mais desenvolvidos culturalmente.

No quesito idade, a Câmara também pode ser vista como experiente, considerando que 493 deputados têm idade superior a 31 anos. De acordo com a faixa etária, o DIAP identificou 20 deputados com idade entre 21 e 30 anos; 229 com idade entre 31 e 50 anos; 172 com idade entre 51 e 60 anos; e 92 com idade superior a 61 anos.

Apesar da elevada renovação, da ordem de 47%, na verdade houve uma circulação no poder. Dos 243 novos deputados, assim classificados aqueles que não foram reeleitos, pelos menos 200 deles já exerceram algum mandato ou cargo público em algumas das três esferas de governo (federal, estadual ou municipal) ou em algum dos poderes Legislativo e Executivo.

Os efetivamente novos, entendidos como aqueles que nunca exerceram qualquer função pública, estão restritos a três categorias de eleitos: os comunicadores (apresentadores de TV, radialistas, artistas e cantores), os bispos e pastores evangélicos e, finalmente, os parentes de políticos tradicionais.

Em termos de profissão, a categoria que lidera a composição da futura Câmara é formada por profissionais liberais. São 265 ao todo, sendo 87

advogados, 54 médicos, 47 engenheiros, 20 economistas, 15 administradores, 10 jornalistas, 6 contabilistas, 4 sociólogos, 3 arquitetos, 3 assistentes sociais, 3 farmacêuticos, 3 médicos-veterinários, 2 cirurgiões-dentistas, 2 geólogos, 2 historiadores, 1 fisioterapeuta, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 biomédico e 1 representante comercial.

A segunda maior representação na Câmara é formada pelos empresários, no total de 120, distribuídos do seguinte modo: 96 urbanos, sendo 82 empresários, 11 comerciantes e 3 industriais, mais 24 produtores rurais, sendo 9 empresários, 8 pecuaristas, 6 agropecuaristas e 1 cacauicultor.

O terceiro grupo profissional é constituído por assalariados urbanos, incluindo os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, que somam 88 deputados. Por ocupação, eles estão assim distribuídos: 32 professores, 22 servidores públicos, 9 radialistas, 5 bancários, 3 delegados, 2 policiais, 2 técnicos em edificações, 2 promotores de justiça, 1 comerciário, 1 militar, 1 procurador de Justiça, 1 procurador de estado, 1 gerente, 1 técnico em contabilidade, 1 inspetor de polícia, 1 analista financeiro, 1 técnico agropecuário e 1 defensor público.

O quarto grupo é constituído por operários urbanos e rurais, no total de 19, assim distribuídos: 7 metalúrgicos, 7 agricultores, 1 técnico químico, 1 técnico em telecomunicações, 1 técnico em artes gráficas, 1 ferroviário e 1 industriário.

O quinto e último grupo é de natureza diversa, formado por 1 deputada de profissão indeterminada, 5 estudantes, 3 bispos evangélicos, 2 cantores, 2 padres, 2 sacerdotes, 2 líderes comunitários, 1 especialista em política de segurança pública, 1 atleta, 1 teólogo e 1 músico.

Regionalmente, três aspectos chamam a atenção na nova composição da Câmara. O primeiro é o fato de o PSDB, partido de perfil social-democrata, ter voltado a ser um partido paulista. Em São Paulo, o partido elegeu um quarto de sua bancada na Câmara. O segundo é a constatação de que o PFL também manteve concentração estadual, sendo a Bahia seu principal reduto. E o terceiro é o fato de os estados com forte vocação agrícola terem eleito muitos parlamentares vinculados ao setor, fortalecendo a bancada ruralista.



A conformação ideológica da nova Câmara, a julgar pela formação e fonte de renda, tende a ser menos social-democrata e mais liberal, o que aumenta a pressão por reformas liberalizantes. A redução da bancada de trabalhadores e

o aumento das bancadas de empresários e profissionais liberais, por exemplo, abrem espaço para novas tentativas de propostas em bases neoliberais, como a flexibilização da legislação trabalhista.

Nova Câmara por partido e profissão

Na tabela 1, observa-se que somente 5 partidos - PAN, PCdoB, PRB, Prona e PSOL - todos pequenos, não possuem representação empresarial, incluindo-se nessa categoria os empresários, comerciantes, pecuaristas e agropecuaristas, cacauicultor e industrial. Em números absolutos, os partidos que mais elegeram empresários foram o PMDB, 27; o PFL, 23; o PP, 17; o PSDB, 11; e o PL, 8. Em termos proporcionais, o líder é o PL, com 44,78% de sua bancada.

As profissões liberais estão distribuídas nos principais partidos. Os advogados lideram. Quem mais elegeru advogados foi o PT, com 16; seguido

do PMDB, com 15; do PSDB, com 14; do PFL, com 10; do PP, com 7; e do PSB, com 6. A segunda profissão liberal, a de médicos, também é liderada pelo PT, que elegeru 10; seguido do PSDB, com 8; e do PMDB, com 7. Já engenheiros, o PFL elegeru 10 e o PSDB 9.

Entre os assalariados, o partido que mais elegeru professores foi o PT, com 14. O PT também foi o partido que mais elegeru metalúrgicos, 5 dos 7. Em número de servidores públicos o PT, que elegeru apenas 2, perdeu para o PSDB, que elegeru 6.



Nova Câmara – por profissão

Tabela 1

PROFISSÃO/ATIVIDADE	PAN	PCdoB	PDT	PFL	PHS	PL	PMDB	PMN	PP	PPS	PRB	PRONA	PSB	PSC	PSDB	PSOL	PT	PTB	PTC	PTdoB	PV	TOTAL	%
ADVOGADO		2	3	10		2	15		7	3			6	2	14		16	5	1		1	87	16,96
EMPRESÁRIO			3	16		6	18	1	12	3			1	1	6		3	6	1	1	4	82	15,98
MÉDICO			5	5		2	7		3	3		1	6		8		10	2			2	54	10,53
ENGENHEIRO			1	10		1	11		5	3			1		9		4	1				47	9,16
PROFESSOR		1	1	1		3			1	1			2		3	3	14	1	1			32	6,24
SERVIDOR PÚBLICO	1		3	1			3		2	2			2		6		2					22	4,29
ECONOMISTA				1		2	5		1				2		3		6					20	3,9
ADMINISTRADOR				4		2	3			1			1		2		1				1	15	2,92
COMERCIANTE			1	3	1		2								1			2			1	11	2,14
JORNALISTA		2	1	1			3								1		1				1	10	1,95
EMPRESÁRIO RURAL				2			3		3						1							9	1,75
RADIALISTA			1	3		1	3		1													9	1,75
PECUARISTA				2		1	1	1		1			1					1				8	1,56
AGRICULTOR				1					1								5					7	1,36
METALÚRGICO		1	1														5					7	1,36
AGROPECUARISTA			1				2		2						1							6	1,17
CONTADOR						1	2						1	1							1	6	1,17
BANCÁRIO		1								1							3					5	0,97
ESTUDANTE			2				1							1	1							5	0,97
SOCIÓLOGO		1					1								1		1					4	0,78
PADRE/SACERDOTE						1		1						1			1					4	0,78
ARQUITETO															1		1	1				3	0,58
BISPO EVANGÉLICO				1							1											3	0,58
DELEGADO							1	1							1							3	0,58
FARMACÊUTICO		2											1									3	0,58
INDUSTRIAL						1									2							3	0,58
MÉDICO VETERINÁRIO				1		1	1															3	0,58
ASSISTENTE SOCIAL		1											2									3	0,58
CANTOR														1				1				2	0,39
CIRURGIÃO-DENTISTA										1								1				2	0,39
HISTORIADOR															1		1					2	0,39
POLICIAL				1						1												2	0,39
PROMOTOR DE JUSTIÇA										1					1							2	0,39
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES				1			1															2	0,39
LÍDER COMUNITÁRIO																	2					2	0,39



Nova Câmara – por profissão

PROFISSÃO/ATIVIDADE	PAN	PCdoB	PDT	PFL	PHS	PL	PMDB	PMN	PP	PPS	PRB	PRONA	PSB	PSC	PSDB	PSOL	PT	PTB	PTC	PTdoB	PV	TOTAL	%
GEÓLOGO		1													1							2	0,39
ANALISTA FINANCEIRO				1																		1	0,19
ATELETA														1								1	0,19
BIOMÉDICO															1							1	0,19
CACAUCULTOR						1																1	0,19
COMERCIÁRIO																	1					1	0,19
DEFENSOR PÚBLICO																						1	0,19
ENFERMEIRO															1							1	0,19
ESP. EM POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA						1																1	0,19
FERROVIÁRIO																	1					1	0,19
FISIOTERAPEUTA						1																1	0,19
GERENTE																					1	1	0,19
INDUSTRIÁRIO																						1	0,19
INSPECTOR DE POLÍCIA										1												1	0,19
MILITAR									1													1	0,19
MÚSICO																	1					1	0,19
PROCURADOR DE ESTADO																					1	1	0,19
PROCURADOR DE JUSTIÇA																						1	0,19
PSICÓLOGO																	1					1	0,19
REPRESENTANTE COMERCIAL																						1	0,19
TÉCNICO AGROPECUÁRIO																					1	1	0,19
TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS																	1					1	0,19
TÉCNICO EM CONTABILIDADE							1															1	0,19
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES																	1					1	0,19
TÉCNICO QUÍMICO																	1					1	0,19
TEÓLOGO																						1	0,19
INDETERMINADO												1										1	0,19
TOTAL	1	13	24	65	2	23	89	3	41	22	1	2	27	9	66	3	83	22	3	1	13	513	100

Na tabela 2, observa-se que a região que mais elegeu representante empresarial, em números absolutos, foi a Sudeste, com 36, seguida da Nordeste, com 32. A Região Sul, em termos proporcionais, foi a que mais elegeu, com 27,27% de sua composição de origem empresarial. Além disso, foi a região que mais elegeu empresários da atividade rural.

Em profissões liberais, as regiões recordistas são Sudeste e Nordeste. No Sudeste foram eleitos 30

Tabela 2

PROFISSÃO/ATIVIDADE	REGIÃO NORTE (65)									REGIÃO SUL (77)		
	BRASIL 513	%	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC
ADMINISTRADOR	15							1			1	1
ADVOGADO	87		1				3	1	1	3	8	1
AGRICULTOR	7						2	1		1	1	1
AGROPECUARISTA	6								2			
ANALISTA FINANCEIRO	1											
ARQUITETO	3										1	
ASSISTENTE SOCIAL	2											
ATLETA	1											
BANCÁRIO	5		1									
BIOMÉDICO	1											
BISPO EVANGÉLICO	3											
CACAUICULTOR	1											
CANTOR	2											
CIRURGIÃO DENTISTA	2											
COMERCIANTE	11			1			1				1	
COMERCIÁRIO	1											
CONTADOR	6						1			2		1
DEFENSOR PÚBLICO	1											
DELEGADO	3											
ECONOMISTA	20			1	1					2		1
EMPRESÁRIO	82		2		2	3				10	1	5
EMPRESÁRIO RURAL	9								2	3	1	
ENFERMEIRO	1											
ENGENHEIRO	47		1				2		2	5	1	2
ESP. EM POLÍT. DE SEG. PÚB.	1											
ESTUDANTE	5							1				
FARMACÊUTICO	3				2							
FERROVIÁRIO	1											
FISIOTERAPEUTA	1											
GEÓGRAFO	1											
GEÓLOGO	1											
GERENTE	1											
HISTORIADOR	2											
INDETERMINADO	1											
INDUSTRIAL	3											
INDUSTRIÁRIO	1											
INSPETOR DE POLÍCIA	1											
JORNALISTA	10						1				3	
LÍDER COMUNITÁRIO	2											
MÉDICO	54			1		1	1	1		2	5	1
MÉDICO VETERINÁRIO	3										1	
METALÚRGICO	7										1	
MILITAR	1											
MÚSICO	1											
PADRE	2											
PECUARISTA	8		1					1		2		
POLICIAL	2											
PROCURADOR DE ESTADO	1											
PROCURADOR DE JUSTIÇA	1										1	
PROFESSOR	32		2	2	1	1	1	1	1	1	4	1
PROMOTOR DE JUSTIÇA	2											
PSICÓLOGO	1											
RADIALISTA	9				1	1		1		1		
REPRESENTANTE COMERCIAL	1											
SACERDOTE	2											
SERVIDOR PÚBLICO	23			1	1		2		1			2
SOCIÓLOGO	4			2							1	
TÉCNICO AGROPECUÁRIO	1											
TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS	1						1					
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1						1					
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	2											
TÉC.EM TELECOMUNICAÇÕES	1											
TÉCNICO QUÍMICO	1											
TEÓLOGO	1											
TOTAL	513		8	8	8	17	8	8	8	30	31	16



advogados, 20 médicos e 16 engenheiros. Na Região Nordeste foram 35 advogados, 16 médicos e 14 engenheiros.

Entre os assalariados, a Região Norte foi a que mais elegeu professores, nove, seguida da Região Sudeste, com sete. As regiões Sul e Nordeste elegeram seis professores cada. Já servidor público, a região que mais elegeu foi a Nordeste, com nove, seguida da Sudeste, com seis.

REGIÃO NORDESTE (151)									REGIÃO SUDESTE (179)				REGIÃO C. OESTE (41)				TOTAL
AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS	
	4	1	1					1		2	1	2					15
1	8	5	6	4	6	2	1	2		11	6	13		1	1	2	87
	1																7
		1									1			1		1	6
	1										1						1
							1					1					3
												1					2
											1						1
												1	2			1	5
									1		1		1				1
	1				1												3
												1					1
										1							2
	2		2								1			1			2
		1												3			11
					1							1					1
1													1		1		3
	2				2	1	2			3	2	3					20
1	3	3		1	9	3	2	2	1	13	5	13		3			82
				1			1							1			9
															1		1
2	4	2	2		1	1	1	1	1	4	3	8	1	2	1		47
											1						1
	1								1		3						5
											1						1
		1															1
	1				1												1
												1					1
												2					2
	1	1						1									1
	1																1
		1									1	1					10
									1	1	2	1					2
1	5	2	2	4		2			2	6	3	9	1	1	1	3	54
											1				1		3
											2	4					7
											1						1
		1		1						1							1
					1					2					1		8
										1			1				2
												1					1
		1	2		1	1		1		2	3	2		2	1	1	32
												2					2
										1							1
1									1	1	1			1			9
									1								1
		1								1							2
1	1	1	3	1	2					2	2	2	1				23
												1					4
	1																1
																	1
1											1						2
	1																1
	1																1
										1							1
9	39	22	18	12	25	10	8	8	10	53	46	70	8	17	8	8	513

A dança das cadeiras na nova composição da Câmara

A Câmara dos Deputados que emergiu das urnas em outubro de 2006, apesar de renovada em torno de 47%, não sofreu grande mudança do ponto de vista partidário em relação às bancadas atuais, assim como não houve alteração substancial da correlação de forças tendo por parâmetro o pleito de 2002.

Os partidos que mais perderam, tendo por referência as bancadas atuais, foram os três com maior número de parlamentares envolvidos nos escândalos do mensalão e das sanguessugas: PTB, PL e PP. O PTB perdeu 22 cadeiras, despencando de 44 para 22 deputados; o PL 13 vagas, desabando de 36 para 23 deputados; e o PP 9, caindo de 50 para 41.

Os ganhadores, ainda segundo a composição atual, foram o PMDB, que ampliou sua bancada em dez deputados, passando de 79 para 89; o PSDB, que pulou de 58 para 66 deputados; o PPS, que saltou de 14 para 22 deputados e o PV, que aumentou sua bancada de 7 para 13 parlamentares.

Tendo por referência a eleição de 2002, os principais perdedores foram o PFL, que elegeu 19 deputados a menos, desabando de 84 para 65 deputados; o PP, que ficou menor em oito cadeiras, despencando de 49 para 41 deputados; o PT, que caiu de 91 para 83 deputados; o PSDB, que desceu de 70 para 66; o PL, que reduziu sua bancada de 26 para 23 parlamentares; e o PTB e o Prona, que perderam quatro vagas cada, caindo, respectivamente, de 26 para 22 e de 6 para 2.

Os partidos que mais ganharam em relação à eleição anterior foram o PV, que ampliou sua bancada em oito deputados, saltando de 5 para 13 parlamentares; o PSC, que também ganhou oito novos membros, pulando de 1 para 9 deputados; o PPS, que subiu de 15 para 22 deputados; o PSB, que ganhou reforço de cinco novos membros, passando de 22 para 27; e o PDT, que aumentou sua bancada de 21 para 24 parlamentares.

No espectro ideológico, tendo como parâmetro o resultado das eleições de 2002, houve crescimento da centro-esquerda (PSB, PDT, PPS e PV) e, apesar do PCdoB ter aumentado uma cadeira, houve redução da esquerda (PT e PSOL). Apesar da redução em oito nomes da bancada do PT, esquerda e centro-esquerda, no conjunto, tiveram saldo positivo, com o aumento de 166 para 185 cadeiras, graças ao ganho de cadeiras do PPS, PV, PSB e PDT. O centro (PMDB, PSDB

e PMN) cresceu de 146 para 158. A centro-direita (PFL, PL, PTB, PSC, PTC, PHS, PAN e PRB) ficou menor, caindo de 137 para 126. A direita (PP, Prona, e PTdoB) também sofreu redução, caindo de 55 para 44 deputados.

A correlação de forças em relação ao Governo Lula, tendo como parâmetro a eleição de 2002, oscilou pouco para o 2º mandato. Em princípio, o presidente Lula contará com os partidos de sua aliança eleitoral (PT, PCdoB e PRB) e poderá incorporar à coalizão de sustentação o PSB, PMDB, PP, PTB, PL e PSC, totalizando 308. Poderá, ainda, atrair o PV e, eventualmente, o PDT, que somariam mais 37 votos, podendo chegar a 345.

Na oposição houve crescimento pela centro-esquerda, PPS, e redução pelo centro e centro-direita, PFL e PSDB, partidos que passaram a ter concentração regional de seus eleitores. O PFL tem sua principal base na Bahia e o PSDB em São Paulo.

Em conclusão, pode-se afirmar que, mesmo tendo havido a substituição de 244 dos atuais 513 deputados, a composição partidária e a correlação de forças da futura Câmara se manterá praticamente inalterada. As principais alterações, como se viu, ficaram por conta do perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados Composição eleita em 2006

Partido/Ideologia	Bancada eleita em 2002	Bancada atual	Bancada eleita em 2006
PT / esquerda	91	81	83
PMDB / centro	75	79	89
PFL / centro-direita	84	65	65
PSDB / centro	70	57	66
PP / direita	49	50	41
PSB / centro-esquerda	22	27	27
PDT / centro-esquerda	21	20	24
PL / centro-direita	26	36	23
PTB / centro-direita	26	44	22
PPS /centro-esquerda	15	15	22
PC do B / esquerda	12	12	13
PV / centro-esquerda	05	07	13
PSC / centro-direita	01	07	09
PTC /centro-direita	-	01	03
PSOL / esquerda	-	07	03
PMN / centro	01	-	03
PHS / centro-direita	-	-	02
PRONA / direita	06	02	02
PAN / centro-direita	-	-	01
PRB / centro-direita	-	-	01
PT do B / direita	-	-	01
PSL / centro-direita	01	-	-
PST / centro-direita	03	-	-
PSD / centro-direita	04	-	-
PSDC / centro-direita	01	-	-
Sem partido	-	03	-
Total	513	513	513



PARTIDO/ ESTADO			P A N	PC do B	P D T	P F L	P H S	P L	P M D B	P M N	P P	P P S	P R B	P R O N A	P S B	P S C	P S D B	P S O L	P T	P T B	P T C	P T do B	P V	O U T R O S	T O T A L	
R E G I Ã O	ES (10)	Atual	-	-	1	-	-	1	2	-	2	-	-	-	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	10	
		Novo	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	6	
		Reel.	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	
		Futura	-	-	2	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	10	
	MG (53)	Atual	-	-	3	5	-	4	7	-	3	2	-	-	5	-	5	-	12	4	1	-	2	-	53	
		Novo	-	1	-	3	1	2	3	-	2	3	-	-	-	1	2	-	3	-	-	-	4	-	25	
		Reel.	-	-	2	3	-	4	4	-	1	1	-	-	1	-	5	-	6	-	1	-	-	-	28	
		Futura	-	1	2	6	1	6	7	-	3	4	-	-	1	1	7	-	9	-	1	-	4	-	53	
	S U D E S T E	RJ (46)	Atual	-	1	3	4	-	3	9	-	4	1	-	3	2	4	1	4	3	-	-	1	3	46	
			Novo	-	1	1	3	1	1	3	-	-	3	1	1	-	2	3	-	3	1	-	1	-	25	
			Reel.	-	-	2	2	-	-	7	-	2	-	-	-	1	1	-	1	3	1	-	-	1	-	21
			Futura	-	1	3	5	1	1	10	-	2	3	1	1	1	3	3	1	6	2	-	1	1	-	46
SP (70)		Atual	-	2	1	4	-	4	4	-	7	2	-	2	3	-	11	2	16	9	-	-	2	1	70	
		Novo	-	-	3	4	-	1	2	-	3	1	-	-	2	1	11	-	7	1	1	-	4	-	41	
		Reel.	-	1	-	1	-	1	1	-	2	1	-	1	2	-	7	1	7	3	-	-	1	-	29	
		Futura	-	1	3	5	-	2	3	-	5	2	-	1	4	1	18	1	14	4	1	-	5	-	70	
R E G I Ã O		DF (8)	Atual	-	1	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	8	
			Novo	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	6
			Reel.	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
			Futura	-	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	8
	GO (17)	Atual	-	-	-	2	-	1	3	-	2	-	-	-	1	-	4	-	2	2	-	-	-	-	17	
		Novo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	
		Reel.	-	-	-	1	-	1	3	-	2	-	-	-	-	-	4	-	1	2	-	-	-	-	14	
		Futura	-	-	-	1	-	1	5	-	2	-	-	-	-	4	-	2	2	-	-	-	-	-	17	
	M T (8)	Atual	-	-	-	1	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	8	
		Novo	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	
		Reel.	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	4	
		Futura	-	-	-	-	-	1	1	-	2	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	8	
M S (8)	Atual	-	-	-	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	8		
	Novo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2		
	Reel.	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6		
	Futura	-	-	1	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	8		
B R A S I L	T O T A L (513)	Atual	-	12	20	64	-	36	79	-	50	14	-	2	27	6	58	7	81	44	1	-	7	5	513	
		Novo	1	6	15	30	2	9	38	3	18	14	1	1	15	7	31	-	34	7	2	1	9	-	244	
		Reel.	-	7	9	35	-	14	51	-	23	8	-	1	12	2	35	3	49	15	1	-	4	-	269	
		Futura	1	13	24	65	2	23	89	3	41	22	1	2	27	9	66	3	83	22	3	1	13	-	513	
	(513)	%	Atual	-	2,34	3,90	12,48	-	7,02	15,40	-	9,75	2,73	-	0,39	5,26	1,17	11,31	1,36	15,79	8,58	0,19	-	1,36	0,97	100
			Futura	0,19	2,54	4,68	12,67	0,39	4,48	17,35	0,59	7,99	4,29	0,19	0,39	5,26	1,75	12,87	0,59	16,18	4,29	0,59	0,19	2,53	-	100



Funcionamento parlamentar: o desafio dos pequenos partidos

Na eleição proporcional de 2006, apenas sete dos 21 partidos que elegeram deputados atingiram a cláusula de barreira, ou seja, alcançaram cumulativamente 5% dos votos válidos nacionais e 2% em pelo menos nove unidades da Federação. São eles: PMDB, PT, PSDB, PFL, PP, PSB e PDT.

De acordo com o artigo 13 da Lei nº 9.096/1995, o partido político que não superasse a cláusula de barreira ou de desempenho na eleição de 2006 ficaria sem acesso ao horário eleitoral gratuito, não teria direito ao rateio de 99% do fundo partidário, que é distribuído aos partidos proporcionalmente aos votos obtidos para a Câmara dos Deputados, nem teria direito ao funcionamento parlamentar.

Assim, os 14 partidos que não alcançaram a cláusula de barreira, de acordo com aquela norma legal, não terão direito a funcionamento parlamentar, ou seja, não poderão constituir liderança própria, não participarão das comissões nem poderão eleger seus representantes para os órgãos colegiados do Legislativo, salvo se forem incorporados ou fizerem fusão. São eles: PL, PTB, PPS, PV, PCdoB, PSC, PTC, PSOL, PHS, PMN, PRONA, PAN, PRB e PTdoB.

Para esses partidos existem apenas duas alternativas: ou se incorporam a um grande partido ou se fundem entre si para atingir a cláusula de desempenho, sob pena de ficarem privados do fundo partidário, do horário eleitoral gratuito e da constituição de liderança própria, bem como da participação nas comissões e na Mesa Diretora das Casas do Congresso.

A alternativa intermediária, que depende de ato

das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, seria permitir, para efeito de funcionamento parlamentar, a criação de bloco ou o direito de liderança, desde que o partido tivesse eleito determinado número de deputados. E, ainda assim, essa regra seria limitada ao funcionamento parlamentar, não garantindo o direito ao fundo partidário nem o acesso ao horário eleitoral gratuito.

Até o dia 31 de outubro, oito dos 14 partidos que não tinham atingido a cláusula de barreira já haviam promovido fusão ou incorporação para efeito de funcionamento parlamentar. O PTB incorporou o PAN e manteve sua sigla original. Foram criados a Mobilização Democrática (MD), a partir da fusão do PPS, PMN e PHS, e o Partido Republicano (PR), resultado da fusão do PL, Prona e PTdoB. Com isto, o número de partidos com direito a funcionamento parlamentar passou de sete para dez.

Alguns pequenos partidos, como o PCdoB e o PV, enquanto não for aprovada a federação de partidos ou a redução da cláusula de barreira, vão trabalhar com a solução intermediária, uma tarefa extremamente difícil, especialmente pela resistência dos grandes partidos.

A expectativa geral, portanto, é de mais alterações no quadro partidário e, em consequência, na correlação de forças no Parlamento. A tendência, entretanto, é que a opção pela fusão ou incorporação, que garante todas as prerrogativas partidárias, seja superior à opção pela solução intermediária, que dependeria de votação de projeto de resolução.

Reeleição para a Câmara por partido e por estado

A eleição proporcional de 2006 foi das mais complexas. Poucas vezes tantos fatores interferiram, positiva ou negativamente, na tentativa de renovação de mandato dos parlamentares. Pelo menos três fatores afetaram o índice de reeleição dos partidos para a Câmara dos Deputados: i) mudanças na legislação eleitoral e partidária, ii) envolvimento em escândalos e iii) prioridade que os partidos conferiram à eleição proporcional.

Entre os fatores positivos, ou seja, que favoreceram a renovação dos mandatos, podemos apontar

a exigência da cláusula de barreira e a mudança na legislação eleitoral, com a redução do tempo de campanha e dos meios empregados na divulgação, como a proibição de outdoor, camiseta e showmício, além da restrição de gastos de campanha. A razão para tanto era o fato de os candidatos à reeleição terem nome conhecido, serviços prestados, estrutura e organização decorrente do exercício do mandato.

Entre os fatores contrários ou prejudiciais à reeleição, podemos citar a continuidade da vertica-

lização - que todos tinham como extinta em função da aprovação e promulgação da Emenda Constitucional nº 52 - e a crise de imagem dos políticos em decorrência dos escândalos, que prejudicaram todos os partidos, mas de modo mais acentuado aqueles que tiveram parlamentares envolvidos diretamente no mensalão e na máfia das ambulâncias.

O índice de reeleição, além dos fatores mencionados, dependeu da prioridade conferida pelos partidos às eleições proporcionais e, em particular, à reeleição dos postulantes a novos mandatos no Parlamento. Os partidos que lançaram candidatos à Presidência da República ou fizeram parte de alguma coligação nacional tiveram fortes limitações nas alianças, resultando em prejuízo para a eleição proporcional e também para a renovação dos mandatos.

Assim, diferentemente da eleição de 2002, em que o índice de reeleição dos partidos guardava relação com a coerência de atuação e o nível de fidelidade à orientação em termos de situação e oposição, desta vez o que funcionou, além dos fatores mencionados, não foi a disciplina partidária, mas do parlamentar, individualmente, no interior do partido. Ou seja, foram reeleitos, até com o apoio do partido, os parlamentares com maior afinidade e disciplina em relação à orientação partidária.

Além deste aspecto, constata-se que os grandes partidos (PMDB, PSDB, PT, PFL) e os pequenos (PCdoB, PV e PPS) tiveram índice de reeleição igual ou superior a 50%, enquanto os médios (PP, PDT, PSB, PTB e PL) ficaram abaixo desse patamar, conforme se verifica ao lado. Isto significa que os partidos grandes e pequenos tiveram baixa renovação, com elevado índice de reeleição, e os médios foram os que mais renovaram suas bancadas.

Entre os grandes partidos, o PMDB foi o que teve o maior índice de reeleição, renovando o mandato de 64,55% de sua atual bancada. O segundo em índice de reeleição foi o PSDB, que trouxe de volta à Câmara 61,40% dos atuais deputados. O terceiro foi o PT, com um índice de reeleição de 60,49%, e o quarto foi o PFL, que renovou o mandato de 53,84%.

Nos partidos médios o índice de reeleição ficou abaixo de 50%. Entre eles, o maior índice ocorreu no PP, que renovou o mandato de 46% de seus representantes na Câmara. O PDT e PSB renovaram, respectivamente, 45% e 44,44%, ficando o PTB e PL, respectivamente, com 34,09% e 38,89%. Ou seja, a maior contribuição para a renovação da Câmara veio dos médios partidos.

Já nos pequenos partidos, o índice de reeleição superou os 50%, tal como ocorreu com os grandes partidos. O PCdoB renovou o mandato de 58,33% de sua bancada; o PV, 57,14% e o PPS de 53,33%.

Regionalmente, apenas as regiões Norte (40%) e Sudeste (45,81%) tiveram índice de reeleição inferior a 50%, o que significa que contribuíram de modo substantivo para a renovação da Câmara. As regiões Nordeste (57,62%), Sul (62,34%) e Centro-Oeste (63,41%) devolveram reeleitos mais da metade dos deputados.

Na Região Norte, os menores índices de reeleição, de apenas 25%, ocorreram nos Estados do Amapá e Tocantins, e os maiores, de 50%, aconteceram nos Estados de Rondônia e Amazonas, que reelegeram metade da bancada, os recordes de região.

Reeleição por partido

Partido	Atual	Bancada eleita em 2006	Novos	Reeleitos	Índice de Reeleição %
PTC	1	3	2	1	100,00
PMDB	79	89	38	51	64,56
PSDB	57	66	31	35	61,40
PT	81	83	34	49	60,49
PCdoB	12	13	6	7	58,33
PV	7	13	9	4	57,14
PFL	65	65	30	35	53,85
PPS	15	22	14	8	53,33
PRONA	2	2	1	1	50,00
PP	50	41	18	23	46,00
PDT	20	24	15	9	45,00
PSB	27	27	15	12	44,44
PSOL	7	3	-	3	42,86
PL	36	23	9	14	38,89
PTB	44	22	7	15	34,09
PSC	7	9	7	2	28,57
PAN	-	1	1	-	-
PHS	-	2	2	-	-
PMN	-	3	3	-	-
PRB	-	1	1	-	-
PTdoB	-	1	1	-	-
SEM PARTIDO	3	-	-	-	-
TOTAL	513	513	244*	269	52,44

*O DIAP considera reeleito apenas o titular ou suplente no exercício do mandato na data da eleição



Na Região Nordeste, os Estados com o maior índice de reeleição e, portanto, de menor renovação, foram a Bahia, que renovou o mandato de 71% de sua bancada, e o Estado do Piauí, que reelegeu 70% de sua representação. Os de menor índice de reeleição foram os Estados de Sergipe, com 37,5%, e do Maranhão, com 44,44%.

A Região Centro-Oeste, a que mais renovou mandatos no Brasil, teve ao mesmo tempo o menor índice de reeleição, que foi o do Distrito Federal, de apenas 25%, e o maior percentual de reeleição no Estado de Goiás, que devolveu à Câmara 82,35% dos atuais deputados.

A Região Sudeste, depois da Norte, foi a que menos reelegeu seus deputados, contribuindo para a renovação da Casa. Os estados com o menor índice de reeleição foram Espírito Santo, com

40%, e São Paulo, com 41,43%. O Rio de Janeiro renovou o mandato de 45,65% de seus deputados, enquanto Minas Gerais foi o único Estado que reconduziu mais de 50% dos deputados.

A Região Sul teve um índice de reeleição alto, igual ou superior a 50%. Com exceção de Santa Catarina, que renovou exatamente 50% de sua bancada, os demais Estados tiveram renovação superior a 60%. No Rio Grande do Sul a reeleição beneficiou 61% e no Paraná chegou a 70%.

Em conclusão, pode-se afirmar que os grandes e pequenos partidos, bem como as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, tiveram os maiores índices de reeleição, enquanto os partidos médios e as regiões Norte e Sudeste foram os responsáveis pela renovação da Câmara, já que suas médias de reeleição ficaram abaixo de 50%.

Reeleição por estado e região

REGIÃO / UF		Nº DE VAGAS	REELEITOS		NOVOS	
			Nº	%	Nº	%
Região Norte	AC	8	3	37,5	5	62,50
	AP	8	2	25	6	75
	AM	8	4	50	4	50
	PA	17	8	47,06	9	52,94
	RO	8	4	50	4	50
	RR	8	3	37,50	5	62,50
	TO	8	2	25	6	75
	TOTAL	65	26	40	39	60
Região Sul	PR	30	21	70	9	30
	RS	31	19	61,29	12	38,71
	SC	16	8	50	8	50
	TOTAL	77	48	62,34	29	37,66
Região Nordeste	AL	9	4	44,44	5	55,56
	BA	39	28	71,79	11	28,21
	CE	22	13	59,09	9	40,91
	MA	18	8	44,44	10	55,56
	PE	25	14	56	11	44
	PB	12	6	50	6	50
	PI	10	7	70	3	30
	RN	8	4	50	4	50
	SE	8	3	37,50	5	62,50
TOTAL	151	87	57,62	64	42,38	
Região Sudeste	ES	10	4	40	6	60
	MG	53	28	52,83	25	47,16
	RJ	46	21	45,65	25	54,35
	SP	70	29	41,43	41	58,57
	TOTAL	179	82	45,81	97	54,19
Região Centro-Oeste	DF	8	2	25	6	75
	GO	17	14	82,35	3	17,65
	MT	8	4	50	4	50
	MS	8	6	75	2	25
	TOTAL	41	26	63,41	15	36,59
Brasil	TOTAL GERAL	513	269	52,44	244*	47,56

*O DIAP considera reeleito apenas o titular ou suplente no exercício do mandato na data da eleição

O mapa do poder no novo Congresso Quem ganhou e quem perdeu

As eleições gerais de 2006 não mudaram apenas a paisagem do Congresso, com a chegada de novos 243 deputados e 20 senadores, mas também o mapa de poder no interior do Legislativo, com a saída de importantes nomes da elite e a estréia e/ou reestréia de outros parlamentares influentes.

A perda de quadros na elite do Congresso - cujas razões vão desde a desistência da reeleição, passando pela disputa de outro cargo até a derrota eleitoral - atingiu todos os partidos, de situação e de oposição, e todas as regiões do país, envolvendo parlamentares situados à esquerda e à direita do espectro político.

Dos 31 parlamentares influentes (22 deputados e nove senadores) que deixam o Congresso, quem mais perdeu foi a oposição, tanto em número absoluto quanto proporcional. A situação ficará privada de 14 parlamentares, enquanto a oposição perde 15 na elite do Congresso.

A oposição perdeu grandes quadros no Congresso, particularmente, os senadores Heloísa Helena (PSOL/AL), que concorreu à Presidência da República; José Jorge (PFL/PE), que foi candidato a vice-presidente na chapa derrotada de Geraldo Alckmin; Rodolpho Tourinho (PFL/BA), que não conseguiu renovar o mandato; Jorge Bornhausen (PFL/SC), que não disputou nenhum cargo; Paulo Octávio (PFL/DF), que foi eleito vice-governador do Distrito Federal, e os deputados Alberto Goldman (PSDB/SP), eleito vice-governador de São Paulo; Alceu Collares (PDT/RS), candidato derrotado ao Governo do Rio Grande do Sul; Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), que não disputou nenhum cargo nestas eleições; Eduardo Paes (PSDB/RJ), que perdeu a eleição para o Governo do Rio de Janeiro; José Thomaz Nonô (PFL/AL), que foi derrotado na disputa para o Senado em Alagoas; Neiva Moreira (PDT/MA), que perdeu a eleição para deputado estadual; José Roberto Arruda (PFL/DF), eleito governador do Distrito Federal; Ney Lopes (PFL/RN), que foi candidato a vice-governador na chapa do senador Garibaldi Alves no Rio Grande do Norte; Pauderney Avelino (PFL/AM), primeiro vice-líder do partido que perdeu a eleição para o Senado; Sérgio Miranda (PDT/MG), que não conseguiu renovar o mandato; e Yeda Crusius, que foi eleita governadora do Rio Grande do Sul.

A base do Governo, por sua vez, estará desfalcada de nomes da importância dos senadores Ney

Suassuna (PB), líder do PMDB, que não foi reeleito; Fernando Bezerra (RN), líder do Governo no Congresso, que não conseguiu renovar o mandato; Amir Lando (PMDB/RO), relator da CPMI das Sanguessugas, que perdeu a eleição para o Governo do Estado de Rondônia, além dos deputados Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), ex-ministro do Esporte, que perdeu a eleição para o Senado; Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), presidente da CPMI das Sanguessugas, que não conseguiu se reeleger; Carlos Mota (PSB/MG), que não renovou seu mandato; Delfim Netto (PMDB/SP), derrotado na tentativa de reeleição; Eduardo Campos (PSB/PE), eleito governador de seu Estado; Jandira Feghali (PCdoB/RJ), que perdeu a eleição para o Senado; Luiz Antônio Fleury (PTB/SP), que não conseguiu se reeleger; Paulo Bernardo (PT/PR), ministro do Planejamento, e Moreira Franco (PMDB/RJ), que não disputaram nenhum cargo; Paulo Delgado (PT/MG) e Sigmaringa Seixas (PT/DF), que não foram reeleitos.

Ao tempo em que perdem bons quadros, a Câmara e o Senado também recebem novos parlamentares que poderão figurar entre os mais influentes do Congresso. Uma primeira impressão dá conta da estréia e/ou reestréia de nomes importantes no cenário político nacional e que poderão exercer forte influência na definição da agenda e na formulação de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo. Vamos analisar os mais influentes do Congresso sob a ótica de situação e oposição, das Casas do Congresso e também dos partidos, sendo que neste último caso a análise inclui os parlamentares influentes que renovaram seus mandatos.

Entre os novos, com potencial para integrar a elite do Congresso, a situação parece equilibrada entre oposição e situação. Na oposição, a título de ilustração, estarão os senadores Marconi Perillo (PSDB/GO), ex-governador de seu Estado; e os deputados Augusto Carvalho (PPS/DF), especialista em fiscalização das contas públicas; Homero Pereira (PPS/MT), líder ruralista; Humberto Souto (PPS/MG), ex-presidente do Tribunal de Contas da União; José Aníbal (PSDB/SP), ex-líder do partido na Câmara; Paulo Bornhausen (PFL/SC), filho do presidente nacional do PFL; e Paulo Renato (PSDB/SP), ex-ministro da Educação do Governo FHC.

A base de apoio do governo ganha reforço na elite parlamentar com a eleição dos deputados Ana Arraes (PSB/PE), filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe do governador eleito de Pernambuco,



Eduardo Campos; Antônio Palocci (PT/SP), ex-ministro da Fazenda do Governo Lula; Ciro Gomes (PSB/CE), ex-ministro da Integração Nacional do Governo Lula; Flávio Dino (PCdoB/MA), ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça; Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara dos Deputados; Geraldo Magela (PT/DF), ex-presidente do Banco Popular; Jilmar Tatto (PT/SP), do grupo político da ex-prefeita Marta Suplicy; Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), ex-secretário para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros.

O Senado, do ponto de vista da elite parlamentar, ganha mais do que a Câmara em termos proporcionais. Chegam à Casa novos reforços como os senadores Inácio Arruda (PCdoB), líder do partido na Câmara; Renato Casagrande (PSB/ES), ex-líder do partido na Câmara; Eliseu Resende (PFL/MG), especialista em infra-estrutura e ex-ministro dos Transportes no Governo Figueiredo e da Fazenda no Governo Itamar Franco; Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), ex-governador de Pernambuco; Marconi Perillo (PSDB/GO), ex-governador de Goiás; Fernando Collor de Mello (PRTB/AL), ex-presidente da República; e Francisco Dornelles (PP/RJ), ex-ministro do Trabalho e da Indústria e Comércio do Governo FHC.

PFL

O Partido da Frente Liberal, tal como na eleição de 2002, perdeu em quantidade na Câmara e em qualidade na Câmara e no Senado.

CÂMARA - Em termos quantitativos, o partido perdeu 19 deputados, reduzindo sua bancada de 84 para 65 deputados, tendo como parâmetro a eleição de 2002, e com referência à capacidade de influência também houve redução.

Embora o partido tenha reeleito os deputados ACM Neto (BA), Dr. Pinotti (SP), José Carlos Aleluia (BA), Rodrigo Maia (RJ), Roberto Magalhães (PE) e Ronaldo Caiado (GO) não contará na próxima legislatura com nomes da dimensão de José Thomaz Nonô (AL), José Roberto Arruda (DF), Ney Lopes (RN) e Pauderney Avelino (AM).

Entre os novos com potencial de integrar a elite do Congresso, dependendo do desempenho que tenham em suas áreas de conhecimento e atuação, os nomes lembrados são os de Solange Amaral (RJ) e Paulo Bornhausen (SC).

SENADO - O partido aumentou sua bancada de 16 para 18 senadores, mas perdeu em qualidade. Ainda que mantenha ACM (BA), Demóstenes Torres (GO), José Agripino (RN) e Marco Maciel (PE), que têm mandato até 2011, e ganhe Eliseu Resende (MG) e Kátia Abreu (TO), que poderão se destacar, o partido não contará na próxima legislatura com os senadores José Jorge (PE), Jorge Bornhausen (SC), Paulo Octávio (DF) e Rodolpho Tourinho (BA).

PMDB

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em termos quantitativos, cresceu na Câmara, mas decresceu no Senado, onde perdeu quatro vagas. Do ponto de vista qualitativo também ganhou na Câmara e perdeu no Senado.

CÂMARA - Em quantidade, o partido ampliou sua bancada, passando de 74 para 89 deputados, tendo como parâmetro a eleição de 2002. Apesar da derrota do deputado Delfim Netto (SP) e da desistência de Moreira Franco (RJ), o partido também ganhou em qualidade.

Com exceção de Delfim Netto (SP), o partido conseguiu reeleger todos os deputados “Cabeças” de 2006: Eunício Oliveira (CE), Geddel Vieira Lima (BA), Henrique Eduardo Alves (RN), Jader Barbalho (PA), Osmar Serraglio (PR), Mendes Ribeiro (RS) e Michel Temer (SP). Todos, com exceção de Michel Temer, tiveram excelentes votações. Além desses, possuem potencial para integrar a elite do Congresso, dependendo do modo como atuem, os novos Rita Camata (ES), Ibsen Pinheiro (RS) e Geraldo Roberto Siqueira de Souza, o Pudim (RJ).

SENADO - O partido perdeu em quantidade e também em qualidade, apesar de ter eleito um dos nomes mais influentes da futura bancada, o senador Jarbas Vasconcelos (PE). Em quantidade, saiu da disputa eleitoral menor do que entrou, com a redução da bancada de 21 para 17 senadores.

Apesar de na próxima legislatura não poder contar com os senadores Ney Suassuna (PB) e Amir Lando (RO), o partido terá Jarbas Vasconcelos (PE) e manterá, entre os influentes, os senadores José Sarney (AP), Pedro Simon (RS), Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR).

Além disto poderá recuperar a condição de maior bancada do Senado, com a adesão de parlamentares de outros partidos, com chances de manter sob seu comando a Presidência da Casa.

PSDB

O Partido da Social Democracia Brasileira, tendo como referência o pleito de 2002, perdeu em quantidade e empatou em qualidade na Câmara, tendo ganho em quantidade no Senado.

CÂMARA - O partido elegeu 66 deputados em 2006, cinco a menos que em 2002, quando elegeu uma bancada de 71 parlamentares. Qualitativamente, o PSDB perdeu mais do que ganhou.

O partido ganhou nomes com grande potencial para integrar a elite do Congresso, como Albano Franco (SE), ex-governador de Sergipe; Luiz Paulo Velozzo Lucas (ES), ex-prefeito de Vitória; José Aníbal (SP),

ex-líder da bancada na Câmara; Paulo Renato de Souza (SP), ex-ministro da Educação de FHC; e os reeleitos Arnaldo Madeira (SP), Gustavo Fruet (PR), Custódio Mattos (MG), Jutahy Junior (BA), Luiz Carlos Hauly (PR) e Walter Feldman (SP), mas perdeu quadros da qualidade de Alberto Goldman (SP), eleito vice-governador de São Paulo; Bismarck Maia (CE), que perdeu a reeleição; Eduardo Paes (RJ), que disputou o Governo do Rio de Janeiro; Walter Barelli (SP), que não conseguiu renovar o mandato, e Yeda Crusius (RS), eleita governadora do Rio Grande do Sul.

SENADO - Quantitativamente, o partido aumentou sua bancada, subindo de 13 para 15 senadores e manteve o padrão, do ponto de vista qualitativo.

Estarão fora da próxima legislatura os influentes Antero Paes de Barros (MT), que perdeu a eleição para o Governo de seu Estado, e Teotônio Vilella (AL), eleito governador de Alagoas, mas chegam com potencial para exercer influência o senador Marcondes Perillo (GO), ex-governador de Goiás, e Marisa Serrano (MS), ex-deputada federal. Além disso, continuam os “Cabeças” Alvaro Dias (PR), Arthur Virgílio (AM), Sérgio Guerra (PE) e Tasso Jereissati (CE).

PT

O Partido dos Trabalhadores, tendo como parâmetro a eleição de 2002, perdeu em quantidade e empatou em qualidade, tanto na Câmara quanto no Senado. A perda de cadeiras na Câmara decorre, em grande medida, das trapalhadas de parte da direção do partido na relação com o governo e com os partidos da base aliada.

CÂMARA - O partido teve sua bancada reduzida de 91 para 83 deputados. Sua participação na elite do Congresso, entretanto, manteve-se praticamente inalterada.

Embora o PT não tenha reeleito nomes da expressão de Paulo Delgado (MG), Antônio Carlos Biscaia (RJ), Sigmaringa Seixas (DF), Luciano Zica (SP), Luiz Eduardo Greenhalgh (SP) e Professor Luizinho (SP), além de Patrus Ananias (MG) que não foi candidato, ganhou novos nomes que poderão ter destaque na próxima legislatura, como Antônio Palocci (SP), Geraldo Magela (DF), Jilmar Tatto (SP), José Genoíno (SP), Paulo Rocha (PA) e Sérgio Carneiro (BA).

Além disto, o partido reelegeu os deputados Arlindo Chinaglia (SP), Carlito Merss (SC), Fernando Ferro (PE), Henrique Fontana (RS), Jorge Bittar (RJ), José Eduardo Cardozo (SP), José Pimentel (CE), Maurício Rands (PE), Ricardo Berzoini (SP), Virgílio Guimarães (MG) e Walter Pinheiro (BA).

SENADO - Perdeu em quantidade, embora tenha renovado os mandatos de Tião Viana (AC) e Eduardo Suplicy (SP). Como um não foi candidato (Roberto Saturnino/RJ) e outra com mandato até

2015 ganhou o Governo do Pará (Ana Júlia Carepa), sendo seu primeiro suplente do PSOL, a bancada foi reduzida de 12 para 10 senadores.

Apesar dessas baixas, o PT continua influente no Senado, onde conta com nomes da expressão de Aloizio Mercadante (SP), Delcídio Amaral (MS), Eduardo Suplicy (SP), Ideli Salvatti (SC), Paulo Paim (RS) e Tião Viana (AC).

PP

O Partido Progressista, que desde a eleição de 1994 vem regredindo, perdeu em quantidade na Câmara e ganhou no Senado, tendo empatado em qualidade na Câmara. Nos últimos anos, além da perda de quadros importantes para outras legendas, o partido teve os principais expoentes envolvidos em escândalos, com prisão, renúncia e até cassação de parlamentares.

CÂMARA - O partido sofreu grande redução em sua bancada, que caiu dos 49 deputados eleitos em 2002 para 41 sufragados em 2006.

Entre os mais influentes da Câmara o partido não contará com Francisco Dornelles (RJ), que se elegeu senador; Júlio Lopes (RJ), que não se reelegeu, nem Severino Cavalcanti (PE), que renunciou ao mandato e não conseguiu se eleger. Entretanto, o partido trouxe de volta Paulo Maluf (SP) e Gerson Peres (PA).

SENADO - A única novidade foi a eleição de Francisco Dornelles (RJ).

PTB

O Partido Trabalhista Brasileiro, tal como o PP, também vem regredindo em quantidade e qualidade no Congresso Nacional. Teve seu presidente cassado e seu nome associado aos escândalos do mensalão e das sanguessugas.

O PTB não atingiu a cláusula de barreira e para fugir dos impedimentos incorporou o PAN (Partido dos Aposentados da Nação).

CÂMARA - O partido elegeu apenas 22 deputados, quatro a menos do que em 2002 e 22 a menos que a composição atual. Em termos de qualidade, também perdeu.

Embora tenha reeleito deputados influentes, como Armando Monteiro (PE), Arnaldo Faria de Sá (SP), José Múcio Monteiro (PE) e Jovair Arantes (GO), não contará com Fleury (SP) e Fernando Gonçalves (RJ), que não conseguiram renovar seus mandatos.

SENADO - Aumentou de três para quatro senadores, mas perdeu em qualidade, com a derrota de Fernando Bezerra (RN), líder do Governo no Congresso.



PL

O Partido Liberal, assim como o PP e o PTB, teve sua imagem profundamente arranhada com o envolvimento de muitos de seus parlamentares nos escândalos do mensalão e das sanguessugas, tendo como consequência a redução da bancada na Câmara, tanto em quantidade quanto em qualidade.

O PL não atingiu a cláusula de barreira. Fundiu-se com o Prona e o PTdoB para formar o PR (Partido Republicano).

CÂMARA - O partido elegeu 23 deputados, três a menos que em 2002 e 13 a menos que a composição atual, além da perda de quadros influentes para a próxima legislatura.

Entre os influentes, reelegeu apenas Inocêncio Oliveira (PE) e Valdemar Costa Neto (SP), ficando privado de nomes como João Caldas (AL), atual 4º secretário da Câmara, e Inaldo Leitão (PB), ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

SENADO - Elegeu o senador Alfredo Nascimento (AM), ex-ministro dos Transportes do Governo Lula, mas manteve a mesma bancada de três senadores.

PDT

O Partido Democrático Trabalhista cresceu em quantidade na Câmara, mas perdeu em qualidade, tendo crescido em quantidade e qualidade no Senado.

CÂMARA - O partido, além de ter atingido a cláusula de barreira, obtendo mais de 5% dos votos nacionais e mais de 2% em um terço dos Estados, aumentou sua bancada na Câmara, que passa de 21 para 24 deputados.

Em termos de parlamentares influentes, apesar de ter reeleito Miro Teixeira (RJ), e ter ganho nomes com possibilidade de integrar a elite da Câmara, como Brizola Neto (RJ), João Eduardo Dado (SP) e Paulinho da Força (SP), o partido ficará privado de nomes como Alceu Collares (RS), que perdeu a eleição para o Governo do Rio Grande do Sul, Sérgio Miranda (MG), que não conseguiu renovar seu mandato, e Neiva Moreira (MA), que perdeu a eleição para deputado estadual.

SENADO - Houve aumento quantitativo, porque passou de quatro para cinco, e qualitativo, porque, além de Cristovam Buarque (DF) e Jefferson Peres (AM), o partido ganhou o reforço de João Durval (BA), ex-governador da Bahia.

PSB

O Partido Socialista Brasileiro cresceu quanti-

tativa e qualitativamente no novo Congresso, que tomará posse em fevereiro de 2007.

CÂMARA - O partido ampliou sua bancada, tendo como referência a eleição de 2002, de 22 para 27 deputados, e deverá manter sua participação na elite da Câmara, com ampliação de sua representação na elite do Senado.

Apesar dos deslocamentos dos deputados Renato Casagrande (ES) para o Senado, de Eduardo Campos (PE) para o Governo de Pernambuco e da não reeleição de Carlos Mota (MG), o partido continuará influente na futura Câmara.

Além da reeleição dos deputados Alexandre Cardoso (RJ), Beto Albuquerque (RS) e Luiza Erundina (SP), o PSB elegeu nomes que certamente estarão na elite da nova Câmara, com destaque para os deputados Ana Arraes (PE), filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe do governador eleito de Pernambuco, Eduardo Campos; Ciro Gomes (CE), ex-ministro da Integração Nacional e irmão do governador eleito do Ceará, Cid Gomes; Lídice da Mata (BA), ex-prefeita de Salvador; e Rodrigo Rollemberg (DF), ex-deputado distrital em Brasília e uma das novas revelações do partido.

SENADO - Ampliou a bancada de dois para três senadores, sendo que dois deles, o atual Antônio Carlos Valadares (SE) e o novo Renato Casagrande (ES), certamente, farão parte da elite do Senado.

PPS

O Partido Popular Socialista cresceu em quantidade e qualidade na Câmara dos Deputados e elegeu um senador neste pleito.

Como não atingiu a cláusula de barreira, o PPS firmou compromisso de fundar a MD (Mobilização Democrática), que vai agregar os parlamentares do PMN e do PHS.

CÂMARA - O partido ampliou sua bancada de 15 para 22 deputados e melhorou sua participação entre os parlamentares mais influentes do Congresso.

Na próxima legislatura não contará com Roberto Freire (PE), que foi eleito suplente do senador do PMDB, Jarbas Vasconcelos (PE), mas em compensação reelegeu os deputados Fernando Coruja (SC), Raul Jungman (PE) e Colbert Martins (BA), além da chegada dos novos Augusto Carvalho (DF), especialista em fiscalização das contas públicas, Homero Pereira (MT), líder dos produtores rurais, e Humberto Souto (MG), ex-presidente do Tribunal de Contas da União.

SENADO - O partido recuperou representação no Senado com a eleição de Expedito Júnior (RO).

**PCdoB**

O Partido Comunista do Brasil aumentou sua bancada na Câmara, passando de 12 para 13 deputados, e elegeu um senador, Inácio Arruda (CE), que se somará ao atual senador do partido, Leomar Quintanilha, de Tocantins.

Em termos qualitativos, apesar das derrotas para o Senado de Jandira Feghali (RJ) e Agnelo Queiroz (DF), o PCdoB manterá sua participação na elite, pois conseguiu reeleger Aldo Rebelo (SP) e Renildo Calheiros (PE) e elegeu o ex-juiz federal Flávio Dino (MA).

PV

O Partido Verde, tendo como parâmetro a eleição de 2002, cresceu muito em termos proporcionais, passando de cinco para 13 deputados. Além disto, o partido reelegeu seus três principais nomes na Câmara: Fernando Gabeira (RJ), Sarney Filho (MA) e Marcelo Ortiz (SP). O PV não atingiu a cláusula de barreira e fará fusão ou será incorporado a outro partido para ter direito a funcionamento parlamentar.

PSOL

O Partido Socialismo e Liberdade, além da perda de sua principal liderança no Senado, com o término do mandato da candidata à Presidência República, senadora Heloísa Helena, sofreu redução na Câmara, caindo sua representação de sete para três deputados.

Apesar de manter um representante no Senado, o senador José Nery (PA), que assume a vaga de Ana Júlia Carepa, eleita governadora do Pará, e de ter reeleito três nomes de expressão na Câmara, os deputados Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP) e Luciana Genro (RS), o partido perdeu os deputados João Alfredo (CE), Maninha (DF), Babá (RJ) e Orlando Fantazzini (SP). O PSOL, tal como outros 13 partidos que não atingiram a cláusula de barreira, terá que se incorporar ou fundir-se a outro partido para ter direito a funcionamento parlamentar.

PSC

O Partido Social Cristão, que elegeu apenas um deputado em 2002 e chegou a seis deputados por migração de outros partidos, neste pleito elegeu nove parlamentares, entre os quais apenas um tem potencial para integrar a elite do Congresso, o ex-deputado federal e ex-vice-prefeito de São Paulo, Regis de Oliveira. O PSC será incorporado ou fará fusão com outros partidos para ter direito a funcionamento parlamentar, já que não atingiu a cláusula de barreira.

PTC

O Partido Trabalhista Cristão conseguiu elegeu três deputados federais, entre eles o apresentador de TV e estilista Clodovil Hernandes. O partido, tal como os demais que não atingiram a cláusula de barreira, será incorporado a outro partido para ter direito a funcionamento parlamentar.

Prona

O Partido da Reedificação da Ordem Nacional, que elegeu seis deputados em 2002, nesta eleição conseguiu elegeu apenas dois: Enéas (SP) e Suely Santana da Silva, atual vereadora no Rio de Janeiro. O partido já firmou acordo para sua incorporação ao PL para ter direito ao funcionamento parlamentar. A fusão contará também com o PTdoB para a criação do Partido Republicano (PR).

PMN

O Partido da Mobilização Nacional, que em 2002 elegeu apenas um deputado, ampliou sua bancada para três. Entretanto, diante da impossibilidade de funcionamento parlamentar, deverá incorporar-se ou fundir-se com o PPS, outro partido que não atingiu a cláusula de barreira.

PHS

O Partido Humanista da Solidariedade estréia na Câmara Federal com dois deputados federais, mas deverá mudar de nome com sua incorporação, juntamente com o PMN, ao PPS para que tenham direito ao funcionamento parlamentar.

PAN

O Partido dos Aposentados da Nação também estréia na Câmara com apenas um deputado, mas também será absorvido por outro partido, o PTB, para garantir o direito ao funcionamento parlamentar.

PRB

O Partido Republicano Brasileiro, criado sob a liderança do vice-presidente José Alencar e do senador Bispo Crivella, também elegeu apenas um deputado e deverá ser incorporado a outro partido para ter direito ao funcionamento parlamentar.

PTdoB

O Partido Trabalhista do Brasil também só elegeu um deputado e vai se fundir ao PL e Prona em uma nova legenda, o Partido Republicano (PR), para que seu representante tenha direito ao funcionamento parlamentar.



Bancadas informais no Congresso

As bancadas informais, constituídas por parlamentares de partidos e visões ideológicas distintas, atuam como grupo de pressão no interior do Parlamento, em geral, como forma de unir forças em favor das propostas, reivindicações e pleitos de determinados setores da economia, de movimentos sociais, de trabalhadores, servidores públicos, ou de valores éticos e morais.

Conhecidas também como frentes parlamentares, as bancadas informais são muito influentes no Congresso, exatamente porque congregam parlamentares de diferentes partidos e tendências ideológicas para promover a defesa: i) de valores cívicos, éticos ou morais, como a bancada evangélica; ii) de interesses econômicos, como a ruralista; iii) de trabalhadores, como a bancada sindical; iv) a defesa dos servidores aposentados, como a frente civil e militar em defesa dos servidores públicos.

Elas podem ser permanentes ou eventuais, mas sempre visam à articulação de interesses suprapartidários e supra-ideológicos. É uma forma alternativa de atender aos anseios de representatividade de determinados segmentos e romper as barreiras das estruturas institucionais, principalmente dos partidos políticos. Assuntos que por vezes sejam inconciliáveis ou pequenos demais para o partido, mas importantes o suficiente para setores da sociedade, encontram nas bancadas informais um canal de expressão, um desaguadouro das expectativas sociais e o correspondente comprometimento dos seus representantes no Legislativo.

Sempre que há renovação do Congresso a correlação de forças é alterada, bem como os interesses representados, dentro das regras republicanas de alternância no poder. A disputa política, o ambiente econômico e social, em geral, favorece alguns segmentos em detrimento de outros. No pleito de 2006, a julgar pela composição das bancadas informais, observa-se que alguns setores perderam e outros ganharam. Enquanto as bancadas empresarial, ruralista e feminina ganharam em quantidade e qualidade, as bancadas sindical e evangélica sofreram grandes perdas.

BANCADA RURALISTA

A bancada ruralista, uma das mais eficientes do Congresso, de acordo com levantamento parcial do DIAP, diminuiu um pouco numericamente, mas isto não quer dizer que perderá a importância ou capacidade de atuação coesa nesta Legislatura. O mapeamento parcial registra a reeleição ou eleição de 104 deputados e senadores que deverão priorizar, a partir de 2007, as pautas do setor empresarial rural. No atual Congresso, ainda segundo o DIAP, existem 111

parlamentares participando da bancada ruralista.

Classificamos como integrante da bancada ruralista aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócios, assumiu sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário.

De composição pluripartidária, a bancada sempre foi um exemplo de grupo de interesse e pressão de êxito. O perdão de dívida é pleito eterno dos ruralistas. Sempre que existe uma matéria relevante para votar, a bancada exige o perdão ou renegociação da dívida, sob pena de posicionar-se contra o governo. Em geral, os governos cedem no que é possível e não foi diferente no Governo Lula. Em junho de 2005, por exemplo, os ruralistas emperraram a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006. A bancada venceu a queda de braço com a base do governo numa negociação que durou duas semanas.

Além de lideranças importantes que conseguiram se reeleger, a bancada ruralista ganha adeptos influentes ligados ao setor. Um dos nomes mais comemorados entre os novos ruralistas é o do deputado federal Homero Pereira (PPS/MT). Líder do “tratoração” de junho de 2005 e do locaute ruralista que fechou rodovias país a fora em maio de 2006, Pereira é presidente da Federação Estadual de Agricultura de Mato Grosso.

Dos 104 parlamentares ruralistas, 64 são deputados reeleitos e 24 deputados são novos. Para fechar a conta, há ainda um senador reeleito (Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima), dez que continuarão no mandato até 2011 e cinco senadores novos, com a ressalva de que os senadores eleitos Eliseu Resende (PFL/MG) e Kátia Abreu (PFL/TO) já integram atualmente a bancada porque são deputados federais.

PEQUENO PRODUTOR - Nos últimos anos, para legitimar seus pleitos, a bancada ruralista acabou incorporando algumas reivindicações dos pequenos agricultores e até da agricultura familiar na agenda de negociação com o governo.

Entretanto, no levantamento do DIAP, não são incluídos os nomes dos parlamentares que defendem estas bandeiras estranhas ao empresariado rural e que acabam fazendo o contraponto às questões da bancada ruralista, especialmente em defesa da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária.

Diferente da bancada do empresariado rural, este núcleo de parlamentares perdeu um pouco a força porque lideranças tradicionais não conseguiram se reeleger. Entre os deputados mais ativos, não irão

retornar à Câmara: João Alfredo (PSOL/CE) João Grandão (PT/MS), Orlando Desconsi (PT/RS), Luci Choinacki (PT/SC), Josias Gomes (PT/BA), César Medeiros (PT/MG) e Vadinho Baião (PT/MG).

BANCADA SINDICALISTA

O DIAP, também em levantamento parcial, constatou uma diminuição da Bancada Sindicalista no Congresso recentemente eleito, em comparação ao atual grupo de parlamentares que priorizam as questões trabalhistas no Parlamento Federal. A bancada oscilou de 74 para 60 representantes.

Na eleição de 1998, foram eleitos 44 parlamentares sindicalistas ou com fortes vínculos com o movimento sindical. Em 2002, talvez como reflexo da eleição de Lula para a Presidência da República, a bancada sindical registrou aumento expressivo. A representação sindical soma hoje 74 nomes, sendo 69 deputados e cinco senadores.

A redução de representantes do movimento sindical no Congresso é facilmente detectada na relação de deputados federais que não conseguiram se reeleger. Expoentes da bancada sindicalista não conseguiram renovar seus mandatos para a 53ª Legislatura.

Os exemplos mais emblemáticos da derrota eleitoral de 27 representantes da bancada sindical são os deputados Cláudio Magrão (PPS/SP), Dra. Clair (PT/PR), Medeiros (PL/SP), Luciano Zica (PT/SP), Maninha (PSOL/DF) e Sérgio Miranda (PDT/MG), além da senadora Heloísa Helena (PSOL/AL).

A nova composição da bancada sindical reúne 39 deputados reeleitos e 16 novos deputados. No Senado, a representação continua com cinco nomes. São os mesmos três senadores com mandato até 2011, somados ao novo senador José Nery (PSOL/PA), que será efetivado na vaga da governadora paraense eleita Ana Júlia Carepa, além do reforço do atual deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), que acaba de ser eleito para o Senado.

Integram a bancada sindical, para efeito deste levantamento, os deputados e senadores que tiveram militância ou mandato sindical e possuem fortes ligações com suas categorias de origem. Não foram considerados como sindicalistas, os profissionais que prestam serviços aos sindicatos, como jornalistas e professores, assim como não integram a bancada os parlamentares com origem nos movimentos popular e estudantil, embora mantenham uma estreita relação com o movimento sindical.

A composição da bancada sindical é majoritariamente petista. Dos 60 parlamentares sindicalistas, 45 são filiados ao PT. Os outros partidos com representação na bancada sindicalista são o PCdoB (7), PDT (3), PPS (1), PMDB (1), PV (1) e PSOL (2).

A grande novidade da bancada é o metalúrgico e sindicalista Paulinho (PDT/SP), da Força Sindical. Em relação aos 16 novos integrantes da bancada, 7 deles não são estreantes na Câmara porque já exerceram mandatos federais anteriormente: Augusto Carvalho (PPS/DF), Dado (PDT/SP), Dutra (PT/MA), Edmilson Valentim (PCdoB/RJ), Giovanni Queiroz (PDT/PA), Magela (PT/DF) e Paulo Rocha (PT/PA).

BANCADA SINDICALISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PARTIR DE 2007 (55)

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Adão Pretto	PT/RS	Reeleito	Trabalhador Rural
Alice Portugal	PCdoB/BA	Reeleita	Servidora Pública
Ângelo Vanhoni	PT/PR	Novo	Professor
Anselmo	PT/RO	Reeleito	Trabalhador rural
Antônio Carlos Biffi	PT/MS	Reeleito	Professor
Arlindo Chinaglia	PT/SP	Reeleito	Médico
Assis	PT/PR	Reeleito	Agricultor
Augusto Carvalho	PPS/DF	Novo	Bancário
Carlos Abicalil	PT/MT	Reeleito	Professor
Carlos Santana	PT/RJ	Reeleito	Metroferroviário
Chico D'Angelo	PT/RJ	Novo	Médico
Chico Lopes	PCdoB/CE	Novo	Professor
Dado	PDT/SP	Novo	Servidor Público
Daniel Almeida	PCdoB/BA	Reeleito	Operário da Ind. Têxtil
Devanir Ribeiro	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Dr. Rosinha	PT/PR	Reeleito	Servidor Público
Dutra	PT/MA	Novo	Advogado
Edmilson Valentim	PCdoB/RJ	Novo	Metalúrgico
Eduardo Valverde	PT/RO	Reeleito	Servidor Público
Eudes Xavier	PT/CE	Novo	Comerciário
Fátima Bezerra	PT/RN	Reeleita	Professora
Fernando Lopes	PMDB/RJ	Reeleito	Economista
Fernando Ferro	PT/PE	Reeleito	Eletricário
Gilmar Machado	PT/MG	Reeleito	Professor
Giovanni Queiroz	PDT/PA	Novo	Médico
Henrique Afonso	PT/AC	Reeleito	Professor
Ivan Valente	PSOL/SP	Reeleito	Professor
João Paulo Cunha	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Jorge Bittar	PT/RJ	Reeleito	Engenheiro
José Pimentel	PT/CE	Reeleito	Bancário
Leonardo Monteiro	PT/MG	Reeleito	Técnico Químico
Luis Alberto	PT/BA	Reeleito	Petroleiro
Luiz Bassuma	PT/BA	Reeleito	Petroleiro
Luiz Sérgio	PT/RJ	Reeleito	Metalúrgico
Magela	PT/DF	Novo	Bancário
Maria do Carmo Lara	PT/MG	Reeleita	Professora
Maurício Rands	PT/PE	Reeleito	Advogado Trabalhista
Nelson Pelegriño	PT/BA	Reeleito	Advogado
Paulinho da Força	PDT/SP	Novo	Metalúrgico
Paulo Rocha	PT/PA	Novo	Gráfico
Paulo Rubem	PT/PE	Reeleito	Professor
Pepe Vargas	PT/RS	Novo	Médico
Perpétua Almeida	PCdoB/AC	Reeleita	Bancária
Professora Dalva	PT/AP	Nova	Professora
Ricardo Berzoini	PT/SP	Reeleito	Bancário
Roberto Santiago	PV/SP	Novo	Gerente*
Vaccarezza	PT/SP	Novo	Médico
Vander Loubet	PT/MS	Reeleito	Bancário
Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM	Reeleita	Professora
Vicente de Paula da Silva – Vicentinho	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Vignatti	PT/SC	Reeleito	Servidor Público
Virgílio Guimarães	PT/MG	Reeleito	Economista
Walter Pinheiro	PT/BA	Reeleito	Telefônico
Zé Geraldo	PT/PA	Reeleito	Trabalhador Rural
Zezéu Ribeiro	PT/BA	Reeleito	Arquiteto

*ocupação declarada pelo deputado



BANCADA SINDICALISTA NO SENADO A PARTIR DE 2007 (5)

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Fátima Cleide	PT/RO	Atual	Professora
Ideli Salvatti	PT/SC	Atual	Professora
Inácio Arruda	PCdoB/CE	Novo	Servidor Público e Eletrotécnico
José Nery	PSOL/PA	Novo**	Professor
Paulo Paim	PT/RS	Atual	Metalúrgico

** Primeiro suplente da senadora Ana Júlia Carepa (PT), será efetivado no mandato devido à renúncia de Carepa que foi eleita governadora do Pará.

INTEGRANTES DA BANCADA SINDICALISTA QUE ESTARÃO FORA DO CONGRESSO EM 2007 (27)

Agnelo Queiroz	PCdoB/DF	Atual	Médico
Ary Vanazzi	PT/RS	Atual	Professor
Cláudio Magrão	PPS/SP	Atual	Metalúrgico
Dra. Clair	PT/PR	Atual	Advogada
Hélio Esteves	PT/MG	Atual	Engenheiro eletricista
Iara Bernardi	PT/SP	Atual	Professora
Ivo José	PT/MG	Atual	Metalúrgico
Jamil Murad	PC do B/SP	Atual	Médico
Jandira Feghali	PC do B/RJ	Atual	Médica
João Batista Babá	PSOL/PA	Atual	Professor
João Fontes	PDT/SE	Atual	Advogado trabalhista
João Grandão	PT/MS	Atual	Bancário
João Magno	PT/MG	Atual	Bancário
Josias Gomes	PT/BA	Atual	Engenheiro agrônomo
Luciano Zica	PT/SP	Atual	Petroleiro
Maninha	PSOL/DF	Atual	Médica
Mariângela Duarte	PT/SP	Atual	Professora
Mauro Passos	PT/SC	Atual	Eletricitário
Medeiros	PL/SP	Atual	Metalúrgico
Neyde Aparecida	PT/GO	Atual	Professora
Nilton Baiano	PP/ES	Atual	Médico
Orlando Desconsi	PT/RS	Atual	Bancário
Paulo Bernardo	PT/PR	Atual	Bancário
Professor Luizinho	PT/SP	Atual	Professor
Sérgio Miranda	PDT/MG	Atual	Professor
Wasny de Roure	PT/DF	Atual	Economista e servidor público
Senadora Heloísa Helena	PSOL/AL	Atual	Professora

BANCADA EVANGÉLICA

A bancada evangélica foi a que mais diminuiu entre os grupos de pressão organizados que atuam no Congresso. Diferente do que vinha acontecendo nas últimas três eleições gerais, os evangélicos perderam quadros importantes e a bancada chegará menor à 53ª Legislatura. O DIAP classifica como integrante da bancada evangélica, além dos bispos e pastores, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica.

A evolução quantitativa da bancada evangélica nas legislaturas anteriores foi resultado do êxito eleitoral de bispos e pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja principal liderança na Câmara era o ex-bispo Carlos Rodrigues. O ex-deputado renunciou ao mandato em 2005 quando teve seu nome envolvido no escândalo do mensalão. Em 2006, novamente a IURD sofreu desgaste de imagem por causa dos parlamentares citados na CPMI das Sanguessugas.

Além da IURD, o escândalo da compra superfaturada de ambulâncias respingou sobre parlamentares integrantes de outras igrejas evangélicas, especialmente a Assembléia de Deus. Muitos deles desistiram da candidatura ou tiveram seus nomes vetados pela cúpula dessas igrejas. Outros tentaram a reeleição, mas foram barrados nas urnas. Entre os que não se reelegeram ou não se candidataram, 16 tiveram seus nomes envolvidos na máfia das ambulâncias. Não retornará para a Câmara em 2007, por exemplo, o atual coordenador da bancada evangélica, deputado Adelor Vieira (PMDB/SC), que é membro da Assembléia de Deus. Ele é um dos acusados no relatório parcial da CPMI das Sanguessugas e também está sob investigação do Ministério Público Federal.

No Senado Federal, o bispo Marcelo Crivella (PRB/RJ), da IURD, continuará sendo o principal interlocutor da bancada evangélica. Derrotado na disputa ao Governo do Rio de Janeiro, Crivella tem mandato até 2011. Outro senador que integra a bancada evangélica é Magno Malta (PL/RJ), membro da Igreja Batista, cujo nome também figura entre os investigados na CPMI das Sanguessugas.

Em levantamento parcial, o DIAP identificou 36 parlamentares integrantes da bancada evangélica: 17 deputados reeleitos, 15 deputados novos e 4 senadores que têm mandato até 2011.

BANCADA EMPRESARIAL

A bancada empresarial, entendida como aquela constituída de parlamentares cuja principal fonte de renda advém dos rendimentos de seus negócios, ganhou em quantidade e em qualidade na eleição deste ano em comparação com o pleito anterior. Em termos quantitativos, saltou de 102, eleitos em 2002, para os 120, eleitos em 2006. Só perdeu para o pleito de 1998, quando elegeu 143 empresários. Perde empresários como Vitório Medioli (PV/MG), Ronaldo César Coelho (PSDB/RJ) e Júlio Lopes (PP/RJ), mas ganha no-

mes como os deputados Camilo Cola (PMDB/ES), Luiz Carlos Setim (PFL/PR), Paulo Maluf (PP/SP) e os senadores João Claudino (PTB/PI) e Fernando Collor (PRTB/AL), entre outros.

BANCADA DA SAÚDE

A bancada da saúde, assim como a de educação, possui pelo menos três grupos em seu interior: um que defende a saúde pública, estatal e gratuita; outro que patrocina os interesses privados, com fins lucrativos, incluindo os planos de saúde; e um terceiro que apóia e defende as santas casas, que fazem filantropia e recebem recursos públicos. As disputas entre os três grupos são acirradas, mas um ponto os une: o aumento das verbas para a saúde.

Cada grupo possui um interesse específico. O privado, além dos donos de hospitais e de planos de saúde, que lutam para ampliar sua participação nos recursos orçamentários e evitar ressarcimento ao SUS pelo atendimento de detentores de plano de saúde, inclui o pessoal da indústria tabagista e de bebidas, contra indenizações por doenças decorrentes do uso e consumo desses produtos. O filantrópico, além do aumento de recursos, também exige atualização dos repasses por atendimento, considerado muito baixo, querem uma política regular de transferência de recursos.

A bancada, apesar da ausência da deputada Maninha (PSOL/DF), da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), ganhou em quantidade e qualidade. Além de

reeleger seus principais coordenadores, como os deputados Rafael Guerra (PSDB/MG) e Darcísio Perondi (PMDB/RS), ganhou outros reforços, como os deputados Jofran Frejat (PTB/DF), Alcení Guerra (PFL/PR), Giovanni Queiroz (PDT/PA), Antônio Pallocci (PT/SP), entre outros.

BANCADA DA EDUCAÇÃO

Tal como a bancada da saúde, a de educação terá pelo menos três grupos no seu interior: um que defende o ensino público e gratuito; outro que representa os estabelecimentos privados, com fins lucrativos, e outro que, embora privado, não possui fins lucrativos, como as instituições filantrópicas e/ou vinculadas às igrejas. O pleito comum é também de mais recursos para o setor. A bancada, além de renovar o mandato de seus principais operadores, como o deputado Carlos Abicalil (PT/MT), ganhou novos reforços, como a senadora Marisa Serrano (PSDB/MT).

BANCADA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A bancada dos meios de comunicação é outra poderosa no Congresso Nacional. Ela inclui parlamentares de todos os partidos. Embora apenas algo em torno de 60 parlamentares sejam concessionários de rádio ou televisão, a bancada deve passar de 100 congressistas. Entre os proprietários, diretos ou indiretos, estão nomes de peso no Senado, como ACM, Sarney, Collor e Romero Jucá, e na Câmara, como Jader Barbalho, Inocêncio Oliveira, Henrique Eduardo Alves, entre outros.

Agenda de reformas do segundo Governo Lula no Congresso

Antes de listarmos a agenda de reformas do segundo mandato, cujo conteúdo e abrangência dependerá de negociação com os partidos e com os governadores, seria interessante lembrarmos as reformas prometidas e as realizadas no primeiro mandato do presidente Lula, para que se tenha uma idéia do que efetivamente poderá ser implementado.

Ao assumir seu primeiro mandato, o presidente Lula anunciou sete reformas em nível constitucional: i) a do sistema financeiro, ii) a previdenciária do setor público, iii) a tributária, iv) a do Judiciário, v) a política, vi) a sindical, e vii) a trabalhista.

Desse universo, três já estavam tramitando no Congresso (a primeira, a quarta e a quinta), três foram encaminhadas pelo presidente (a segunda, a terceira e a sexta) e uma (a sétima) não chegou a ser enviada, sob o fundamento de que dependia da aprovação da sindical.

Das seis que tramitaram, o presidente conseguiu que o Congresso aprovasse quatro, sendo uma conclusiva e três parciais, por força de desmembramentos. A que cuidou da desconstitucionalização do sistema financeiro, retirando da Constituição a taxa de juros de 12%, foi concluída. Quanto às demais (previdenciária, tributária



e do Judiciário) ainda há pequenas pendências, aspectos que foram alterados pelo Senado e desmembrados em outras Propostas de Emenda à Constituição, apelidadas de PEC's paralelas. Finalmente, as outras duas - política e sindical - não andaram porque o governo não atuou para aprovar a primeira nem reuniu apoio para votar a segunda.

Para o segundo mandato, além da renovação da CPMF e DRU, o presidente possui três prioridades em nível constitucional - as reformas tributária, política e sindical, mas poderá ser forçado a incluir mais duas - a previdenciária do setor privado e a

trabalhista. Além dessa agenda, há o compromisso de aprovar as partes desmembradas da primeira etapa de reformas, especialmente a previdenciária do servidor e a do Judiciário.

Sem prejuízo desses compromissos e prioridades, o presidente também se empenhará para aprovar, seja ainda no atual Congresso ou no próximo que tomará posse em fevereiro, a PEC do FUNDEB, o marco regulatório do setor de saneamento, o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, a Super-Receita, e outras matérias relevantes, como o projeto destinado a regulamentar a previdência complementar do servidor público.

Sobre o conteúdo da agenda de reformas do segundo mandato

REFORMA TRIBUTÁRIA - A mais complexa das mudanças, a reforma tributária terá duas dimensões, uma constitucional e outra infraconstitucional. Na esfera constitucional, há mudanças nas regras permanentes e nas disposições transitórias. Nas regras permanentes, as alterações têm por base as PEC's - Propostas de Emenda à Constituição nºs 285 e 293, ambas de 2004, e tratam de matérias afetas à União e aos Estados e Municípios. Nas disposições transitórias, a previsão é de prorrogação ou criação em novas bases da CPMF e DRU, que vencem em dezembro de 2007. Já na esfera infraconstitucional, o que existe é o projeto que cria a Super-Receita, fundindo as Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, já aprovado na Câmara e aguardando votação no Senado, e a idéia de desoneração da folha de salário, regulamentando a Emenda Constitucional n.º 42.

As mudanças em debate cuidam de aspectos estaduais e municipais, como aumento de 1% (de 22,5% para 23,5%) do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS: i) a unificação das 27 legislações estaduais, ii) a definição de cinco alíquotas, no máximo, iii) a desoneração das compras de bens de capital, e iv) a definição das regras para a distribuição do Fundo de Compensação das Exportações (Lei Kandir). No aspecto federal, a idéia é aprovar leis com a substituição total ou parcial da contribuição do empregador incidente sobre a folha de salários por uma contribuição não-cumulativa sobre a receita ou o faturamento.

REFORMA POLÍTICA - Há quase que um consenso sobre a necessidade da reforma política, mas ne-

nhum acordo acerca do seu conteúdo. É das mais polêmicas, dada sua abrangência, e inclui aspectos eleitorais e partidários. Temas como financiamento público de campanha, proibição de coligações nas eleições proporcionais, fidelidade partidária, substituição do sistema de lista aberta pelo de lista fechada na eleição proporcional, cláusula de barreira, federação de partidos, voto distrital misto, voto facultativo, mudança nas datas de posse dos parlamentares federais e eleição de suplentes são polêmicos, dividem opiniões entre os partidos e só poderão ser resolvidos no voto.

REFORMA SINDICAL - A reforma sindical é outro tema sobre o qual não existe acordo no movimento sindical nem no Congresso Nacional. Alguns pretendem alterar a Constituição, enquanto outros pretendem apenas regulamentar o artigo 8º da Constituição. Qualquer que seja a solução já há propostas tramitando sobre a matéria. Se a opção for uma PEC, já existe a de nº 369/2005, de iniciativa do Governo Lula. Se, entretanto, for a regulamentação da Constituição, já tramitam na Câmara os seguintes projetos: PL 4.554/2004, de autoria do deputado Sérgio Miranda (PDT/MG), e PL 5.275/05, do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP).

Os principais enunciados da reforma sindical, como conceitos abertos, são aceitos de forma quase unânime no movimento sindical. Ninguém é contra, por exemplo: a) o reconhecimento das centrais b) a adoção de critérios de representatividade para funcionamento de entidade sindical; c) a existência de um órgão tripartite para controle e garantia de aplicação dos enunciados; d) uma maior democrati-

zação e participação nas entidades; e) as mudanças das fontes de financiamento, desde que fiquem assegurados os recursos de custeio das entidades; f) a representação sindical nos locais de trabalho; e g) a negociação no serviço público. Entretanto, quando os enunciados são detalhados e transformados em textos legais, a quase unanimidade desaparece ou é substituída pela discórdia.

Além destas três matérias, o presidente poderá ser pressionado a propor mais duas cuidando respectivamente da reforma da previdência no INSS e da reforma trabalhista.

REFORMA TRABALHISTA - Esta é outra reforma polêmica que poderá ser feita em nível constitucional, com a flexibilização ou desconstitucionalização do art. 7º da Constituição, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores, ou por projeto de lei, como tentou o Governo FHC, por meio do PL 5.483/2001, retirado do Congresso pelo Governo Lula, que flexibilizava a CLT, permitindo que o negociado tivesse prevalência sobre o legislado, ou seja, só valia a lei se acordo ou convenção coletiva não dispusesse em sentido contrário. O PLP 123/2004, que trata da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aquelas com faturamento até R\$ 2,4 milhões, já propõe a flexibilização de direitos para os trabalhadores dessas empresas. O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado e aguarda votação na Câmara das emendas do Senado. O mais provável, entretanto, é que o governo desonere a folha de salário, regulamentando a Emenda Constitucional n.º 42.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA - Existem muitas propostas, modelos e versões para a reforma da Previdência do setor privado, a cargo do INSS. Elas

vão desde a simples aplicação das regras fixadas nas Emendas Constitucionais 41 e 47, que cuidam dos servidores públicos, aos trabalhadores da iniciativa privada, que consistiria na definição de idade mínima de 60 anos de idade para homem e 55 para mulher, do tempo mínimo de contribuição, respectivamente de 35 e 30 anos, eliminando a aposentadoria proporcional, até propostas mais radicais.

Uma reforma mais radical, que foi derrotada nas urnas, contemplaria: 1) adoção do princípio da idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição, de forma análoga ao que já foi estabelecido para os servidores, de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres; 2) aumento progressivo dessa idade mínima ao longo de 10 a 20 anos; 3) redução gradual da diferença (idade e tempo de contribuição) de cinco anos existente entre homens e mulheres para efeito de aposentadoria, na proporção de um ano a menos a cada cinco anos; 4) elevação do período contributivo, até chegar a 25 anos, para quem se aposenta por idade; 5) aumento da idade mínima para efeito de aposentadoria, para 65 anos daqui a alguns anos e 67 anos daqui a 10 ou 15 anos, como está ocorrendo em diversos países do mundo; 6) extinção do regime especial dos profissionais de ensino fundamental e médio, que permite às professoras se aposentarem aos 50 anos; 7) desvinculação entre o salário mínimo e o piso previdenciário, assegurada a indexação das aposentadorias à inflação; 8) aumento da idade de elegibilidade para a concessão da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) para até 70 anos e redução do benefício assistencial para 75% ou 80% do salário-mínimo, melhorando a estrutura de incentivos para que o cidadão contribua para a Previdência Social.

*Perfil das
bancadas eleitas
por Estado*





Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral



Com uma renovação de 62,5%, a bancada federal terá na próxima legislatura cinco novos deputados.

Novamente a deputada comunista Perpétua Almeida (PCdoB) foi a campeã de votos no estado. É a única mulher da bancada. Na eleição passada ela obteve 21.930 votos. Neste pleito, a bancária foi reeleita com 28.748 votos (9%).

Dos oito deputados que compõem a bancada, apenas o deputado Chicão Brígido não tentou a reeleição, tendo preferido disputar vaga para a Assembléia Legislativa do estado, não obtendo êxito. O PT elegeu de novo três deputados, apesar de Zico Bronzeado não ter conseguido se reeleger. Em seu lugar entrou o novato e advogado Fernando Melo, com 18.385 votos (5,76%). Além de Bronzeado, foram reprovados nas urnas os deputados João Tota (PP), João Correia (PMDB) e Júnior Betão (PL), os dois últimos acusados de envolvimento da máfia das sanguessugas.

Os outros dois reeleitos no estado foram o deputado Henrique Afonso (PT), que recebeu nas urnas 14.785 (4,63%) votos. Ele é professor e compõe a bancada evangélica. Nilson Mourão (PT), professor universitário, foi

reeleito para o 3º mandato. Ele recebeu 15.111 votos (4,73%).

Dentre os novos, destaca-se o ex-senador e ex-governador Flaviano Melo (PMDB), que retorna ao Legislativo Federal com 16.951 (5,31%) votos. Embora o PMDB componha a base de apoio, Flaviano Melo diz que vai fazer oposição ao Governo Lula na Câmara. Há também o ruralista Sérgio Oliveira Cunha (Petecão), o segundo mais bem votado, eleito com 27.936 votos (8,75%).

O novato e empresário Gladson Cameli (PP), sobrinho do ex-governador Orlei Cameli, foi eleito com 18.886 votos (5,91%). Outro novato, eleito com 16.442 votos (5,15%), é o empresário Ilderlei Cordeiro (PPS). Ele é filho do ex-deputado Ildelfonso Cordeiro, morto em acidente aéreo na campanha de 2002.

Com 43.054 eleitores a mais em relação à eleição de 2002, o índice de votos brancos aumentou. Na eleição de 2002, 4.467 eleitores (1,54%) votaram em branco. Neste pleito foram 7.209 votos em branco (2,16%). O voto nulo foi proporcionalmente menor, pois houve aumento de número de eleitores. Na eleição anterior, 7.406 (2,55%) dos eleitores anularam o voto. Nesta, foram 7.912 votos (2,37%). A abstenção também caiu em relação ao pleito de 2002; 78.422 (19%)

dos eleitores não compareceram para votar. Em 2002, foram 79.355 (21,46%). Os eleitos receberam 157.244 votos.

Senado Federal

Com apenas uma vaga disponível para o Senado, a maioria dos eleitores acreanos manteve a hegemonia petista no estado e reelegeu o atual senador Tião Viana para mais oito anos de mandato. Para se ter uma idéia dessa preferência do eleitorado, a diferença de votos do primeiro para o segundo colocado foi de 166.956 mil votos. Tião Viana obteve 187.432 (88,76%) e o segundo colocado recebeu nas urnas 20.476 votos (9,70%).

Governador

O governador Jorge Viana (PT) elegeu o sucessor Binho Marques (PT), no 1º turno, com 165.961 votos (53,05%).

Eleição presidencial

No Acre, o presidente Lula perdeu no 1º turno e ganhou no 2º. O tucano Geraldo Alckmin na primeira eleição obteve 161.889 votos (51,79%) e Lula saiu das urnas com 133.221 votos (42,62%). No 2º turno, o petista virou o jogo e bateu Alckmin. Lula teve 151.584 votos (52,36%) e o tucano 137.911 votos (47,64%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 412.840
 Votos Brancos: 7.209 (2,16%)
 Votos Nulos: 7.912 (2,37%)
 Abstenção: 78.422 (19,00%)
 Votos Válidos: 319.297 (95,48%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 7
 Reeleitos: 3
 Votação Total dos Eleitos: .. 157.244
 Índice de Renovação: 62,50%
 Quociente Eleitoral: 39.913

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
FERNANDO MELO	PT	NOVO	18.385	ADVOGADO
FLAVIANO MELO	PMDB	NOVO	16.951	ENGENHEIRO
GLADSON CAMELI	PP	NOVO	18.886	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO
HENRIQUE AFONSO	PT	REELEITO	14.785	PROFESSOR
ILDERLEI CORDEIRO	PPS	NOVO	16.442	PILOTO, COMERCIANTE E EMPRESÁRIO
NILSON MOURÃO	PT	REELEITO	15.111	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	REELEITA	28.748	BANCÁRIA
SÉRGIO OLIVEIRA CUNHA	PMN	NOVO	27.936	PECUARISTA



Alagoas não elegeu mulheres para a Câmara



O estado de Alagoas registrou índice de renovação um pouco maior do que no pleito de 2002. Há quatro anos, o percentual havia sido de 44,4%, o mesmo de 1998. Para a próxima legislatura, a bancada chegará renovada em 55,5%. Dos atuais nove deputados federais alagoanos, apenas quatro passaram no teste das urnas em 1º de outubro: Benedito de Lira (PP), Givaldo Carimbão (PSB), Maurício Quintella Lessa (PDT) e Olavo Calheiros (PMDB).

Além dos quatro deputados reeleitos, tentaram retornar ao Parlamento Federal os deputados João Caldas (PL), atual 4º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, cujo nome foi citado na CPMI das Sanguessugas; o promotor de justiça Helenildo Ribeiro (PSDB) e o professor universitário Rogério Teófilo (PPS). Esses parlamentares foram barreados nas urnas.

Os deputados José Thomaz Nonô (PFL) e João Lyra (PTB) concorreram a outros cargos, mas não obtiveram êxito. Nonô, atual 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, disputou vaga para o Senado Federal que acabou ficando com o ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello. Já o deputado João Lyra foi derrotado em 1º turno no pleito para o Governo de Alagoas, que foi vencido pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB).

Os novos deputados que irão

representar o estado de Alagoas são: o médico Carlos Alberto Canuto (PMDB); o radialista, locutor e comentarista de rádio e TV Cristiano Matheus (PFL); o delegado Francisco Tenório (PMN); o técnico em edificação, atual vereador e presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas, Gerônimo da Adefal (PFL); e o engenheiro Joaquim Beltrão (PMDB), o mais votado entre os novatos, registrando 79.547 votos.

Em Alagoas, nenhum deputado federal conseguiu atingir o quociente eleitoral, que foi de 129.512 votos. Quem chegou mais perto deste número foi o deputado reeleito Benedito de Lira com 106.593 votos, o que representa 7,67% dos votos válidos nas eleições proporcionais do estado alagoano.

Assim como na eleição de 2002, Alagoas não elegeu nenhuma mulher para a Câmara Federal. O PMDB é o partido com maior representação no estado com três deputados, seguido do PFL com dois, e do PP, PSB, PDT e PMN com um representante cada. O “vestibular” para o cargo de deputado federal em Alagoas foi disputado por 95 candidatos.

Senado Federal

No pleito de 2006, 1/3 do Senado Federal foi renovado. Eram 27 vagas em disputa, ou seja, uma por estado. No caso de Alagoas, encerra-se em 2007 o mandato da senadora Heloísa Helena (PSOL), que foi derrotada

na eleição para a Presidência da República.

Os alagoanos elegeram o ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello (PRTB), para representar o estado nas duas próximas legislaturas (2007 a 2015). Apesar de os eleitores terem votado em apenas um candidato, a bancada de Alagoas no Senado será renovada em 2/3. O atual senador Teotônio Vilela Filho (PSDB), eleito para um mandato que só terminará em 2011, sagrou-se vitorioso no pleito para o governo estadual. Assim, será efetivado no mandato o 1º suplente João Tenório (PSDB). Completa a bancada de Alagoas no Senado o atual presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB), cujo mandato prossegue até 2011.

Governador

Em Alagoas a eleição para o governo estadual foi decidida em 1º turno. O candidato do PSDB Teotônio Vilela Filho foi eleito com 733.405 votos, o que corresponde a 55,85% dos votos válidos. O vice-governador eleito foi José Wanderley Neto.

Eleição presidencial

Lula (PT) venceu a eleição em Alagoas nos dois turnos. No 1º turno, teve a preferência de 625.162 eleitores (46,63%) contra 506.722 (37,79%) de Alckmin (PSDB). No turno decisivo, a diferença entre os candidatos aumentou bastante. Lula conquistou 822.505 votos (61,45%) e Alckmin ficou com 516.059 ou 38,55% dos votos válidos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.859.487
 Votos Brancos: 78.754 (5,20%)
 Votos Nulos: 46.142 (3,05%)
 Abstenção: 345.737 (18,59%)
 Votos Válidos: .. 1.388.854 (91,75%)
 Número de Vagas: 9
 Candidatos à Reelection: 7
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: ..719.944
 Índice de Renovação: 55,55%
 Quociente Eleitoral: 154.317

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
BENEDITO DE LIRA	PP	REELEITO	106.593	ADVOGADO
CARLOS ALBERTO CANUTO	PMDB	NOVO	67.784	MÉDICO
CRISTIANO MATHEUS	PFL	NOVO	76.728	LOCUTOR E COMENTARISTA DE RÁDIO E TV E RADIALISTA
FRANCISCO TENÓRIO	PMN	NOVO	70.241	DELEGADO
GERÔNIMO DA ADEFAL	PFL	NOVO	71.209	TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	REELEITO	84.017	COMERCIANTE, GRÁFICO E EMPRESÁRIO
JOAQUIM BELTRÃO	PMDB	NOVO	79.547	ENGENHEIRO
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	REELEITO	72.054	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
OLAVO CALHEIROS	PMDB	REELEITO	91.771	ENGENHEIRO AGRÔNOMO



Estado elege maior bancada feminina do Brasil



No segundo menor colégio eleitoral do Brasil, com 360.614 eleitores, a novidade é o fato de a metade da bancada ser composta de mulheres - Dalva Figueiredo (PT), Fátima Pelaes (PMDB), Janete Capiberibe (PSB) e Lucenira Pimentel (PPS). Trata-se da maior bancada feminina da Câmara. Em 2002, apenas uma mulher foi eleita.

Outro aspecto importante foi a eleição de Janete Capiberibe como campeã de votos: 29.547 (10,35%) eleitores reconduziram a deputada depois dela ter sido cassada sob a acusação de compra de votos. Ela é tradutora e professora.

Entre os reeleitos está Evandro Milhomen (PCdoB), com 10.464 (3,66%) votos. Ele ocupou a vaga de Janete quando a ex-deputada foi cassada em 2005. Este será o terceiro mandato de Milhomen. O comerciante Davi Alcolumbre (PFL) também se reelegeu para o segundo mandato com 12.377 (4,33%) votos.

Com a segunda maior votação, estréia na Câmara, com 17.428 votos (6,10%), a professora Dalva Figueiredo, que vai compor a bancada sindical no Congresso e já foi vice-governadora e governadora do Estado. A socióloga

Fátima Pelaes retorna à Câmara com 17.297 (6,06%) votos, a terceira maior votação do estado. O economista Jurandil Juarez (PMDB) também retorna à Câmara, com 13.618 (4,77%). Ele chegou a exercer o mandato como suplente em março de 2005.

A servidora pública Lucenira Pimentel (PPS), eleita com 15.604 (5,46%) votos, é mulher do prefeito de Macapá, o petista João Henrique Pimentel. Retorna ao Congresso o médico e ex-senador Sebastião Rocha (PDT). Ele obteve nas urnas 9.009 (3,15%) votos.

O eleitorado do Amapá puniu os acusados de participar da “Máfia das Sanguessugas”: Benedito Dias (PP), Eduardo Seabra (PTB) e Coronel Alves (PL) não foram reeleitos. Também foram barrados nas urnas os deputados Badu Picanço (PL), Gervásio Oliveira (PMDB) e Hélio Esteves (PT).

O quociente eleitoral, não alcançado por nenhum dos eleitos, foi de 35.697 votos; 4.967 (1,61) votaram em branco; e 18.584 (6,01%) anularam o voto. Não compareceram para votar 51.487 (14,28%) dos eleitores.

Senado Federal

A novidade nesta eleição foi o fato de o senador José Sarney (PMDB), que se reelegeu com

152.486 (53,87%) votos, ter que, pela primeira vez, fazer campanha no estado. Ele foi surpreendido por uma rejeição de mais de 37% e também pelo bom desempenho de sua concorrente Cristina Almeida (PSB), que ficou em segundo lugar com 123.378 (43,59%) votos. Cristina é servidora pública do Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária).

Governador

No Amapá a eleição para o governo do estado foi decidida no 1º turno, com a esmagadora vitória do atual chefe do Executivo Waldez Góes (PDT), que obteve nas urnas 160.150 (53,69%) dos votos válidos. Seu oponente foi o ex-senador João Alberto Capiberibe (PSB), que recebeu dos eleitores 112.486 (37,71%) dos votos válidos.

Eleição presidencial

O candidato à reeleição venceu nos dois turnos no estado. No 1º turno, Lula teve 160.675 votos (54,40% da preferência dos eleitores) e Alckmin ficou com os votos de 95.070 (32,19%) eleitores. No 2º turno, Lula ampliou bastante a diferença, com 191.698 (70,40%) votos e Alckmin perdeu votos em relação ao 1º turno. Ele ficou com 80.601 (29,60%) dos votos válidos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 360.614
 Votos Brancos: 4.967 (1,61%)
 Votos Nulos: 18.584 (6,01%)
 Abstenção: 51.487 (14,28%)
 Votos Válidos: 285.576 (92,38%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 8
 Reeleitos: 2
 Votação Total dos Eleitos: 125.344
 Índice de Renovação: 75,00%
 Quociente Eleitoral: 35.697

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
DALVA FIGUEIREDO	PT	NOVA	17.428	PROFESSORA
DAVI ALCOLUMBRE	PFL	REELEITO	12.377	COMERCIANTE
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	REELEITO	10.464	SOCIÓLOGO
FÁTIMA PELAES	PMDB	NOVA	17.297	SOCIÓLOGO
JANETE CAPIBERIBE	PSB	NOVA	29.547	TRADUTORA, PROFESSORA E AJUDANTE DE ASSISTENTE SOCIAL
JURANDIL JUAREZ	PMDB	NOVO	13.618	ECONOMISTA E PROFESSOR
LUCENIRA PIMENTEL	PPS	NOVA	15.604	SERVIDORA PÚBLICA
SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA	PDT	NOVO	9.009	MÉDICO

Índice de renovação sobe em relação a 2002



Nas eleições de 2006, o estado do Amazonas registrou índice de renovação de 50%, maior do que foi alcançado no pleito de 2002. Há quatro anos, o percentual havia sido de 37,5%, o mesmo de 1998. Da bancada atual, seis deputados tentaram a reeleição. Destes, foram barrados nas urnas Humberto Michelis (PL) e Lupércio Ramos (PMDB).

Disputaram a reeleição e conquistaram novo mandato parlamentar os deputados Átila Lins (PMDB), servidor público, bacharel em direito e economista; Carlos Souza (PP), professor; Silas Câmara (PTB), empresário; e Vanessa Grazziotin (PCdoB), farmacêutica, professora e sindicalista.

O deputado Francisco Garcia (PP) disputou a vaga de 1º suplente de senador na chapa encabeçada pelo candidato à reeleição Gilberto Mestrinho (PMDB). O deputado Pauderney Avelino (PFL) também disputou a única vaga para o Senado. Os dois parlamentares foram barrados nas urnas e estarão fora da 53ª Legislatura que terá início em 1º de fevereiro de 2007.

Os novos deputados que irão representar o estado do Amazonas são: o economista Francisco Praciano (PT); o farmacêutico Marcelo Serafim (PSB); a empresária Rebeca Garcia; e o radialista, advogado e ex-agente policial Sabino Castelo Branco (PFL).

É interessante registrar que no Estado do Amazonas dois novos parlamentares têm parentescos com políticos tradicionais. A deputada Rebeca Garcia (PP) é filha do atual deputado federal Francisco Garcia e o deputado Marcelo Se-

rafim (PSB) é filho do prefeito de Manaus, Serafim Correia.

Houve aumento da representação feminina do estado na Câmara dos Deputados. Além de Vanessa Grazziotin (PCdoB), que atua junto à bancada sindical e prioriza o debate e a defesa das questões trabalhistas, há a novata Rebeca Garcia.

Outra constatação do DIAP quanto à eleição proporcional do Amazonas é a manutenção de representantes da bancada evangélica e da bancada ruralista. O deputado evangélico Silas Câmara (PTB) vai exercer seu terceiro mandato federal e Átila Lins (PMDB), que faz parte da bancada ruralista, vai exercer o quinto mandato no Parlamento.

No Amazonas, diferentemente das eleições de 2002, nenhum deputado federal conseguiu atingir o quociente eleitoral, que foi de 174.093 votos. Quem chegou mais perto deste número foi o deputado reeleito Carlos Souza (PP) com 147.212 votos. Nas eleições de 2002, a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB) havia sido a única candidata a superar o quociente eleitoral de 143.611 votos ao conquistar nas urnas o voto de 197 mil eleitores.

Partidariamente, o estado do Amazonas será representado na Câmara dos Deputados por dois deputados do PP, e um representante de cada uma das seguintes agremiações políticas: PMDB, PT, PFL, PSB, PTB e PCdoB.

Senado Federal

No pleito de 2006, 1/3 do Senado Federal foi renovado. Foram 27 vagas em disputa, ou seja, uma em cada estado. No caso do Amazonas, o senador Gilberto Mestrinho

(PMDB) tentou renovar seu mandato, mas foi derrotado nas urnas pelo ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PL).

Também disputou a única vaga para o Senado o deputado Pauderney Avelino (PFL) e o deputado Francisco Garcia (PP) como 1º suplente de Mestrinho. Os três foram derrotados nas urnas.

Outros dois senadores do Amazonas com mandato até 2011 disputaram cargos eletivos em outubro. O senador Arthur Virgílio (PSDB) disputou o governo do estado e foi derrotado pelo governador reeleito Eduardo Braga (PMDB). O outro senador que permanecerá por mais quatro anos no Senado é Jefferson Peres (PDT). Ele disputou como vice-presidente na chapa encabeçada pelo ex-ministro da Educação do Governo Lula, Cristovam Buarque.

Governador

A eleição para o governo do estado foi decidida no 1º turno. Eduardo Braga (PMDB) teve 687.912 votos (50,63%) e foi reconduzido para mais quatro anos no comando do Poder Executivo local.

Eleição presidencial

O candidato-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu os dois turnos da eleição no estado do Amazonas. No 1º turno ele teve 1.070.656 votos (78,06%) contra apenas 170.785 votos (12,45%) conquistados por Alckmin.

No 2º turno, os dois candidatos cresceram, mas Lula continuou sendo o preferido dos amazonenses. O petista conquistou 1.159.709 (86,80%) votos dos eleitores e o candidato tucano somente 176.338 (13,20%) dos votos.

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ÁTILA LINS	PMDB	REELEITO	93.882	SERVIDOR PÚBLICO, BACHAREL EM DIREITO E ECONOMISTA
CARLOS SOUZA	PP	REELEITO	147.212	PROFESSOR
FRANCISCO PRACIANO	PT	NOVO	126.881	ECONOMISTA
MARCELO SERAFIM	PSB	NOVO	92.241	FARMACÊUTICO
REBECA GARCIA	PP	NOVA	81.229	EMPRESÁRIA
SABINO CASTELO BRANCO	PFL	NOVO	138.932	RADIALISTA, ADVOGADO E EX-AGENTE POLICIAL
SILAS CÂMARA	PTB	REELEITO	104.965	EMPRESÁRIO
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	REELEITA	95.950	FARMACÊUTICA E PROFESSORA

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.781.246
 Votos Brancos: 50.004 (3,41%)
 Votos Nulos: 22.234 (1,52%)
 Abstenção: 316.270 (17,75%)
 Votos Válidos: 1.392.738 (95,07%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: 881.292
 Índice de Renovação: 50,00%
 Quociente Eleitoral: 174.093



Bahia é o principal reduto do PFL



A bancada baiana repetiu o desempenho da eleição de 2002 no que se refere à votação nominal dos deputados eleitos.

Novamente, a Bahia foi o estado onde mais parlamentares conseguiram atingir o quociente eleitoral: 168.484 votos. A lista de seis nomes é liderada pelo deputado reeleito Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL) que obteve 436.966 votos e é pela segunda vez consecutiva o campeão de votos nesta unidade federativa.

Completam a relação os deputados reeleitos Fábio Souto (PFL), Geddel Vieira Lima (PMDB), Walter Pinheiro (PT) e Nelson Pellegrino (PT), além da nova parlamentar, mas não estreada, Lídice da Mata (PSB), que foi deputada Constituinte (1987-1991). Os deputados Félix Mendonça (PFL) e Paulo Magalhães (PFL) se reelegeram, mas não tiveram o mesmo desempenho de 2002 quando alcançaram o quociente que, naquele ano, foi de 152.721 votos.

Os 39 atuais representantes do estado na Câmara Federal, com exceção de dois deputados (Robério Nunes, que foi candidato a deputado estadual, e Zelinda Novaes, que não foi candidata), disputaram a reeleição. Dos 37 postulantes à recondução ao mandato parlamentar, 28 saíram vitoriosos das urnas. As 11 vagas restantes foram ocupadas por novos deputados, o que representa 28,20% da bancada. Este índice de renovação foi menor do que o percentual registrado no pleito de 2002: 46,15%.

Na Bahia, as urnas puniram quatro deputados que tiveram seus nomes envolvidos nos escândalos do mensalão e das sanguessugas. Josias Gomes (PT), Pastor Reginaldo Germano (PP) e Jonival Lucas Júnior (PTB) não se reelegeram. O deputado Robério Nunes (PFL), também citado na CPMI das Sanguessugas, foi derrotado na eleição para deputado estadual. Os outros candidatos à reeleição derrotados foram: Aroldo Cedraz (PFL), Gerson Gabrielli (PFL), Jairo Carneiro (PFL), Milton Barbosa

(PSC), Pedro Irujo (PMDB) e Roland Lavigne (PSDB).

Chama atenção o não retorno para o Congresso do deputado Jairo Carneiro que está encerrando o quarto mandato federal. Carneiro é um dos membros mais ativos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara e, nesta legislatura, relatou os processos do deputado João Magno (PT/MG) e do deputado José Janene (PP/PR), que tiveram os nomes envolvidos no escândalo do mensalão.

No rol de 11 novos deputados que chegam à Câmara, seis já exerceram mandatos no Parlamento Federal em legislaturas anteriores. Além de Lídice da Mata, já mencionada como deputada Constituinte, retornam à Brasília os deputados Geraldo Simões (PT), João Bacelar (PL), Marcos Medrado (PDT), Sérgio Carneiro (PT) e Sérgio Brito (PDT).

Os cinco debutantes da bancada baiana são: a produtora rural, que vem reforçar a bancada ruralista, Jusmarí Oliveira (PFL), os médicos Maurício Trindade (PL) e Roberto Britto (PP), a comerciante e ex-prefeita de Candeias, Tonha Magalhães (PFL), e o advogado Veloso (PPS).

A bancada da Bahia, cujas vagas foram cobiçadas por 252 candidatos, revela um crescimento de 100% da bancada feminina. Em 2002, foram eleitas apenas duas mulheres. No pleito de 2006, quatro mulheres tiveram sucesso eleitoral.

No que se refere às históricas disputas das tradicionais famílias de políticos no estado, além da eleição do deputado Sérgio Carneiro, que é irmão do prefeito de Salvador, João Henrique, a família Durval derrotou o candidato de ACM para o Senado. Rodolpho Tourinho (PFL) concorria à reeleição, mas perdeu a vaga para o ex-governador João Durval (PDT). Foi emblemática também a derrota dos Magalhães no pleito para o governo do estado. O candidato à reeleição pelo PFL, Paulo Souto, foi derrotado em 1º turno por Jaques Wagner (PT).

Mesmo com alguns desfalques no pleito proporcional e com a derrota no Senado e no governo, o PFL continua sendo o partido com

a maior representação na bancada baiana. Os 13 deputados pefelistas somam o principal reduto do partido no País. O PT elegeu oito deputados; PP, PL e PDT elegeram três deputados cada; PSDB, PPS e PCdoB elegeram dois deputados cada; e PMDB, PSB e PV conseguiram eleger um deputado cada.

Senado Federal

A bancada da Bahia no Senado, com a eleição do senador João Durval, que é do PDT, deixa de ser 100% pefelista. Eleito para um mandato que só terminará em 2015, Durval dividirá espaço na tribuna com os senadores do PFL Antônio Carlos Magalhães e César Borges.

No pleito de outubro último, nem ACM nem Borges foram candidatos. Como eles foram eleitos em 2002, seus mandatos prosseguem até 2011.

Governador

A eleição de Jaques Wagner (PT) para o Governo da Bahia foi uma das maiores surpresas do 1º turno na eleição de 2006. Ele e o vice-governador Edmundo Pereira Santos foram eleitos com 3.242.336 votos, ou seja, 52,89% dos votos válidos.

Eleição presidencial

Se no 1º turno o presidente Lula (PT) já havia registrado um ótimo desempenho eleitoral reunindo 66,65% do eleitoral em torno de sua candidatura (4.293.200 votos), no 2º turno conseguiu apoio de 78,08% do eleitorado, somando 5.188.314 votos. O candidato Geraldo Alckmin (PSDB) diminuiu a votação de um turno para outro. Ele teve 1.676.484 (26,03%) no 1º turno, caindo para 1.456.417 (21,92%) no 2º turno.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	9.109.353
Votos Brancos:	409.826 (5,67%)
Votos Nulos:	244.406 (3,38%)
Abstenção:	1.884.249 (20,68%)
Votos Válidos:	6.570.872 (90,95%)
Número de Vagas:	39
Candidatos à Reeleição:	37
Reeleitos:	28
Votação Total dos Eleitos:	4.425.369
Índice de Renovação:	28,20%
Quociente Eleitoral:	168.484

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALICE PORTUGAL	PCdoB	REELEITA	78.031	FARMACÊUTICA BIOQUÍMICA
ANTONIA MAGALHÃES CRUZ	PFL	NOVA	78.034	COMERCIANTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	REELEITO	436.966	ADVOGADO
CLAUDIO CAJADO	PFL	REELEITO	86.773	ADVOGADO
COLBERT MARTINS	PPS	REELEITO	74.264	MÉDICO
DANIEL ALMEIDA	PCdoB	REELEITO	86.881	INDUSTRIÁRIO
EDSON DUARTE	PV	REELEITO	27.729	TÉCNICO AGROPECUÁRIO E AUXILIAR DE PATOLOGIA CLÍNICA
FÁBIO SOUTO	PFL	REELEITO	297.061	ECONOMISTA
FÉLIX MENDONÇA	PFL	REELEITO	101.642	ENGENHEIRO CIVIL, CONSTRUTOR E EMPRESÁRIO
FERNANDO DE FABINHO	PFL	REELEITO	161.750	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, RADIALISTA E COMERCIANTE
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	REELEITO	287.393	PECUARISTA, ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CACAUCULTOR
GERALDO SIMÕES	PT	NOVO	88.796	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GUILHERME MENEZES	PT	REELEITO	87.010	MÉDICO
JOÃO ALMEIDA	PSDB	REELEITO	81.034	GEÓLOGO
JOÃO CARLOS BACELAR	PL	REELEITO	77.902	ADVOGADO E INDUSTRIAL
JOÃO LEÃO	PP	REELEITO	103.222	EMPRESÁRIO
JORGE KHOURY	PFL	REELEITO	81.095	ENGENHEIRO CIVIL
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	REELEITO	136.847	ENGENHEIRO ELÉTRICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	REELEITO	88.104	ADMINISTRADOR
JOSÉ ROCHA	PFL	REELEITO	115.777	MÉDICO
JUSMARY OLIVEIRA	PFL	NOVA	100.416	AGRICULTORA
JUTAHY JÚNIOR	PSDB	REELEITO	147.193	ADVOGADO
LÍDICE DA MATA	PSB	NOVA	188.927	ECONOMISTA
LUIZ ALBERTO	PT	REELEITO	60.950	TÉCNICO QUÍMICO
LUIZ BASSUMA	PT	REELEITO	65.714	ENGENHEIRO
LUIZ CARREIRA	PFL	REELEITO	90.290	ADMINISTRADOR
MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	REELEITO	93.253	ADVOGADO
MARCOS MEDRADO	PDT	NOVO	46.291	EMPRESÁRIO
MÁRIO NEGROMONTE	PP	REELEITO	103.277	ADVOGADO
MAURÍCIO TRINDADE	PL	NOVO	78.115	MÉDICO
NELSON PELLEGRINO	PT	REELEITO	171.129	ADVOGADO
PAULO MAGALHÃES	PFL	REELEITO	113.199	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ROBERTO BRITTO	PP	NOVO	87.452	MÉDICO
SÉRGIO BRITO	PDT	NOVO	46.950	POLICIAL CIVIL E ENGENHEIRO
SÉRGIO CARNEIRO	PT	NOVO	70.348	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E ADVOGADO
SEVERIANO ALVES	PDT	REELEITO	61.054	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
VELOSO	PPS	NOVO	31.279	ADVOGADO
WALTER PINHEIRO	PT	REELEITO	200.894	TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES
ZEZÉU RIBEIRO	PT	REELEITO	92.327	ARQUITETO

Deputado do Ceará teve a maior votação proporcional do Brasil



O estado do Ceará registrou nesta eleição uma renovação de 40,91%. Dos 22 parlamentares que compõem a bancada, 13 se reelegeram para mais um mandato de quatro anos, dois desistiram da disputa eleitoral e dois disputaram a única vaga para o Senado Federal.

A bancada cearense registrou a maior votação proporcional para deputado federal no Brasil. O ex-ministro da Integração Nacional do Governo Lula, Ciro Gomes (PSB), conquistou a preferência de 667.830 eleitores, o que corresponde a 16,19% dos

votos válidos.

O novato Ciro Gomes e o reeleito Eunício Oliveira (PMDB) foram os únicos parlamentares que superaram o quociente eleitoral de 187.469 votos.

Desistiram da vida pública os deputados Almeida Lima de Jesus (PL), acusado de envolvimento no esquema de desvio de recursos públicos destinados à compra de ambulâncias, e Antônio Cambraia (PSDB). Também não vão participar da 53ª Legislatura que se inicia em fevereiro de 2007 Moroni Torgan (PFL), que disputou, mas foi derrotado para o Senado; e Inácio Arruda (PCdoB), eleito senador da República.

Mais cinco deputados tentaram a reeleição, mas foram barrados nas urnas: André Figueiredo (PDT), Bismarck Maia (PSDB), Gonzaga Mota (PSDB), João Alfredo (PSOL) e Pastor Pedro Ribeiro (PMDB). As vagas desses parlamentares serão ocupadas por novos deputados federais.

Estarão de volta à Câmara em 2007 13 deputados reeleitos: o empresário Aníbal Gomes (PMDB), para o 4º mandato; o professor universitário e engenheiro civil, Ariosto Holanda (PSB), 5º mandato; o médico Arnon Bezerra (PTB), para o exercício do seu 4º mandato; o empresário Eunício



Oliveira (PMDB), que vai para o 3º mandato; o padre e professor universitário José Linhares (PP), 5º mandato; o advogado e bancário José Pimentel (PT), para o 4º mandato; o advogado Léo Alcântara (PSDB), para o 3º mandato; o médico e industrial Manoel Salviano (PSDB), para o 3º mandato; o engenheiro civil, químico e professor universitário Marcelo Teixeira (PSDB), que vai exercer seu 3º mandato; o advogado, jornalista e professor, Mauro Benevides (PMDB), 3º mandato; o médico Raimundo Gomes de Matos (PSDB), 4º mandato; o jornalista, advogado e cientista político Vicente Arruda (PSDB), que vai assumir o 4º mandato; e o empresário Zé Gerardo, para o 3º mandato.

Entre os novatos, destaque para a eleição de Gorete Pereira (PL). Única representante feminina do estado do Ceará, ela já conhece o dia-a-dia do processo legislativo porque na atual Legislatura exerceu titularidade de mandato.

No grupo de novos deputados federais, dois têm fortes ligações com o movimento sindical e devem atuar no Parlamento na defesa dos interesses dos assalariados. São os deputados Chico Lopes (PCdoB) e Eudes Xavier (PT).

Os outros deputados novos são Eugênio Rabelo (PP), servidor público municipal; Flávio Bezerra (PMDB), bispo evangélico; os advogados petistas José Airton Cirilo e José Guimarães; e o administrador Paulo Henrique Lustosa (PMDB).

Partidariamente, o estado

do Ceará será representado na Câmara dos Deputados por seis parlamentares do PMDB, cinco do PSDB, quatro do PT, dois do PP e do PSB, e um representante de cada uma das seguintes agremiações políticas: PL, PTB e PCdoB.

Uma curiosidade no estado do Ceará é a composição da bancada dos parentes. O deputado federal reeleito Léo Alcântara (PSDB) é filho do ex-governador do Estado, Lúcio Alcântara; o ex-ministro da Integração Nacional e agora eleito deputado federal, Ciro Gomes, é irmão do governador eleito no 1º turno, Cid Gomes; e dois parlamentares novos têm laços familiares com políticos: Guimarães (PT) é irmão do deputado federal eleito por São Paulo, José Genoíno; e Paulo Henrique Lustosa é filho do ex-deputado federal Paulo Lustosa.

Senado Federal

A bancada sindicalista no Senado Federal vai ganhar reforço com a eleição de Inácio Arruda (PCdoB). Ele foi consagrado nas urnas com o apoio de 1.912.663 eleitores, o que corresponde a 52,25% dos votos válidos.

Nas urnas, Inácio Arruda desbancou o atual deputado Federal Moroni Torgan (PFL), segundo colocado na votação, com 1.680.362 votos, o correspondente a 45,90% dos votos válidos, e os outros quatro candidatos que, juntos, obtiveram 28.269 votos.

O senador que termina o mandato na atual Legislatura, Luiz Pontes (PSDB), concorreu a uma vaga de deputado estadual, mas

foi derrotado na disputa.

Os outros dois senadores que permanecem no Senado até 2011 são Patrícia Saboya Gomes (PSB), que não disputou a eleição; e Tasso Jereissati (PSDB), que também não disputou cargo eletivo.

Governador

Cid Gomes (PSB), irmão do ex-ministro da Integração Nacional e deputado federal, Ciro Gomes, foi eleito em 1º turno governador do estado. Ele conquistou nas urnas o voto de 2.411.457 eleitores, 62,38% dos votos válidos.

O atual governador, Lúcio Alcântara (PSDB), disputou a reeleição, mas foi derrotado. Ele conquistou 1.309.277 votos, ou seja, 33,87% dos votos válidos.

Eleição presidencial

No estado, Lula ganhou de Alckmin nos dois turnos da eleição presidencial. No 1º turno, Lula saiu das urnas com 2.852.895 votos (53,01%) e Alckmin com 912.726 votos (22,79%). No 2º, a vitória de Lula foi ainda maior. O petista conquistou 3.394.007 votos (82,38%) e Alckmin 725.990 votos (17,62%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 5.361.581
 Votos Brancos: 190.408 (4,30%)
 Votos Nulos: 114.853 (2,59%)
 Abstenção: 932.013 (17,38%)
 Votos Válidos: 4.124.307 (93,11%)
 Número de Vagas: 22
 Candidatos à Reeleição: 18
 Reeleitos: 13
 Votação Total dos Eleitos: .. 2.736.178
 Índice de Renovação: 40,90%
 Quociente Eleitoral: 187.469

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ANÍBAL GOMES	PMDB	REELEITO	178.938	CIRURGIÃO-DENTISTA E AGROPECUARISTA
ARIOSTO HOLANDA	PSB	REELEITO	68.438	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E ENGENHEIRO CIVIL
ARNON BEZERRA	PTB	REELEITO	121.465	MÉDICO
CHICO LOPES	PCdoB	NOVO	162.282	PROFESSOR
CIRO GOMES	PSB	NOVO	667.830	ADVOGADO
EUEDES XAVIER	PT	NOVO	48.092	COMERCIÁRIO
EUGÊNIO RABELO	PP	NOVO	62.129	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	REELEITO	240.588	EMPRESÁRIO E AGROPECUARISTA
FLÁVIO BEZERRA	PMDB	NOVO	51.136	BISPO EVANGÉLICO

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
GORETE PEREIRA	PL	REELEITA	74.703	FISIOTERAPEUTA OCUPACIONAL
JOSÉ AIRTON CIRILO	PT	NOVO	59.334	ADVOGADO
JOSÉ GUIMARÃES	PT	NOVO	88.486	ADVOGADO
JOSÉ PIMENTEL	PT	REELEITO	86.502	ADVOGADO E BANCÁRIO
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	REELEITO	142.754	ADVOGADO E EMPRESÁRIO
MANOEL SALVIANO	PSDB	REELEITO	69.037	MÉDICO E INDUSTRIAL
MARCELO TEIXEIRA	PSDB	REELEITO	100.522	ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO QUÍMICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
MAURO BENEVIDES	PMDB	REELEITO	51.786	ADVOGADO, PROFESSOR, ADMINISTRADOR E JORNALISTA
PADRE ZÉ LINHARES	PP	REELEITO	44.647	PROFESSOR E PADRE
PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB	NOVO	11.746	ADMINISTRADOR
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	REELEITO	106.138	MÉDICO
VICENTE ARRUDA	PSDB	REELEITO	113.700	JORNALISTA, ADVOGADO E CIENTISTA POLÍTICO
ZÉ GERARDO	PMDB	REELEITO	185.925	EMPRESÁRIO

DF tem maior índice de renovação do Centro-Oeste

DISTRITO FEDERAL

A bancada do Distrito Federal repetiu o índice de renovação registrado na eleição de 2002: 75%.

Dos atuais oito deputados federais, apenas dois foram reconduzidos para mais um mandato de quatro anos. O deputado Tadeu Filippelli (PMDB) foi o líder das urnas com 129.771 votos. Apesar do bom desempenho, ele não atingiu o quociente eleitoral no DF que chegou ao patamar de 164.624 votos.

Na disputa que reuniu 107 candidatos, o outro deputado reeleito foi Alberto Fraga (PFL), que conquistou uma votação quase quatro vezes maior tendo como parâmetro o pleito de 2002. Fraga, um dos expoentes da chamada “bancada da bala”, saltou de 27.932 para 95.514 votos.

Da bancada que encerrará o mandato em 2007, disputaram a reeleição, mas não passaram no teste das urnas a deputada Maninha (PSOL) e o deputado Sigmaringa Seixas (PT). Outros dois parlamentares concorreram a cargos majoritários. José Roberto Arruda (PFL), que foi eleito em 1º turno para o Governo do Distrito Federal; e Agnelo Queiroz (PCdoB), que, apesar da expressiva votação (544.313 votos), não conquistou a vaga para o Senado.

Compõem ainda a atual bancada do DF o deputado Pastor Jorge (PL), que desistiu da candidatura à reeleição depois que seu nome foi citado no caso da “máfia das ambulâncias”, e o deputado Tatico

(PTB), que mudou o domicílio eleitoral para o estado de Goiás, onde foi eleito com 84.633 votos.

Entre os seis novos deputados eleitos para a 53ª Legislatura, três são estreantes e três já têm experiência no Parlamento. Os novatos são o professor universitário e bispo da Igreja Sara Nossa Terra, Bispo Rodovalho (PFL); o servidor público e delegado da Polícia Civil, Laerte Bessa (PMDB); e o servidor público federal Rodrigo Rollemberg (PSB).

Retornam à Câmara os experientes Augusto Carvalho (PPS), que já exerceu três mandatos federais; Geraldo Magela (PT), com um mandato federal e dois mandatos de deputado distrital; e Jofran Frejat (PTB), que acumula quatro mandatos de deputado federal.

O Distrito Federal está entre as unidades da Federação que não elegeram mulheres. Partidariamente, há um equilíbrio de representação. São dois deputados do PFL, dois do PMDB, um do PTB, um do PPS, um do PSB e um do PT.

No que diz respeito à atuação dos novos eleitos, o DIAP adianta que o deputado Bispo Rodovalho pode se revelar a grande liderança dos evangélicos no Congresso. A bancada sindical também ganha o reforço de duas importantes referências dos bancários no Distrito Federal: Augusto Carvalho, que também é sociólogo, e Geraldo Magela.

Senado Federal

A vaga de senador no Distrito Federal foi conquistada pelo ex-

governador Joaquim Roriz (PMDB), eleito com 657.217 votos. Mas, a renovação no DF vai chegar aos 2/3 porque o senador Paulo Octávio (PFL), que tem mandato até 2011, terá que renunciar ao cargo. Paulo Octávio acaba de ser eleito vice-governador do Distrito Federal. Em seu lugar, será efetivado no mandato o suplente Ademar Santana (PFL), que é empresário. A outra vaga de senador pelo DF continua com o senador Cristovam Buarque (PDT), cujo mandato só terminará em 2011. O senador Cristovam foi um dos candidatos à Presidência da República no pleito de 2006.

Governador

Único governador eleito pelo PFL, José Roberto Arruda venceu a eleição em 1º turno no Distrito Federal com 50,38% dos votos válidos (663.364). O vice-governador eleito, senador Paulo Octávio, também do PFL, terá que renunciar ao mandato na Câmara Alta.

Eleição presidencial

O eleitorado do Distrito Federal mudou de opinião do 1º para o 2º turno. Alckmin (PSDB) saiu vitorioso do pleito de 1º de outubro com 594.521 votos (44,11%) contra 499.407 votos (37,05%) de Lula (PT).

O resultado do dia 29 de outubro reverteu a situação, com Lula conquistando a preferência de 765.008 eleitores (56,96%). Alckmin teve 578.137 votos, o que representa 43,04% do eleitorado que optou pelo voto válido.



DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALBERTO FRAGA	PFL	REELEITO	95.514	POLICIAL MILITAR
AUGUSTO CARVALHO	PPS	NOVO	79.235	BANCÁRIO E SOCIÓLOGO
BISPO RODOVALHO	PFL	NOVO	68.378	PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR E BISPO EVANGÉLICO
GERALDO MAGELA	PT	NOVO	87.649	BANCÁRIO
JOFRAN FREJAT	PTB	NOVO	69.450	MÉDICO
LAERTE BESSA	PMDB	NOVO	61.850	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E DELEGADO
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	NOVO	55.917	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
TADEU FILIPPELLI	PMDB	REELEITO	129.771	ENGENHEIRO ELÉTRICO E SERVIDOR PÚBLICO

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.655.050
 Votos Brancos: 60.949 (4,28%)
 Votos Nulos: 47.360 (3,32%)
 Abstenção: 229.750
 Votos Válidos: 1.316.991 (92,40%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 2
 Votação Total dos Eleitos: 647.764
 Índice de Renovação: 75,00%
 Quociente Eleitoral: 164.624

Deputada com mais mandatos se reelege



83 candidatos concorreram a uma vaga de deputado federal no estado. Dos 10 atuais deputados, apenas quatro foram reeleitos, ou seja, o índice de renovação da bancada foi de 60%, mesmo índice de 2002. Nenhum dos eleitos - novatos ou antigos - atingiu o quociente eleitoral de 174.052 eleitores.

A deputada Rose de Freitas (PMDB), que se reelegeu com 73.049 (4,20%) votos, será na 53ª legislatura a mulher com mais mandatos na Câmara dos Deputados. Ela vai exercer o 5º mandato. Outra novidade é o retorno da deputada Rita Camata (PMDB), eleita com 74.997 (4,31%) de votos, e que vai exercer o quarto mandato. Ela ficou fora desta legislatura, pois foi candidata a vice-presidente na chapa de José Serra na eleição de 2002.

A líder comunitária Iriny Lopes (PT) foi reeleita para o segundo mandato federal com 60.637 (3,48%) votos. Também eleito para o 2º mandato, Mannato (PDT) recebeu nas urnas 52.363 (3,01%) votos. Ele é médico e na legislatura que se encerra é vice-líder da bancada pedetista. Com 71.474 (4,11%) votos, o deputado Neucimar Fraga (PL) renovou o mandato de deputado federal.

Seis novos deputados irão compor a bancada capixaba. Um dos campeões de votos foi o empresário Camilo Cola (PMDB), eleito com 106.165 (6,10%). Há 50 anos, é ele quem pilota o Grupo Itapemirim, um conglomerado nacional privado

que conta com 23 empresas e faturamento de R\$ 600 milhões por ano. O campeão de votos foi o médico Lelo Coimbra (PMDB), que saiu das urnas com 120.821 (6,94%) votos. Ele foi vice-governador e secretário de Educação na gestão Paulo Hartung (2003-2007).

Outro novato é o experiente Luiz Paulo Velloso Lucas (PSDB), eleito com 100.570 (5,78%) votos. Luiz Paulo é engenheiro e foi prefeito de Vitória por duas vezes entre 1996 e 2004. A segunda maior votação foi da atual deputada estadual Sueli Vidigal (PDT), eleita com 118.127 (6,79%) votos. Ela superou nomes como o do deputado Nilton Baiano (PP), que não se reelegeu. Feu Rosa foi outro que não conseguiu renovar o mandato. Candidato à reeleição, ficou em 31º lugar, com apenas 15.608 (0,90%). Também foi vetado nas urnas o deputado Marcus Vicente (PTB). Por último, o Espírito Santo não vai contar na 53ª Legislatura com o deputado Jair de Oliveira (PMDB), que desistiu de disputar a eleição.

O debutante Jurandyr Loureiro (PSC), eleito para a última vaga no estado, com 33.863 (1,95%), vai compor a bancada evangélica no Congresso.

Senado Federal

Para o Senado foi eleito Renato Casagrande (PSB) com 1.031.487 votos do total de 1.740.511 votos válidos. Ele concorreu com o veterano Max Mauro (PDT), que recebeu nas urnas 593.582 (35,89%) votos. Casagrande, em 2002, foi eleito deputado federal com 69.721 votos. Um dos "Cabeças"

do Congresso em 2006, foi líder da bancada socialista em 2005, tendo sido um importante aliado do Governo Lula. Ele é engenheiro florestal e advogado.

Governador

Com uma votação avassaladora, o atual governador Paulo Hartung (PMDB) foi reeleito para mais um mandato à frente do Executivo estadual. Ele obteve mais que o triplo de votos que seu oponente Sérgio Vidigal (PDT), que saiu das urnas com 373.474 (21,76%) dos votos válidos, enquanto Hartung obteve 1.326.175 (77,27%) da preferência dos eleitores capixabas.

Eleição presidencial

No 1º turno Lula venceu Alckmin com folgada diferença, que se ampliou no 2º turno. Foram 953.609 (52,97%) votos para o petista, contra 668.792 (37,15%) para o tucano no 1º turno. No 2º, a diferença cresceu, porque o tucano encolheu os votos. Lula ficou com 1.190.459 (65,54%) e Alckmin recebeu 625.852 (34,46%) dos votos válidos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 2.336.133
 Votos Brancos: 121.491 (6,25%)
 Votos Nulos: 80.847 (4,16%)
 Abstenção: 393.284 (16,83%)
 Votos Válidos: 1.740.511 (89,59%)
 Número de Vagas: 10
 Candidatos à Reeleição: 8
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: 812.066
 Índice de Renovação: 60,00%
 Quociente Eleitoral: 174.052

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
CAMILO COLA	PMDB	NOVO	106.165	EMPRESÁRIO
IRINY LOPES	PT	REELEITA	60.637	LÍDER COMUNITÁRIA
JURANDYR LOUREIRO	PSC	NOVO	33.863	PASTOR EVANGÉLICO
LELO COIMBRA	PMDB	NOVO	120.821	MÉDICO
LUIZ PAULO VELLOSO LUCAS	PSDB	NOVO	100.570	ENGENHEIRO
MANNATO	PDT	REELEITO	52.363	MÉDICO
NEUCIMAR FRAGA	PL	REELEITO	71.474	REPRESENTANTE COMERCIAL
RITA CAMATA	PMDB	NOVA	74.997	JORNALISTA E REDATORA
ROSE DE FREITAS	PMDB	REELEITA	73.049	PROFESSORA, RADIALISTA, JORNALISTA, DESENHISTA – PROJETISTA E AGRIMENSORA
SUELI VIDIGAL	PDT	NOVA	118.127	ESTUDANTE DE JORNALISMO

Goiás registrou menor renovação do Centro-Oeste



O eleitor de Goiás foi um dos mais conservadores no pleito de 2006. Quatorze dos 17 atuais parlamentares da bancada goiana foram reconduzidos para mais um mandato de quatro anos. O índice de renovação registrado foi de apenas 17,64%, bem menor do que o percentual de 2002, que ficou em 58,82%. 112 candidatos se inscreveram na disputa pelas 17 cadeiras a que esta unidade federativa tem direito.

Entre os deputados reeleitos, destaque para Sandro Mabel (PL). O nome do parlamentar foi envolvido no escândalo do mensalão. Processo recomendando a cassação do mandato chegou a ser apreciado no plenário da Câmara. Mabel foi absolvido pelos seus pares e também pelos eleitores. Ele é um dos deputados citados no caso dos mensaleiros que retornará para o Congresso na próxima legislatura.

Tentaram a reeleição, mas foram derrotados nas urnas a deputada Neyde Aparecida (PT) e o deputado Vilmar Rocha (PFL). Já o deputado Barbosa Neto (PSB) concorreu ao governo do estado, mas não conseguiu passar para o 2º turno, que foi disputado pelos candidatos Alcides Rodrigues (PP) e Maguito Vilela (PMDB), com vitória do primeiro.

Os três novos deputados da bancada de Goiás são políticos experientes e conhecidos. A deputada Dona Íris (PMDB), única parlamentar que ultrapassou o quociente eleitoral do estado (167.127 votos), exerceu temporariamente, nesta legislatura, o cargo de senadora durante li-

cença do senador Maguito Vilela. Empresária, Dona Íris é esposa de um dos políticos mais tradicionais de Goiás, o ex-governador do estado, ex-senador e atual prefeito de Goiânia, Íris Rezende (PMDB).

Outro novato experiente é o deputado Pedro Wilson (PT) que, além de já ter exercido mandato na Câmara Federal, foi prefeito de Goiânia. Estreante no Parlamento, mas com a vivência de exercício de mandato na Assembleia Legislativa de Goiás, o comerciante Marcelo Melo (PMDB) completa a composição da bancada.

O DIAP chama atenção para o caso do deputado Tatico, novo na bancada de Goiás, mas, para efeito deste levantamento, considerado parlamentar reeleito. Atualmente, ele é deputado pelo Distrito Federal. Para concorrer ao pleito de 2006, Tatico mudou de domicílio eleitoral (do DF para Goiás), onde herdou os votos do filho, também deputado federal, Enio Tatico. Enio não teve o mesmo sucesso do pai e estará fora da Câmara na 53ª Legislatura. Ele transferiu o domicílio para Minas Gerais, mas não conseguiu apoio suficiente em seu novo reduto eleitoral.

O PMDB lidera a bancada goiana, com a eleição de cinco deputados. O desempenho do PSDB também foi significativo porque sufragou quatro parlamentares. As oito vagas restantes ficaram assim distribuídas: PT, PP e PTB com dois deputados cada e PFL e PL com um deputado cada.

Senado Federal

O novo senador eleito por Goiás foi Marconi Perillo (PSDB), ex-governador do estado. Com mandato até 2015, ele terá como

colegas de Câmara Alta os senadores Demóstenes Torres (PFL) e Lúcia Vânia (PSDB), que ficarão na Casa até 2011.

No pleito de 2006, Lúcia Vânia não foi candidata. Demóstenes Torres, entretanto, entrou na disputa para o governo estadual, mas não conseguiu passar do 1º turno.

Governador

Em Goiás, a eleição para governador só foi decidida no 2º turno. O candidato do PP Alcides Rodrigues e o vice Ademir de Oliveira Menezes venceram a disputa contra o atual senador Maguito Vilela (PMDB). O governador eleito garantiu o apoio de 1.508.024 eleitores (57,14%)

Eleição presidencial

O presidente Lula (PT), que havia perdido para Geraldo Alckmin (PSDB) no 1º turno em Goiás, passou para a dianteira no turno decisivo. O resultado da votação em 1º turno confirmou 1.465.628 votos (51,50%) para Alckmin contra 1.143.122 votos (40,17%) para Lula.

No 2º turno, Lula teve 1.485.280 votos (54,78%) e Alckmin 1.226.011 votos ou 45,22% dos votos válidos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	3.734.185
Votos Brancos:	155.086 (5,01%)
Votos Nulos:	97.900 (3,16%)
Abstenção:	640.034 (17,14%)
Votos Válidos:	2.841.165 (91,82%)
Número de Vagas:	17
Candidatos à Reeleição:	16
Reeleitos:	14
Votação Total dos Eleitos: ..	1.627.532
Índice de Renovação:	17,64%
Quociente Eleitoral:	167.127



DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	REELEITO	66.770	RADIALISTA E EMPRESÁRIO
DONA IRIS REZENDE	PMDB	NOVA	201.229	EMPRESÁRIA
JOÃO CAMPOS	PSDB	REELEITO	67.573	DELEGADO DE POLÍCIA
JOVAIR ARANTES	PTB	REELEITO	105.219	CIRURGIÃO-DENTISTA
LEANDRO VILELA	PMDB	REELEITO	107.554	COMERCIANTE
LEONARDO VILELA	PSDB	REELEITO	91.891	MÉDICO
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	REELEITO	71.322	ENGENHEIRO CIVIL E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
MARCELO MELLO	PMDB	NOVO	59.501	COMERCIANTE
PEDRO CHAVES	PMDB	REELEITO	94.414	ENGENHEIRO CIVIL
PEDRO WILSON	PT	NOVO	49.949	ADVOGADO E PROFESSOR
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	REELEITA	83.398	PROFESSORA UNIVERSITÁRIA
ROBERTO BALESTRA	PP	REELEITO	102.129	AGROPECUARISTA E EMPRESÁRIO INDUSTRIAL
RONALDO CAIADO	PFL	REELEITO	152.895	PRODUTOR RURAL, MÉDICO E PROFESSOR
RUBENS OTONI	PT	REELEITO	87.258	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, CONSULTOR JURÍDICO E DE EMPRESAS
SANDES JÚNIOR	PP	REELEITO	93.168	RADIALISTA E ADVOGADO
SANDRO MABEL	PL	REELEITO	108.629	EMPRESÁRIO
TATICO	PTB	REELEITO	84.633	COMERCIANTE

Recorde de renovação da bancada nesta eleição



Mais da metade da bancada foi renovada nesta eleição. No pleito de 2002, os novos deputados chegaram a 33,33% do total. Em 2006, o índice foi de 55,55%. Dez novos deputados irão compor a legislatura que terá início em 1º de fevereiro de 2007.

Dos treze deputados que tentaram a reeleição, oito renovaram o mandato: Dr. Ribamar Alves (PSB) - 62.952 (2,19%) votos; Gastão Vieira (PMDB) - 114.889 (3,99%) votos; Nice Lobão (PFL) - 87.344 (3,04%) votos; Pedro Fernandes (PTB) - 81.618 (2,84%) votos; Pedro Novais (PMDB) - 87.582 (3,04%) votos; Sarney Filho (PV) - 136.873 (4,76%) votos; Clovis Fecury (PFL) - 102.404 (3,56%) votos; e Sebastião Madeira (PSDB) - 98.857 (3,44%) votos.

Nenhum dos reeleitos ou dos novos deputados do estado alcançou o quociente eleitoral - 159.910 eleitores. O campeão de votos no estado foi Roberto Rocha (PSDB), com 139.294 (4,84%) votos. Este será o terceiro mandato do deputado (1995-1999, 1999-2003, 2007-2011). A campanha do deputado foi orçada em R\$ 2 milhões.

Outro que passou pelo funil eleitoral foi o servidor público

estadual Carlos Brandão (PSDB). Com 134.643 (4,68%) votos, o novo parlamentar disputou com outros 162 candidatos a vaga à Câmara dos Deputados. Uma das novidades foi a vitória do advogado Flávio Dino (PCdoB). É o primeiro comunista do estado a ocupar uma cadeira no Parlamento. Dino foi eleito com 123.597 (4,3%) votos. Ele renunciou ao cargo vitalício de juiz federal para concorrer ao mandato.

Formado em engenharia mecânica, o empresário e promotor de festas de reggae, Pinto da Itamarati (PSDB), eleito com 90.637 (3,15%) votos, deixa a Câmara de Vereadores de São Luís, onde exerceu dois mandatos. O PT, que não tinha representante no estado, elegeu Domingos Dutra, com 82.017 (2,85%) votos. Ele já exerceu dois mandatos de deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e um mandato de deputado federal.

Outro estreante na Câmara dos Deputados é Davi Alves Silva Júnior (PDT), eleito com 77.595 (2,7%) votos. Irão compor ainda a bancada dos novos: Professor Sétimo Waquim (PMDB), eleito com 75.193 (2,61%) votos; Cleber Verde (PAN), 71.734 (2,49%) votos; Waldir Maranhão (PSB), 64.286 (2,23%) votos; e Julião Amin (PDT), 61.095 (2,12%) votos.

A maior bancada partidária do estado pertence ao PSDB que elegeu quatro deputados. Depois vem o PMDB, com três; seguido pelo PDT, PFL e PSB, cada um com dois deputados. PCdoB, PAN, PT, PV e PTB completam a bancada, cada qual com um representante.

Senado Federal

Epitácio Cafeteira (PTB), eleito com 1.016.240 (39,37%), vai ocupar a vaga de João Alberto Souza (PMDB), que conclui o mandato senatorial em 2007. Cafeteira disputou a única vaga ao Senado com oito concorrentes. A briga eleitoral não foi tranqüila, pois Cafeteira ganhou com uma vantagem de 3,77%, sobre o seu adversário direto, o tucano João Castelo, que obteve 918.278 (35,60%) votos. Aliado de Sarney, Cafeteira é agora o senador mais velho, com 82 anos.

Com mais de 40 anos de vida pública, Cafeteira foi prefeito de São Luiz de 1965 a 1969; deputado federal de 1967 a 1987; governador do Maranhão de 1986 a 1990 e senador entre os anos de 1991 e 1999. Os suplentes do senador são: 1º - Afonso Sérgio Fernandes Ribeiro e 2º - José de Ribamar Fiquene.

Governador

A eleição para o governo

do estado foi decidida em 2º turno, tendo vencido Jackson Lago (PDT), cujo vice é Luiz Carlos Porto (PPS). Ele obteve 1.393.754 (51,82%) dos votos válidos, contra 1.295.880 (48,18%) dos votos dados a Roseana Sarney, que disputou o pleito sob a legenda do PFL. Com esta derrota, o clã Sarney foi batido e espera-se uma renovação política no estado.

Eleição presidencial

O Maranhão manteve a hegemonia de Lula no Nordeste e deu ao presidente-candidato 2.128.103 (75,50%) dos votos válidos, contra 530.164 (18,81%) do tucano. No 2º turno, o candidato da coligação PT-PCdoB-PRB ampliou os votos sobre Alckmin. Foram 2.280.520 (84,63%) de votos para Lula e 414.108 (15,37%) para Alckmin.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 3.920.608
 Votos Brancos: 113.387 (3,65%)
 Votos Nulos: 111.751 (3,60%)
 Abstenção: 817.081 (20,84%)
 Votos Válidos: 2.878.389 (92,75%)
 Número de Vagas: 18
 Candidatos à Reeleição: 13
 Reeleitos: 8
 Votação Total dos Eleitos: ... 1.692.610
 Índice de Renovação: 55,55%
 Quociente Eleitoral: 159.910

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
CARLOS BRANDÃO	PSDB	NOVO	134.643	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
CLEBER VERDE	PAN	NOVO	71.734	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
CLÓVIS FECURY	PFL	REELEITO	102.404	ENGENHEIRO CIVIL
DAVI ALVES SILVA	PDT	NOVO	77.595	COMERCIANTE
DOMINGOS DUTRA	PT	NOVO	82.017	ADVOGADO
DR. RIBAMAR ALVES	PSB	REELEITO	62.952	MÉDICO
FLÁVIO DINO	PCdoB	NOVO	123.597	ADVOGADO
GASTÃO VIEIRA	PMDB	REELEITO	114.889	ADVOGADO
JULIÃO AMIN	PDT	NOVO	61.095	ADVOGADO
NICE LOBÃO	PFL	REELEITA	87.344	SERVIDORA PÚBLICA
PEDRO FERNANDES	PTB	REELEITO	81.618	ENGENHEIRO CIVIL E BANCÁRIO
PEDRO NOVAIS	PMDB	REELEITO	87.582	ADVOGADO
PINTO DA ITAMARATI	PSDB	NOVO	90.637	COMERCIANTE
PROFESSOR SÉTIMO WAQUIM	PMDB	NOVO	75.193	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
ROBERTO ROCHA	PSDB	NOVO	139.294	ADMINISTRADOR
SARNEY FILHO	PV	REELEITO	136.873	ADVOGADO
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	REELEITO	98.857	MÉDICO
WALDIR MARANHÃO	PSB	NOVO	64.286	PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

Metade da bancada foi renovada



Com direito a oito cadeiras no Parlamento, o estado de Mato Grosso registrou 97 postulantes ao cargo de deputado federal. O resultado das urnas revelou uma renovação de 50% da bancada, índice um pouco maior daqueles aferidos nas eleições gerais de 1998 e 2002: 37,5%.

Da composição atual, seis tentaram a reeleição e quatro deles tiveram sucesso eleitoral. O campeão de votos no estado foi o deputado Carlos Abicalil (PT), um dos grandes nomes da CPMI dos Correios. Mas a votação do único representante do PT na bancada (128.851 votos) não foi suficiente para superar o quociente eleitoral, que chegou a 179.412 votos.

Além de Abicalil, continua representando o estado na legislatura vindoura a deputada Thelma de Oliveira (PSDB), Pedro

Henry (PP) e Wellington Fagundes (PL), este último sob investigação da CPMI das Sanguessugas. O deputado Pedro Henry, que está no exercício do 3º mandato, teve seu nome associado aos escândalos do mensalão e das sanguessugas. Ele enfrentou processo de cassação, mas seus pares o absolveram em plenário, assim como os eleitores, apesar de seu desempenho eleitoral ter sofrido desgaste. Em 2002, Pedro Henry foi o campeão de votos tendo conquistado a preferência de 120.840 eleitores. No pleito de 2006, ele obteve 73.312 votos, caindo para o 6º lugar no ranking de votação.

Outros dois deputados envolvidos nos recentes escândalos de corrupção não tiveram a mesma sorte de Pedro Henry. Os deputados Celcita Pinheiro (PFL) e Ricarte de Freitas (PTB) integram a lista dos parlamentares sanguessugas e, antes mesmo do veredicto da Casa, já foram julgados pelas urnas. Candidatos à renovação do

mandato parlamentar, eles não conseguiram se reeleger.

Os deputados Lino Rossi (PP) e Teté Bezerra (PMDB) deixam a Câmara ao final desta legislatura. Eles não foram candidatos no pleito de 2006. Rossi efetivou-se no mandato em 2004 com a renúncia do titular Wilson Santos (PSDB), que foi eleito prefeito de Cuiabá. Teté saiu de campo para não dividir o eleitorado com o marido, o advogado e empresário rural Carlos Bezerra (PMDB), eleito com 75.365 votos. Bezerra chega à Câmara com a experiência de quem já foi senador da República e presidente do INSS.

Os novatos Eliene (LN) Lima (PP), engenheiro de profissão, e Valtenir Pereira (PSB), que é defensor público, já têm experiência na vida pública. Em seu currículo, Eliene acumula os cargos de vereador e deputado estadual. Valtenir é vereador atualmente. O único estreante em mandatos eletivos é o pe-



cuarista Homero Pereira (PPS), líder e personagem principal do episódio que ficou conhecido como “tratoração” em 2005 e também do locaute ruralista que fechou rodovias país afora em maio de 2006. Presidente da Federação Estadual de Agricultura de Mato Grosso, Homero será um importante reforço à bancada ruralista.

Na bancada do Mato Grosso, há um equilíbrio na representação partidária. Foram eleitos dois deputados do PP e um deputado de cada um dos seguintes partidos: PT, PMDB, PL, PSDB, PPS e PSB.

Senado Federal

Os eleitores do Mato Grosso escolheram o pefelista Jayme Campos para assumir a vaga em disputa no Senado Federal. Ex-governador do estado, eleito com 781.182 votos, Campos também

foi três vezes prefeito de Várzea Grande/MT. Produtor agropecuário, irá engrossar a fileira dos ruralistas no Congresso.

Prosseguem nos mandatos até 2011, os senadores Jonas Pinheiro (PFL), que não foi candidato, e Serys Shlessarenko (PT), derrotada na disputa para o Governo de Mato Grosso.

Governador

Os eleitores de Mato Grosso reconduziram o governador Blairo Maggi (PPS) para mais um mandato de quatro anos já na votação em 1º turno. O governador reeleito e o vice Silval da Cunha Barbosa conseguiram a vitória graças ao apoio de 922.765 eleitores (65,39%).

Eleição presidencial

O Mato Grosso foi um dos poucos estados em que o candi-

dato Geraldo Alckmin (PSDB) foi vitorioso no 1º e no 2º turnos. Na eleição do dia 1º de outubro, Alckmin teve 790.320 votos (54,82%) contra 557.244 votos (38,65%) registrados para Lula. No 2º turno, Lula cresceu, mas continuou atrás de Alckmin. O Presidente teve 711.177 votos (49,69%) e Alckmin chegou aos 719.984 votos (50,31%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.940.270
 Votos Brancos: 77.009 (4,97%)
 Votos Nulos: 37.312 (2,41%)
 Abstenção: 390.654 (20,13%)
 Votos Válidos: 1.435.295 (92,62%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: 650.883
 Índice de Renovação: 50,00%
 Quociente Eleitoral: 179.412

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
CARLOS ABICALIL	PT	REELEITO	128.851	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
CARLOS BEZERRA	PMDB	NOVO	75.365	ADVOGADO
ELIENE (LN) LIMA	PP	NOVO	65.855	ENGENHEIRO
HOMERO PEREIRA	PPS	NOVO	100.114	PECUARISTA
PEDRO HENRY	PP	REELEITO	73.312	MÉDICO
THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	REELEITA	76.770	ENFERMEIRA
VALTENIR PEREIRA	PSB	NOVO	52.401	DEFENSOR PÚBLICO
WELLINGTON FAGUNDES	PL	REELEITO	78.215	MÉDICO VETERINÁRIO E COMERCIANTE

Apenas dois novatos na bancada



Com exceção de dois deputados que não irão retornar para a Câmara na 53ª Legislatura, seis parlamentares que concorreram

à reeleição conseguiram renovar seus mandatos: Antônio Carlos Biffi (PT), Antônio Cruz (PP), Geraldo Resende (PPS), Nelson Trad (PMDB), Vander Loubet (PT) e Waldemir Moka (PT).

Ao repetir o bom desempenho eleitoral de 2002, o petista Vander Loubet foi de novo o campeão de votos no estado, conquistando o apoio de 118.529 eleitores. Outro representante do PT em Mato Grosso do Sul, o deputado João Grandão, não foi reconduzido ao Parlamento, o que teve como con-

seqüência imediata a redução da bancada do PT no estado, que caiu de três para dois representantes. Grandão foi punido antecipadamente pelo eleitorado por causa de seu envolvimento no escândalo das sanguessugas.

Outro deputado que não tentou a reeleição foi Murilo Zauith (PFL) que preferiu entrar na disputa como vice-governador do estado na chapa do governador eleito em 1º turno, André Puccinelli.

O quociente eleitoral em Mato Grosso do Sul foi de 149.839 votos, número que não foi alcançado por nenhum dos eleitos. Na eleição de 2006, 79 candidatos postularam uma das oito vagas da bancada.

Os novatos do Mato Grosso do Sul são o advogado Waldir Neves

(PSDB) e o produtor agropecuário Dagoberto Nogueira (PDT). Atualmente os dois são deputados estaduais. Waldir está no exercício do 4º mandato na Assembléia estadual e também já foi vereador. Dagoberto, além da experiência na Assembléia, assumiu cargos importantes no Governo de Zeca do PT. No Parlamento Federal, deverá ser ainda um dos expoentes da bancada ruralista.

O PT e o PMDB lideram a representação do estado com dois deputados cada. PSDB, PP, PDT e PPS elegeram um representante cada.

Senado Federal

Se na bancada de deputados Mato Grosso do Sul não elegeu nenhuma mulher, a compensa-

ção ocorreu com a vitória no Senado da pedagoga e ex-deputada-federal Marisa Serrano (PSDB).

Eleita para um mandato que só terminará em 2015, Marisa Serrano representará o estado juntamente com os senadores Delcídio Amaral (PT) e Valter Pereira (PMDB), cujos mandatos prosseguem até 2011. Amaral foi derrotado na eleição para o Governo do Mato Grosso do Sul, apesar da grande exposição de mídia e do reconhecido esforço na condução da presidência da CPML dos Correios.

Governador

O candidato André Puccinelli (PMDB) foi eleito em 1º turno governador do estado do Mato Grosso do Sul. Puccinelli e o vice Murilo Zauith foram eleitos com 726.806 votos (61,34%).

Eleição presidencial

Mesmo tendo melhorado seu desempenho eleitoral do 1º para o 2º turno, Lula (PT) não conseguiu assumir a liderança no estado. Alckmin (PSDB) saiu do 1º turno com 56,25% dos votos válidos (687.583 votos) e Lula obteve 439.965 votos (35,99%). No 2º turno, o placar foi

o seguinte: 655.491 votos (55,02%) para Alckmin e 535.966 votos para Lula (44,98%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.561.181
 Votos Brancos: 54.257 (4,21%)
 Votos Nulos: 35.981 (2,79%)
 Abstenção: 272.233 (17,44%)
 Votos Válidos: 1.198.710 (93,00%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 7
 Reeleitos: 6
 Votação Total dos Eleitos: 639.149
 Índice de Renovação: 25,00%
 Quociente Eleitoral: 149.839

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	REELEITO	55.179	PROFESSOR
ANTÔNIO CRUZ	PP	REELEITO	57.464	MÉDICO
DAGOBERTO NOGUEIRA	PDT	NOVO	97.803	PRODUTOR AGROPECUÁRIO
GERALDO RESENDE	PPS	REELEITO	67.710	MÉDICO
NELSON TRAD	PMDB	REELEITO	63.694	ADVOGADO E PROFESSOR
VANDER LOUBET	PT	REELEITO	118.529	BANCIÁRIO E FUNCIONÁRIO PÚBLICO
WALDEMIR MOKA	PMDB	REELEITO	100.655	MÉDICO E PROFESSOR
WALDIR NEVES	PSDB	NOVO	78.115	ADVOGADO

Mais de 500 candidatos disputaram as 53 vagas



No segundo maior colégio eleitoral do País (13.679.738 eleitores), 534 candidatos disputaram as 53 cadeiras reservadas à bancada mineira na Câmara Federal. A maioria dos atuais deputados (48) disputou a reeleição. O deputado Eliseu Resende (PFL) concorreu e foi eleito para o Senado. Outros quatro parlamentares não foram candidatos: Osmânio Pereira (PTB), Roberto Brant (PFL), Romel Anízio (PP) e Vitória Medióli (PV).

Dos 48 postulantes à reeleição, 28 foram reconduzidos para novo mandato parlamentar. A renovação da bancada de Minas Gerais foi de 47,16%, índice um pouco maior se comparado com o percentual registrado no pleito de 2002: 33,9%.

Concorreram à reeleição, mas acabaram barrados nas urnas, deputados envolvidos no escândalo das sanguessugas. Estarão fora da 53ª Legislatura os deputados Cabo Júlio (PMDB), Cleuber Carneiro (PTB), Isaías Silvestre (PSB) e José Militão (PTB). A exceção foi o

deputado João Magalhães (PMDB), que, apesar de estar sendo investigado na CPML das Sanguessugas, foi reeleito.

Três baixas na bancada de Minas demonstram como o voto de opinião perdeu peso no pleito de 2006. Os deputados Paulo Delgado (PT), que está no 5º mandato, e Sérgio Miranda (PDT), no exercício da 4ª Legislatura consecutiva, não foram reeleitos, apesar da grande experiência e da reconhecida e aprovada atuação entre seus pares e na sociedade. O procurador federal Carlos Mota (PSB), especialista em Previdência Social, cujo gabinete é um ponto de apoio das entidades de servidores públicos, também não se reelegeu.

Outra característica da bancada eleita em Minas é a ausência de grandes puxadores de votos. O quociente eleitoral no estado aumentou pouco, passando de 181.241 votos em 2002 para 184.748 votos em 2006. Apenas um parlamentar, que é novato, ultrapassou o quociente. Foi Rodrigo de Castro, do PSDB, que teve a preferência de 294.199 eleitores. Rodrigo é filho do ex-deputado

federal Danilo de Castro.

Na eleição de 2002, quatro deputados atingiram o quociente eleitoral: Eliseu Resende (PFL), que migrou para o Senado; Patrus Ananias (PT), hoje ministro do Governo Lula; Virgílio Guimarães (PT), deputado reeleito; e Vitória Medióli (PV), que não foi candidato em 2006. Chama a atenção a queda no desempenho eleitoral do petista Virgílio Guimarães que despencou de 217.092 votos em 2002 para 101.225 votos em 2006.

Além do parentesco entre Rodrigo e Danilo de Castro, Minas Gerais registra outros casos de relações parentais. A nova deputada Maria Lúcia Cardoso (PMDB) é esposa do ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. O novato Paulo Abi-Ackel (PSDB) é filho do ex-deputado federal Ibrahim Abi-Ackel. Outro herdeiro de político famoso é o novato Fabinho Liderança (PV). Ele é filho do ex-governador do Distrito Federal, José Aparecido.

A bancada feminina de Minas Gerais é muito pequena levando-se em consideração o número de



cadeiras. Dos 53 parlamentares eleitos, apenas três são mulheres: a reeleita Maria do Carmo Lara (PT) e as novatas Maria Lúcia Cardoso (PMDB) e Jô Moraes (PCdoB). Três novos deputados mineiros vêm reforçar a bancada evangélica na Câmara. George Hilton (PP), da Igreja Universal, e Leonardo Quintão (PMDB), da Igreja Presbiteriana, são estrepantes no Parlamento Federal. Já o deputado Mário de Oliveira (PSC), que é pastor da Igreja Evangelho Quadrangular, retorna à Câmara, onde já exerceu cinco mandatos, inclusive na Assembléia Nacional Constituinte.

Representantes de Minas Gerais também irão colaborar para o fortalecimento da bancada ruralista. São os novatos Aelton Freitas (PL), engenheiro agrônomo e ex-senador; Humberto Souto (PPS), advogado, ex-ministro do Tribunal de Contas da União e ex-deputado federal; e Luiz Fernando Faria (PP), empresário, industrial, engenheiro mecânico e pecuarista.

Apesar do ótimo desempenho na reeleição do governador Aécio Neves com mais de 70% dos votos válidos, o PSDB empata com o PMDB na segunda colocação entre os partidos com representação na bancada mineira. Cada um elegeu sete deputados. O PT lidera o ranking porque elegeu nove parlamentares, entre eles os novatos e atuais vereadores Elismar

Prado (Uberlândia) e Miguel Correa Júnior (Belo Horizonte), além do advogado Juvenil Alves.

O PL e o PFL elegeram seis representantes cada. PPS e PV terão quatro deputados cada na bancada mineira. O PP elegeu três deputados. Já o PDT elegeu dois. No final da fila, com um representante cada, aparecem o PSB, PCdoB, PSC, PTC e PHS. Chama atenção o desempenho de dois partidos: o PV, que em Minas Gerais teve sua segunda melhor performance (quatro deputados), superada apenas pela bancada de São Paulo, onde elegeu cinco deputados; e o PSB, atualmente com cinco representantes, mas que só conseguiu reconduzir o deputado Júlio Delgado e não elegeu novos deputados.

Senado Federal

O atual deputado Eliseu Resende (PFL) é o novo senador eleito pelo estado de Minas Gerais. Ele tem mandato no Senado até 2015, quando o mandato será encerrado. Resende tem como colegas de bancada os senadores Eduardo Azeredo (PSDB) e Wellington Salgado (PMDB).

Azeredo tem mandato até 2011 e não disputou o pleito de 2006. Wellington Salgado, suplente em exercício do mandato de Hélio Costa (PMDB), também não foi candidato. O mandato de Costa acaba em 2011, mas ele

está licenciado do cargo porque é ministro das Comunicações do Governo Lula.

Governador

O governador Aécio Neves (PSDB) foi reeleito em Minas Gerais com 77,03% dos votos válidos, ou seja, 7.482.809 eleitores renovaram o voto de confiança ao chefe do poder executivo estadual. O vice-governador, também do PSDB, é Antonio Augusto Anastasia.

Eleição presidencial

O candidato Lula (PT) venceu nos dois turnos em Minas Gerais, com seu eleitorado tendo crescido bastante do 1º para o 2º turno. No dia 1º de outubro, 5.192.439 eleitores (50,80%) optaram por Lula contra 4.151.507 (40,62%) que escolheram Alckmin (PSDB). No 2º turno, Lula saltou para 6.808.417 votos ou 65,19%. Alckmin despencou para 3.635.228 votos ou 34,81%.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	13.679.738
Votos Brancos:	869.467 (7,74%)
Votos Nulos:	571.524 (5,09%)
Abstenção:	2.447.143 (17,89%)
Votos Válidos:	9.791.604 (87,17%)
Número de Vagas:	53
Candidatos à Reeleição:	48
Reeleitos:	28
Votação Total dos Eleitos:	5.485.824
Índice de Renovação:	47,16%
Quociente Eleitoral:	184.748

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ADEMIR CAMILO	PDT	REELEITO	68.743	MÉDICO E ADVOGADO
AELTON DE FREITAS	PL	NOVO	85.362	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ALEXANDRE SILVEIRA	PPS	NOVO	147.663	POLICIAL CIVIL
ANTONIO ANDRADE	PMDB	NOVO	111.742	ENGENHEIRO
ANTÔNIO ROBERTO	PV	NOVO	141.295	ADMINISTRADOR
ARACELY DE PAULA	PL	REELEITO	92.309	ADVOGADO
BILAC PINTO	PL	NOVO	139.200	ADVOGADO
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	REELEITO	143.800	ADVOGADO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
CARLOS MELLER	PFL	REELEITO	118.076	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO
CARLOS WILLIAN	PTC	REELEITO	35.681	ADVOGADO
CIRO PEDROSA	PV	NOVO	131.984	EMPRESÁRIO
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	REELEITO	105.786	SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO
EDMAR MOREIRA	PFL	REELEITO	93.360	EMPRESÁRIO E PRODUTOR RURAL
EDUARDO BARBOSA	PSDB	REELEITO	123.450	MÉDICO
ELISMAR PRADO	PT	NOVO	93.476	MÚSICO
FABINHO LIDERANÇA	PV	NOVO	61.086	EMPRESÁRIO
FERNANDO DINIZ	PMDB	REELEITO	103.906	EMPRESÁRIO
GEORGE HILTON	PP	NOVO	83.109	TEÓLOGO, RADIALISTA E APRESENTADOR DE TV
GERALDO THADEU	PPS	REELEITO	94.984	ODONTÓLOGO
GILMAR MACHADO	PT	REELEITO	82.110	PROFESSOR
HUMBERTO SOUTO	PPS	NOVO	64.836	ADVOGADO E CONTADOR
JAIME MARTINS	PL	REELEITO	157.341	EMPRESÁRIO, ADVOGADO E ENGENHEIRO
JÔ MORAES	PCdoB	NOVA	111.330	ASSISTENTE SOCIAL
JOÃO BITTAR	PFL	NOVO	102.714	EMPRESÁRIO
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	REELEITO	82.110	PECUARISTA E CAFEICULTOR

DEPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
JOSÉ FERNANDO	PV	NOVO	79.883	EMPRESÁRIO
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS	PL	REELEITO	110.202	PECUARISTA
JÚLIO DELGADO	PSB	REELEITO	75.504	ADVOGADO E CONSULTOR
JUVENIL ALVES	PT	NOVO	110.651	ADVOGADO
LAEL VARELLA	PFL	REELEITO	148.370	EMPRESÁRIO
LEONARDO MONTEIRO	PT	REELEITO	77.107	ADVOGADO
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	NOVO	135.306	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E ECONOMISTA
LINCOLN PORTELA	PL	REELEITO	85.447	RADIALISTA E COMUNICADOR
LUIZ FERNANDO	PP	NOVO	88.610	EMPRESÁRIO, INDUSTRIAL, ENGENHEIRO MECÂNICO E PECUARISTA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	REELEITO	126.304	ECONOMISTA E ANALISTA DE ORÇAMENTO
MARCOS MONTES	PFL	NOVO	86.303	MÉDICO
MÁRIA DO CARMO LARA	PT	REELEITA	86.506	PSICÓLOGA E PROFESSORA
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	NOVA	78.242	DIRETORA DE EMPRESAS E EMPRESÁRIA
MÁRIO DE OLIVEIRA	PSC	NOVO	77.719	PASTOR
MÁRIO HERINGER	PDT	REELEITO	73.664	MÉDICO
MAURO LOPES	PMDB	REELEITO	92.352	BACHAREL EM DIREITO EMPRESARIAL
MIGUEL CORREA JÚNIOR	PT	NOVO	80.049	PROFESSOR
MIGUEL MARTINI	PHS	NOVO	88.900	HISTORIADOR, ENGENHEIRO CIVIL E CONTROLADOR DE TRÁFEGO AÉREO INTERNACIONAL
NÁRCIO RODRIGUES	PSDB	REELEITO	152.075	JORNALISTA
ODAIR CUNHA	PT	REELEITO	87.100	ADVOGADO
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	NOVO	126.481	ADVOGADO
PAULO PIAU	PPS	NOVO	77.004	ENGENHEIRO AGRÔNOMO E MESTRE EM ZOOTECNIA
RAFAEL GUERRA	PSDB	REELEITO	80.093	MÉDICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
REGINALDO LOPES	PT	REELEITO	81.302	ECONOMISTA
RODRIGO DE CASTRO	PSDB	NOVO	294.199	ADVOGADO
SARAIVA FELIPE	PMDB	REELEITO	132.694	MÉDICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	REELEITO	101.225	ECONOMISTA
VITOR PENIDO	PFL	NOVO	77.079	EMPRESÁRIO

Eleitor trocou mais da metade da bancada do Pará na Câmara Federal



A renovação da bancada paraense, nesta eleição, foi de 52,94%, percentual um pouco acima do índice registrado em 2002, que foi de 35,2%. Dos atuais 17 deputados, 14 tentaram a reeleição, mas apenas oito irão retornar para a Câmara na 53ª Legislatura. Não tentaram renovar os mandatos no Parlamento Federal: Anivaldo Vale (PSDB), que não foi candidato; José Priante (PMDB), que tentou uma vaga ao Senado Federal, mas não logrou êxito; e Zé Lima (PP), que disputou e perdeu a eleição para a Assembléia do Estado do Pará. Também não lograram êxito na tentativa de renovar o mandato os deputados Ann Pontes (PMDB), Nicias Ribeiro (PSDB) e Socorro Gomes (PCdoB).

Entre os atuais 14 deputados que concorreram à reeleição, consta o nome de Babá, do PSOL. Em 2002, ele foi eleito pelo Pará,

seu estado de origem. Mas, para disputar o pleito de 2006, transferiu seu domicílio eleitoral para o Rio de Janeiro. Babá não voltará para a Câmara na próxima legislatura.

Também foram derrotados na tentativa de reeleição dois deputados cujos nomes estão envolvidos no escândalo das sanguessugas. São os parlamentares Josué Bengtson (PTB) e Raimundo Santos (PL). Já o deputado Paulo Rocha (PT), que renunciou ao mandato depois de ser citado no caso do mensalão, foi absolvido pelas urnas e retornará à Câmara para cumprir mais um mandato federal.

No Pará, o quociente eleitoral foi de 183.439 eleitores. Os peemedebistas Jader Barbalho e Wladimir Costa repetiram a boa performance de 2002, registrando as duas maiores votações no estado. Jader, com 311.526 votos, e Wladimir Costa, com 216.972 votos, ultrapassaram o quociente.

Na lista de novatos, apenas duas mulheres: a ex-deputada fe-

deral e atual vereadora de Belém, Elcione Barbalho (PMDB), e a ex-prefeita do município de Parauapebas, Bel Mesquita (PMDB). Ela é empresária e natural da cidade paulista de Jundiá.

A nova equipe do Pará traz veteranos da política estadual e nacional, inclusive alguns que estão retornando à Câmara Federal. Além de Elcione Barbalho e Paulo Rocha, Gerson Peres (PP) e Giovanni Queiroz (PDT) integram o grupo de ex-deputados federais.

O currículo dos novatos revela experiência política. Joaquim de Lira Maia (PFL) é agrônomo e já foi prefeito e secretário de Agricultura de Santarém. O petista José Roberto Oliveira Faro, o "Beto da Fetagri", é agricultor e já exerceu o cargo de superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Santarém. Vandinho Gonçalves, do PSDB, já foi deputado estadual.

Estreante na política apenas o deputado Lúcio Vale (PMDB), que é filho do ex-deputado federal Anivaldo Vale.



O PMDB tem a maior representação no Pará com seis deputados. PT e PSDB elegeram três representantes cada. O PFL tem dois deputados na bancada paraense. Com um representante cada aparecerem o PP, PDT e PSC.

Senado Federal

No Pará, a renovação no Senado acabou sendo de dois terços porque, além do senador Mário Couto (PSDB), eleito para cumprir mandato até 2015, será efetivado para exercer mandato até 2011 o suplente da senadora Ana Júlia Carepa (PT), que venceu a disputa para governar o estado.

O suplente de Ana Júlia, senador José Nery, será o único representante do PSOL na Casa. Continua no exercício do mandato até 2011 o senador do PSDB,

Flexa Ribeiro, que não disputou o pleito de 2006.

Governador

A eleição para o Governo do Pará passou para o 2º turno. A disputa foi entre a atual senadora Ana Júlia Carepa (PT) e o ex-governador Almir Gabriel (PSDB). Ana Júlia será a primeira mulher a governar o estado porque venceu o turno decisivo com 1.673.648 votos (54,93%) contra 1.373.474 votos (45,07%) de Almir Gabriel. O vice-governador eleito na chapa de Carepa foi Odair Santos Corrêa (PSB).

Eleição presidencial

Nos dois turnos, Lula (PT) venceu no Pará. No 1º turno, o resultado foi o seguinte: 1.631.569 votos (51,78%) para

Lula e 1.310.437 votos (41,59%) para Alckmin. No 2º turno, o desempenho do presidente reeleito foi ainda melhor - 1.840.154 votos (60,12%) - contra 1.220.564 votos (39,88%) para Alckmin.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:4.157.735
 Votos Brancos: 126.509 (3,79%)
 Votos Nulos:88.717 (2,66%)
 Abstenção:824.057 (19,82%)
 Votos Válidos: 3.118.452 (93,54%)
 Número de Vagas: 17
 Candidatos à Reeleição: 14
 Reeleitos: 8
 Votação Total dos Eleitos:1.948.243
 Índice de Renovação: 52,94%
 Quociente Eleitoral: 183.439

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ASDRUBAL BENTES	PMDB	REELEITO	42.738	ADVOGADO E SERVIDOR PÚBLICO
BEL MESQUITA	PMDB	NOVA	44.037	EMPRESÁRIA
BETO	PT	NOVO	72.148	AGRICULTOR
ELCIONE BARBALHO	PMDB	NOVA	114.465	PEDAGOGA E EMPRESARIA
GERSON PERES	PP	NOVO	103.555	ADVOGADO E JORNALISTA
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	NOVO	52.860	MÉDICO E AGROPECUARISTA
JADER BARBALHO	PMDB	REELEITO	311.526	EMPRESÁRIO
JOAQUIM DE LIRA MAIA	PFL	NOVO	102.750	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
LÚCIO VALE	PMDB	NOVO	57.768	TÉCNICO EM CONTABILIDADE, ESTATÍSTICO, ECONOMISTA DOMÉSTICO E ADMINISTRADOR
NILSON PINTO	PSDB	REELEITO	132.520	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
PAULO ROCHA	PT	NOVO	117.275	TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS
VANDINHO GONÇALVES	PSDB	NOVO	94.879	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
VIC PIRES FRANCO	PFL	REELEITO	149.626	JORNALISTA
WLADIMIR COSTA	PMDB	REELEITO	216.972	LOCUTOR, COMENTARISTA DE RÁDIO E TV E RADIALISTA
ZÉ GERALDO	PT	REELEITO	102.179	AGRICULTOR
ZENALDO COUTINHO	PSDB	REELEITO	141.368	ADVOGADO
ZEQUINHA MARINHO	PSC	REELEITO	91.577	CONTADOR

Metade da bancada é composta por novatos



Com uma renovação de 50%, o estado da Paraíba não elegeu parlamentares mulheres. A única mulher eleita no estado em 2002, a deputada Lúcia Braga (PMDB), concorreu à Assembleia Legislativa do estado. A renovação atual foi menor que na eleição passada, quando o índice de novos foi de 58,33%. 88 candidatos dispu-

taram as 12 vagas no estado.

Apenas dois deputados eleitos atingiram o quociente eleitoral de 161.396 votos. O recordista foi o novato do PMDB Vital do Rêgo Filho (Vitalzinho), que é médico. Ele obteve nas urnas 168.301 (8,69%) dos votos válidos. Vitalzinho exerce atualmente o 3º mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba. O segundo colocado, com 163.661 (8,45%), foi o líder do PMDB na Câmara, Wilson Santia-

go, que vai exercer o 2º mandato federal.

Os outros deputados que renovaram o mandato parlamentar foram Wellington Roberto (PL), com 125.407 (6,48%) votos; Ronaldo Cunha Lima (PSDB), 124.192 (6,41%); Luiz Couto (PT), 83.742 (4,32%); Armando Abílio (PSDB), 55.337 (2,86%); e Marcondes Gadelha (PSB), 39.361 (2,03%).

Os demais novos que chegam à Câmara são Rômulo Gouveia

(PSDB), 152.330 (7,87%) votos, atualmente presidente da Assembleia Legislativa; o advogado Efraim Filho (PFL), 147.335 (7,61%), cujo pai é o senador Efraim Moraes (PFL/PB); o vice-prefeito de João Pessoa, Manoel Júnior (PSB), quinto mais votado no estado, com 126.339 (6,52%); o ex-governador e advogado Wilson Braga (PMDB), com 113.557 (5,86%) e Dr. Damião (PL), médico, eleito com 75.408 votos (3,89%).

A bancada é majoritariamente governista. Dos 12 membros, oito pertencem a partidos da base aliada. A composição está assim dividida: PMDB (3); PSDB (3); PL (2); PSB (2); PT (1); e PFL (1).

Não retorna à Câmara o deputado Inaldo Leitão (PL), que já foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Ele ficou em 15º lugar e teve 44.587 votos. Também estarão fora da Câmara na 53ª Legislatura os deputados Domiciano Cabral (PSDB), que não disputou a eleição; Enivaldo Ribeiro (PP),

barrado na intenção de renovar o mandato parlamentar; além de Benjamin Maranhão (PMDB), Philemon Rodrigues (PTB) e Ricardo Rique (PL), todos os três acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Senado Federal

Com 803.600 (48,25%) votos, foi eleito senador da República o ex-prefeito de João Pessoa e ex-ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, Cícero Lucena (PSDB).

Ele derrotou o senador Ney Suassuna (PMDB), que obteve nas urnas 725.502 (43,56%) dos votos válidos. Suassuna foi prejudicado nesta eleição em função das denúncias de que teria se beneficiado da máfia das ambulâncias que, em convênio com várias prefeituras, superfaturava a compra de ambulâncias.

Governador

Depois de um 1º turno apertado, Cássio Cunha Lima (PSDB) venceu José Maranhão (PMDB) no 2º

turno. O estado protagonizou uma das disputas mais acirradas. Na eleição de 1º de outubro, o tucano obteve 943.922 (49,67%) dos votos válidos, enquanto Maranhão ficou com 926.272 (48,74%). A diferença foi de apenas 0,53%.

Em 29 de outubro, no 2º turno, Cunha Lima ampliou a diferença e garantiu a reeleição. O governador reeleito saiu das urnas com 1.003.102 (51,35%) dos votos válidos e José Maranhão com 950.269 (48,65%). Do 1º para o 2º turno, Maranhão perdeu 0,9% dos seus votos. Já Cunha Lima ampliou o suficiente para garantir sua reeleição.

Eleição presidencial

Para Lula a reeleição no estado foi tranqüila, tanto no 1º quanto no 2º turno. No pleito de 1º de outubro, o petista obteve 1.258.341 (65,31%) votos contra 537.042 (27,87%) votos de Alckmin. No 2º turno, Lula conseguiu mais votos. Foram 1.478.378 (75,01%) para Lula e 492.524 (24,99%) para Alckmin.

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	REELEITO	55.337	MÉDICO
DR. DAMIÃO	PL	NOVO	75.408	MÉDICO, EMPRESÁRIO E RADIALISTA
EFRAIM FILHO	PFL	NOVO	147.335	ADVOGADO
LUIZ COUTO	PT	REELEITO	83.742	PADRE
MANOEL JÚNIOR	PSB	NOVO	126.339	MÉDICO
MARCONDES GADELHA	PSB	REELEITO	39.361	MÉDICO
RÔMULO GOUVEIA	PSDB	NOVO	152.330	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
RONALDO CUNHA LIMA	PSDB	REELEITO	124.192	ADVOGADO E EMPRESÁRIO RURAL
VITAL DO RÊGO FILHO	PMDB	NOVO	168.301	ADVOGADO, MÉDICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
WELLINGTON ROBERTO	PL	REELEITO	125.407	EMPRESÁRIO
WILSON BRAGA	PMDB	NOVO	113.557	ADVOGADO
WILSON SANTIAGO	PMDB	REELEITO	163.661	ADVOGADO

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 2.573.766
 Votos Brancos: 141.003 (6,55%)
 Votos Nulos: 76.408 (3,55%)
 Abstenção: 419.613 (16,30%)
 Votos Válidos: 1.936.742 (89,91%)
 Número de Vagas: 12
 Candidatos à Reeleição: 10
 Reeleitos: 6
 Votação Total dos Eleitos: ... 1.374.970
 Índice de Renovação: 50,00%
 Quociente Eleitoral: 161.396

Renovação foi menor que em 1998 e 2002



A bancada foi renovada em apenas 30% nesta eleição. No pleito de 2002, o índice foi 36,6% e no de 1998 foi maior ainda, 40%. Composta por 30 deputados, todos foram candidatos à reeleição, exceto o deputado José Janene (PP), que aguarda julgamento em plenário da recomendação de

cassação por seu envolvimento no escândalo mensalão. Destes, 21 foram reeleitos. O campeão de votos foi o atual deputado Gustavo Fruet (PSDB), que obteve nas urnas 210.674 (3,94%) dos votos válidos. O novato Ratinho Júnior (PFL), segundo colocado no pleito com 205.286 votos (3,84%), é filho do apresentador do SBT, Ratinho. Esses dois candidatos foram os únicos a atingir o quociente

eleitoral de 178.299 votos.

Os demais deputados reeleitos para mais uma legislatura foram Abelardo Lupion (PFL), 122.859 (2,30%) votos; Affonso Camargo (PSDB), 99.763 (1,87%); Alex Canziani (PTB); 111.472 (2,08%); Assis Miguel do Couto (PT), 62.936 (1,18%); Cezar Silvestri (PPS), 88.962 (1,66%); Chico da Princesa (PL), 84.046 (1,57%); Dilceu Sperafico (PP),



116.632 (2,18%); Dr. Rosinha (PT), 69.347 (1,30%); Eduardo Sciarra (PFL), 85.197 (1,59%); Giacobbo (PL), 92.868 (1,74%); Hermes Parciannelo (PMDB), 151.874 (2,84%); Luiz Carlos Haully (PSDB), 111.505 (2,08%); Max Rosenmann (PMDB), 116.471 (2,18%); Moacir Micheletto (PMDB), 103.120 (1,93%); Nelson Meurer (PP), 114.099 (2,13%); Odílio Balbinotti (PMDB), 116.398 (2,18%); Osmar Serraglio (PMDB), 149.673 (2,80%); Reinhold Stephanes (PMDB), 101.696 (1,90%); Ricardo Barros (PP), 130.855 (2,45%); e Takayama (PMDB), 85.093 (1,59%).

Não retornam à Câmara André Zacharow (PMDB), Airton Roveda (PPS), Colombo (PT), Dr^a Clair (PT), Íris Simões (PTB), José Janene (PP), Oliveira Filho (PL), Selma Schons (PT), Vitorassi (PT) e José Borba (PMDB), que renunciou em 2005 para não perder os direitos políticos.

278 candidatos disputaram as 30 vagas disponíveis no estado para a Câmara dos Deputados. Os novos deputados que assumem uma cadeira no Parlamento Federal são o empresário Alfredo Kaefer (PSDB), que obteve nas urnas 158.659 (2,97%) votos; o radialista Barbosa

Neto (PDT), 132.674 (2,48%); Ângelo Vanhoni (PT), professor, obteve 111.036 (2,08%) e foi duas vezes candidato ao governo do estado. Há ainda o empresário e presidente da Federação das Indústrias do estado do Paraná (Fiep), Rodrigo Rocha Loures (PMDB), que teve 89.203 votos (1,67%).

Foram eleitos ainda o empresário agropecuarista Luiz Carlos Setim (PFL), 88.524 (1,66%) votos; o deputado estadual e presidente do diretório do PT no estado; André Vargas (PT), 83.222 (1,56%); o médico Alceni Guerra (PFL), 69.022 votos (1,29%), que foi ministro da Saúde no Governo Collor (1990-91); e Cassio Taniguchi (PFL), 67.821 votos (1,27%), prefeito de Curitiba por duas gestões consecutivas (1997-2000 e 2001-2004).

Senado Federal

Nove candidatos disputaram a cadeira no Senado, tendo o senador Álvaro Dias (PSDB) sido reeleito para mais oito anos de mandato. Ele recebeu 2.572.481 (50,51%) dos votos válidos. Com 2.299.088 (45,14%) dos votos, Gleisi (PT), esposa do deputado e ministro do Planejamento Paulo Bernardo, foi derrotada no pleito. O senador vai exercer o 3º mandato.

Governador

O atual governador, Roberto Requião (PMDB), foi reeleito no 2º turno com 2.668.611 dos votos válidos (50,10%). O senador Osmar Dias (PDT) foi derrotado por ínfima margem de votos - 2.658.132 (49,90%).

Eleição presidencial

Alckmin ganhou de Lula nos dois turnos da eleição presidencial. No 1º turno, Alckmin saiu das urnas com 2.953.572 votos (53,01%) e Lula com 2.111.589 votos (37,90%). No 2º, o tucano ganhou novamente, mas perdeu votos - Alckmin teve 2.744.697 (50,75%) e Lula, 2.663.423 (49,25%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 7.121.257
 Votos Brancos: 389.191 (6,52%)
 Votos Nulos: 229.246 (3,84%)
 Abstenção: 1.153.861 (16,20%)
 Votos Válidos: 5.348.959 (89,64%)
 Número de Vagas: 30
 Candidatos à Reeleição: 29
 Reeleitos: 21
 Votação Total dos Eleitos: ... 3.330.951
 Índice de Renovação: 30,00%
 Quociente Eleitoral: 178.299

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ABELARDO LUPION	PFL	REELEITO	122.859	EMPRESÁRIO RURAL
AFFONSO CAMARGO	PSDB	REELEITO	99.763	ENGENHEIRO CIVIL
ALCENI GUERRA	PFL	NOVO	69.022	MÉDICO
ALEX CANZIANI	PTB	REELEITO	111.472	ADVOGADO
ALFREDO KAEFER	PSDB	NOVO	158.659	EMPRESÁRIO
ANDRÉ VARGAS	PT	NOVO	83.222	PEQUENO EMPRESÁRIO
ÂNGELO VANHONI	PT	NOVO	111.036	PROFESSOR
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	REELEITO	62.936	AGRICULTOR
BARBOSA NETO	PDT	NOVO	132.674	APRESENTADOR DE TV E RADIALISTA
CÁSSIO TANIGUCHI	PFL	NOVO	67.821	ENGENHEIRO ELETRÔNICO
CEZAR SILVESTRI	PPS	REELEITO	88.962	ENGENHEIRO
CHICO DA PRINCESA	PL	REELEITO	84.046	CONTADOR
DILCEU SPERAFICO	PP	REELEITO	116.632	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
DR. ROSINHA	PT	REELEITO	69.347	MÉDICO E SERVIDOR PÚBLICO
EDUARDO SCIARRA	PFL	REELEITO	85.197	ENGENHEIRO
GIACOBO	PL	REELEITO	92.868	EMPRESÁRIO
GUSTAVO FRUET	PSDB	REELEITO	210.670	ADVOGADO
HERMES PARCIANELLO	PMDB	REELEITO	151.874	CONTADOR
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	REELEITO	111.505	ECONOMISTA
LUIZ CARLOS SETIM	PFL	NOVO	88.524	DIRETOR DE EMPRESAS E EMPRESÁRIO
MAX ROSENMANN	PMDB	REELEITO	116.471	EMPRESÁRIO E ADVOGADO

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
MOACIR MICHELETTO	PMDB	REELEITO	103.120	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
NELSON MEURER	PP	REELEITO	114.099	EMPRESÁRIO RURAL
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	REELEITO	116.398	EMPRESÁRIO RURAL
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	REELEITO	149.673	ADVOGADO
RATINHO JÚNIOR	PPS	NOVO	205.286	EMPRESÁRIO
REINHOLD STEPHANES	PMDB	REELEITO	101.696	ECONOMISTA
RICARDO BARROS	PP	REELEITO	130.855	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO CIVIL
RODRIGO ROCHA LOURES	PMDB	NOVO	89.203	EMPRESÁRIO
TAKAYAMA	PMDB	REELEITO	85.093	PROFESSOR, EMPRESÁRIO E PASTOR

Maioria dos deputados tentou se reeleger



Com 25 representantes na Câmara Federal, a bancada de Pernambuco foi renovada em 44%, percentual próximo aos 40% registrados no pleito de 2002. Vinte deputados concorreram a novo mandato, sendo 14 reeleitos, dois não participaram da eleição, um foi eleito governador, um elegeu-se suplente de senador e um perdeu a eleição para o Senado.

No grupo de deputados reeleitos, apenas dois ultrapassaram o quociente eleitoral do estado que chegou a 167.571 votos: Armando Monteiro Neto (PTB), com 205.212 votos, e Inocêncio Oliveira (PL), com 181.126 votos, eleito para seu nono mandato federal. A novata e única mulher eleita deputada em Pernambuco, Ana Arraes (PSB), que teve a preferência de 178.467 eleitores, também alcançou o quociente. Servidora pública federal, Ana é filha de Miguel Arraes e mãe do governador eleito Eduardo Campos.

Os deputados Carlos Eduardo Cadoca (PMDB) e Roberto Magalhães (PFL) se reelegeram, mas não chegaram perto da votação que garantiu aos parlamentares atingir o quociente eleitoral em 2002. O desempenho de Cadoca caiu de 211.864 votos para 157.909 votos. Magalhães também perdeu o pleito, saindo de um patamar de 204.768 votos para 106.150 votos.

Os seis deputados barrados nas urnas na tentativa de reeleição foram Carlos Batata (PFL), Joaquim Francisco (PFL), Luiz Piauhyliano (PDT), Osvaldo Coelho

(PFL), Pastor Francisco Olímpio (PSB) e Salatiel Carvalho (PFL). O eleitorado pernambucano também não renovou o voto de confiança no ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Protagonista do escândalo do “mensalinho”, Severino renunciou ao mandato em setembro de 2005, quando exercia a Presidência da Mesa Diretora da Casa.

Dos que não tentaram a reeleição, o deputado Eduardo Campos (PSB) foi eleito em 2º turno governador do estado; Roberto Freire (PPS), eleito 1º suplente do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB); Jorge Gomes (PSB), derrotado na disputa para o Senado Federal; além de Marcos de Jesus (sem partido e com o nome envolvido na máfia das ambulâncias) e Joel de Hollanda (PFL), que não participaram do pleito de 2006.

No rol de novatos, destaque para o estreante Fernando Bezerra Coelho Filho (PSB/PE). Com apenas 22 anos, é mais um membro de tradicional família de políticos em Pernambuco a debutar na Câmara Federal. Em condição totalmente diferente, retorna à Casa o deputado Carlos Wilson (PT). Político experiente, ele já foi deputado federal três vezes, inclusive na Assembleia Nacional Constituinte, vice-governador e governador de Pernambuco, secretário nacional de Irrigação, senador e, mais recentemente, presidente da Infraero.

O deputado Pedro Eugênio é outro parlamentar experiente que vem reforçar a bancada do PT. Economista e professor uni-

versitário, foi secretário de três pastas no Governo de Pernambuco (Agricultura, Planejamento e Fazenda), deputado estadual, deputado federal e diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste.

É dos quadros do PDT, mais um novato com experiência no Parlamento Federal, o empresário Wolney Queiroz. Integram ainda a nova bancada de Pernambuco os seguintes deputados: o empresário Bruno Rodrigues (PSDB), o advogado Edgar Moury Fernandes (PMDB), o empresário Eduardo da Fonte (PP), o cantor e compositor Marcos Antônio (PSC) e o economista Raul Henry Júnior (PMDB).

O PT foi a legenda mais bem sucedida em Pernambuco com a eleição de cinco deputados federais. Com três representantes cada ficaram o PMDB, PFL, PSB e PTB. O PSDB conseguiu eleger dois deputados. Já o PP, PL, PDT, PPS, PCdoB e PSC elegeram um representante cada.

Senado Federal

No pleito de 2006, o ex-governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, foi eleito senador para cumprir mandato até 2015. O atual deputado federal e ex-senador Roberto Freire (PPS) ficou na 1ª suplência.

Continuam no exercício de mandato, que só terminará em 2011, os senadores Marco Maciel (PFL) e Sérgio Guerra (PSDB).

Governador

Com 2.623.297 votos (65,36%), Eduardo Campos, do PSB, foi eleito governador de Pernambuco em 2º turno. Mendonça Filho,



do PFL, que saiu do 1º turno na liderança, obteve 1.390.273 votos (34,64%) em 29 de outubro. João Soares Lyra Neto foi eleito vice-governador na chapa de Campos.

Eleição presidencial

Tanto no 1º quanto no 2º turno, Lula venceu a disputa presidencial no estado de Pernambuco. Na eleição de 1º de outubro,

Lula foi a opção de 2.993.618 eleitores contra 964.730 que escolheram Alckmin. Os percentuais de votos válidos registrados foram de 70,93% e 22,86%, respectivamente.

O voto de confiança no presidente reeleito foi confirmado em 2º turno por 3.260.996 dos eleitores (78,48%). Alckmin caiu para 894.062 votos (21,52%) no sufrágio decisivo.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 5.834.512
 Votos Brancos: 427.430 (8,96%)
 Votos Nulos: 153.267 (3,21%)
 Abstenção: 1.064.542 (18,25%)
 Votos Válidos: 4.189.273 (87,83%)
 Número de Vagas: 25
 Candidatos à Reeleição: 22
 Reeleitos: 14
 Votação Total dos Eleitores: ..2.799.746
 Índice de Renovação: 44,00%
 Quociente Eleitoral: 167.571

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ANA ARRAES	PSB	NOVA	178.467	SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
ANDRÉ DE PAULA	PFL	REELEITO	88.854	ADVOGADO
ARMANDO MONTEIRO	PTB	REELEITO	205.212	EMPRESÁRIO
BRUNO ARAÚJO	PSDB	NOVO	138.498	ADVOGADO
BRUNO RODRIGUES	PSDB	NOVO	80.065	EMPRESÁRIO
CARLOS EDUARDO CADUCA	PMDB	REELEITO	157.909	ADVOGADO
CARLOS WILSON	PT	NOVO	141.203	EXECUTIVO E EMPRESÁRIO
EDGAR MOURY FERNANDES	PMDB	NOVO	87.499	ADVOGADO
EDUARDO DA FONTE	PP	NOVO	110.061	EMPRESÁRIO
FERNANDO BEZERRA COELHO FILHO	PSB	NOVO	117.720	PECUARISTA
FERNANDO FERRO	PT	REELEITO	73.009	ENGENHEIRO ELÉTRICO
GONZAGA PATRIOTA	PSB	REELEITO	92.652	CONTADOR E ADVOGADO
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PL	REELEITO	181.126	EMPRESÁRIO E MÉDICO
JOSÉ CHAVES	PTB	REELEITO	84.143	ENGENHEIRO CIVIL E EMPRESÁRIO
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	REELEITO	96.561	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	REELEITO	120.398	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO
MARCOS ANTÔNIO	PSC	NOVO	62.019	CANTOR E COMPOSITOR
MAURÍCIO RANDS	PT	REELEITO	149.206	ADVOGADO
PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	REELEITO	56.247	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
PEDRO EUGÊNIO	PT	NOVO	85.140	ECONOMISTA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
RAUL HENRY JÚNIOR	PMDB	NOVO	138.841	ECONOMISTA
RAUL JUNGSMANN	PPS	REELEITO	88.757	SERVIDOR PÚBLICO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	REELEITO	103.364	GEÓLOGO
ROBERTO MAGALHÃES	PFL	REELEITO	106.150	ADVOGADO
WOLNEY QUEIROZ	PDT	NOVO	56.645	EMPRESÁRIO

Bancada teve a menor renovação dos últimos quatro pleitos



Na bancada composta de 10 deputados, todos foram candidatos à reeleição e sete lograram êxito. A renovação foi de apenas 30%; nas quatro eleições anteriores a renovação havia sido de 40%. Os deputados reeleitos são Marcelo Castro (PMDB), 160.310 (9,93%); Ciro Nogueira (PP), 107.563 (6,66%); Átila Lira (PSDB), 98.442 (6,10%); Júlio César (PFL), 84.812 (5,25%); Paes Landim (PTB), 79.803 (4,94%); Mussa Demes (PFL), 73.708 (4,56%) e Nazareno Fonteles (PT), 64.212 (3,98%).

Dos novos deputados, todos já possuem experiência política e parlamentar. Alberto Silva (PMDB), engenheiro civil, foi eleito com 42.151 (2,61%) dos votos válidos. Ele exerceu nos últimos oito anos o mandato de senador da República. Outro novato no Legislativo federal com tarimba no Parlamento é o deputado estadual Antônio José Medeiros (PT), professor universitário, eleito com 132.359 (8,20%). Estreante no Parlamento, mas com muita experiência política, chega à Câmara o advogado ex-vice-governador do estado, Osmar Júnior (PCdoB), eleito com 96.935 (6%) dos votos válidos.

A bancada será majoritariamente governista. Sete dos dez deputados são de partidos aliados, assim divididos: PMDB (2), PT (2), PFL (2), PSDB (1), PP (1), PTB (1) e PCdoB (1).

O quociente eleitoral do estado foi de 161.509 eleitores. Nenhum deputado eleito conseguiu alcançá-lo.

Os votos brancos (72.766/4,19%) superaram a votação de dois deputados eleitos; 50.795 eleitores anularam o voto. 16,15% (334.856) dos eleitores se abstiveram nesta eleição. Os votos válidos, que excluem os brancos e nulos, representaram 1.615.087 (92,89%) dos eleitores.

Senado Federal

João Vicente Claudino (PTB) foi eleito senador pelo estado do Piauí, com 926.631 (65,44%), pela coligação PT-PTB. Ele é empresário e vai ocupar a vaga deixada pelo senador Alberto Silva (PMDB), que na próxima legislatura vai ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

O senador eleito é novato na política e concorreu a um mandato eletivo pela primeira vez. Embora tenha sido sua primeira campanha eleitoral, João Claudino já ocupou função pública. Foi

secretário estadual de Indústria, Comércio e Tecnologia (1995-1998) durante o governo do então governador Mão Santa (PMDB). O futuro parlamentar foi indicado para o cargo, à época, por associações de indústria e comércio do Piauí.

Os dois suplentes do senador são João Hilton Fernandes Silva e Maria de Lourdes Carvalho, respectivamente 1º e 2ª suplentes.

Governador

Embalado pelas políticas públicas do Governo Federal,

Wellington Dias (PT) foi reeleito governador no 1º turno com 944.695 (61,68%). Seu vice é Wilson Nunes Martins.

Eleição presidencial

Lula ganhou os dois turnos no estado. No 2º turno ampliou a diferença. No 1º turno Lula teve 1.055.600 (67,28%) dos votos válidos e Alckmin, 440.063 (28,05%). No 2º turno, foram 1.216.842 (77,32%) votos, contra 356.879 (22,68) de Alckmin. Uma diferença de 54,64%.

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALBERTO SILVA	PMDB	NOVO	42.151	ENGENHEIRO CIVIL, ELÉTRICO E MECÂNICO
ANTÔNIO MEDEIROS	PT	NOVO	132.359	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
ÁTILA LIRA	PSDB	REELEITO	98.442	ECONOMISTA E ADMINISTRADOR
CIRO NOGUEIRA	PP	REELEITO	107.563	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
JÚLIO CESAR	PFL	REELEITO	84.812	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
MARCELO CASTRO	PMDB	REELEITO	160.310	MÉDICO
MUSSA DEMES	PFL	REELEITO	73.708	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
NAZARENO FONTELES	PT	REELEITO	64.212	MÉDICO
OSMAR JÚNIOR	PCdoB	NOVO	96.935	ADVOGADO
PAES LANDIM	PTB	REELEITO	79.803	ADVOGADO E PROFESSOR

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 2.073.504
 Votos Brancos: 72.766 (4,19%)
 Votos Nulos: 50.795 (2,92%)
 Abstenção: 334.856 (16,15%)
 Votos Válidos: 1.615.087 (92,89%)
 Número de Vagas: 10
 Candidatos à Reeleição: 10
 Reeleitos: 7
 Votação Total dos Eleitos: ... 940.295
 Índice de Renovação: 30,00%
 Quociente Eleitoral: 161.509

Eleitorado fluminense barrou todos os parlamentares sanguessugas



A terceira maior bancada do Congresso Nacional tomará posse em 2007 renovada

em 54,34%, índice muito próximo dos 52,2% registrados no pleito de 2002. Dos 46 atuais deputados federais, 38 tentaram renovar seus mandatos, mas apenas 21 obtiveram êxito. Na bancada fluminense, dois deputados concorreram ao governo do estado - Denise Frossard (PPS) e Eduardo Paes (PSDB), ambos derrotados; e três posturalam a vaga do Senado, com Francisco Dornelles (PP) saindo vitorioso das urnas na disputa contra Jandira Feghali (PCdoB) e Ronaldo Cezar Coelho (PSDB).

Decidiram não participar do pleito de 2006 os deputados sem

partido e todos eles envolvidos no escândalo das sanguessugas: João Mendes de Jesus, José Divino e Vieira Reis. A bancada do Rio de Janeiro é a que possui mais integrantes na lista de parlamentares citados no caso da máfia das ambulâncias - 13 no total.

Se três deles resolveram não correr o risco de lançar candidatura (João Mendes de Jesus, José Divino e Vieira Reis, todos sem partido), os outros dez tiveram a ousadia de testar sua credibilidade junto ao eleitorado. O resultado do pleito frustrou os parlamentares sanguessugas. Todos eles foram barrados nas urnas: Almerinda de Carvalho (PMDB), Almir Moura (PFL), Carlos Nader (PL), Elaine Costa (PTB), Fernando Gonçalves (PTB), Laura Carneiro (PFL), Paulo Baltazar (PSB), Paulo Feijó

(PSDB), Reinaldo Betão (PL) e Reinaldo Gripp (PL).

Diferente do que ocorreu nas outras unidades federativas, o quociente eleitoral no Rio de Janeiro foi menor agora do que nas eleições de 2002, quando chegou a 175.243 votos. No pleito de 2006, o quociente não passou dos 172.219 votos e foi alcançado por cinco deputados - os reeleitos Fernando Gabeira (PV), com 293.057 votos; Rodrigo Maia (PFL), 235.111 votos; e Leonardo Picciani (PMDB), com 173.211 votos; e os novatos Geraldo Pudim (PMDB), que teve 272.457 votos; e Andréia Zito (PSDB), que conseguiu o apoio de 190.413 eleitores.

Com exceção do metalúrgico e atual deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB), que foi deputado na Constituinte (1987-



91), os novatos do Rio de Janeiro são estreantes no Parlamento Federal. Acumulam, entretanto, outras experiências em cargos públicos, como é o caso dos deputados estaduais Andreia Zito (PSDB), Cida Diogo (PT), Leandro Sampaio (PPS) e Léo Vivas (PRB); e dos vereadores Brizola Neto (PDT), Dr. Adilson Soares (PL), Edson Santos (PT), Índio da Costa (PFL) e Suely (Prona).

O estado do Rio de Janeiro contará ainda em 2007 com os seguintes novos deputados: Chico D'Angelo (PT), Filipe Rio de Cara Nova (PSC), Hugo Leal (PSC), Marcelo Itagiba (PMDB), Neilton Mulim (PPS), Otávio Leites (PSB), Pastor Manoel Ferreira (PTB), Rogério Lisboa (PFL), Silvio Lopes (PSDB) e Vinícius Carvalho (PTdoB).

No conjunto de reeleitos e novos, a bancada do Rio de Janeiro é a que tem mais representantes na bancada evangélica. Juntam-se ao senador Marcelo Crivella (PRB) e aos deputados reeleitos Arolde de Oliveira (PFL) e Eduardo Cunha (PMDB), os novos Andreia Zito (PSDB), Dr. Adilson Soares (PL), Filipe Rio de Cara Nova (PSC) e Pastor Manoel Ferreira (PTB).

O grupo do Rio de Janeiro também reúne a maior bancada feminina eleita para o Congresso, todas novatas. Além das deputadas já citadas Andreia Zito, Cida Diogo e Suely, foram eleitas a inspetora de polícia Marina Maggessi (PPS), a veterinária Solange Almeida (PMDB) e a administradora Solange Amaral (PFL).

Entre as relações de parentesco constatadas na bancada fluminense, merece destaque o sufrágio de dois parentes em primeiro grau. Estarão juntos na representação do estado no Parlamento Federal o deputado reeleito Nelson Bornier (PMDB) e seu filho Felipe Bornier (PHS).

Após o pleito de 2006, o PMDB passa a ser o partido com mais deputados na bancada do Rio de Janeiro porque elegeu dez representantes. O PT aparece em segundo lugar com a eleição de seis deputados, seguido do PFL com cinco. PSDB, PDT, PPS e PSC elegeram três deputados cada. PP e PTB conseguiram eleger dois cada. Com apenas um representante cada ficaram nove partidos: PSB, PL, PV, PCdoB, PSOL, PRB, PTdoB, Prona e PHS.

Senado Federal

No Rio de Janeiro, a renovação no Senado acabou sendo de dois terços porque, além do atual deputado federal Francisco Dornelles (PP), eleito para cumprir mandato até 2015 no Senado, também deverá ser efetivado para exercer mandato até 2011 Paulo Duque (PMDB), que é o segundo suplente do senador Sérgio Cabral (PMDB), vitorioso na disputa em 2º turno para governar o estado. O primeiro suplente, Regis Fichtner, também terá que renunciar ao mandato para ocupar o cargo de chefe da Casa Civil no Governo de Cabral.

Continua no exercício do mandato até 2011 o senador do PRB, Marcelo Crivella, derrotado

na disputa para o governo do estado.

Governador

A eleição para o Governo do Rio de Janeiro só foi decidida em 2º turno. O pleito de 29 de outubro foi disputado pelos candidatos Sérgio Cabral (PMDB) e Denise Frossard (PPS). Cabral obteve 5.129.064 votos, o que representa 68% dos votos válidos. Frossard conquistou 2.413.546 votos ou 32% dos votos válidos.

Eleição presidencial

O presidente Lula venceu os dois turnos da eleição no estado do Rio de Janeiro. No 1º turno, ele teve 4.092.648 votos (49,18%) contra 2.402.076 votos (28,86%) conquistados por Alckmin. No turno decisivo, os dois candidatos cresceram e Lula continuou na dianteira. O presidente reuniu a preferência de 5.532.284 (69,69%) dos eleitores e Alckmin chegou aos 2.406.487 (30,31%) de votos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	10.891.293
Votos Brancos:	609.138 (6,58%)
Votos Nulos:	724.508 (7,83%)
Abstenção:	1.635.603 (15,02%)
Votos Válidos:	7.922.044 (85,59%)
Número de Vagas:	46
Candidatos à Reeleição:	38
Reeleitos:	21
Votação Total dos Eleitos: ..	4.288.071
Índice de Renovação:	54,34%
Quociente Eleitoral:	172.219

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	REELEITO	102.615	MÉDICO
ALEXANDRE SANTOS	PMDB	REELEITO	80.855	EMPRESÁRIO
ANDREIA ZITO	PSDB	NOVA	190.413	ESTUDANTE DE DIREITO
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	REELEITO	61.436	ENGENHEIRO E PROFESSOR
BERNARDO ARISTON	PMDB	REELEITO	65.575	RADIALISTA
BRIZOLA NETO	PDT	NOVO	62.090	ESTUDANTE DE DIREITO
CARLOS SANTANA	PT	REELEITO	61.792	METALÚRGICO E FERROVIÁRIO
CHICO ALENCAR	PSOL	REELEITO	119.069	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
CHICO D'ANGELO	PT	NOVO	68.918	MÉDICO
CIDA DIOGO	PT	NOVA	70.535	MÉDICA
DELEY	PSC	REELEITO	72.689	ATLETA PROFISSIONAL E TÉCNICO EM DESPORTOS
DR. ADILSON SOARES	PL	NOVO	48.371	ESPECIALISTA EM POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA
EDMILSON VALENTIM	PCdoB	NOVO	76.296	METALÚRGICO
EDSON SANTOS	PT	NOVO	105.113	LÍDER COMUNITÁRIO
EDUARDO CUNHA	PMDB	REELEITO	130.769	ECONOMISTA
EZEQUIEL	PMDB	REELEITO	111.017	ENGENHEIRO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
FELIPE BORNIER	PHS	NOVO	30.782	COMERCIANTE
FERNANDO GABEIRA	PV	REELEITO	293.057	JORNALISTA
FERNANDO LOPES	PMDB	REELEITO	66.518	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E ECONOMISTA
FILIPE RIO DE CARA NOVA	PSC	NOVO	51.061	ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLHADOS
GERALDO PUDIM	PMDB	NOVO	272.457	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
HUGO LEAL	PSC	NOVO	112.780	ADVOGADO
ÍNDIO DA COSTA	PFL	NOVO	91.538	ADVOGADO
JAIR BOLSONARO	PP	REELEITO	99.700	MILITAR
JORGE BITTAR	PT	REELEITO	79.947	ENGENHEIRO
LEANDRO SAMPAIO	PPS	NOVO	44.575	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO AGÔNOMO
LÉO VIVAS	PRB	NOVO	83.127	BISPO EVANGÉLICO
LEONARDO PICCIANI	PMDB	REELEITO	173.211	AGROPECUARISTA E ESTUDANTE DE DIREITO
LUIZ SÉRGIO	PT	REELEITO	78.773	METALÚRGICO
MARCELO ITAGIBA	PMDB	NOVO	70.053	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
MARINA MAGESSI	PPS	NOVA	55.030	INSPETORA DE POLÍCIA
MIRO TEIXEIRA	PDT	REELEITO	68.351	JORNALISTA E ADVOGADO
NEILTON MULIM	PPS	NOVO	44.671	LICENCIADO EM MATEMÁTICA E PROFESSOR
NELSON BORNIER	PMDB	REELEITO	132.932	EMPRESÁRIO E ADVOGADO
OTÁVIO LEITE	PSDB	NOVO	90.629	ADVOGADO
PASTOR MANOEL FERREIRA	PTB	NOVO	80.009	ADVOGADO
RENATO COZZOLINO	PDT	REELEITO	39.108	PROFESSOR
RODRIGO MAIA	PFL	REELEITO	235.111	ANALISTA FINANCEIRO
ROGÉRIO LISBOA	PFL	NOVO	64.183	ADVOGADO
SANDRO MATOS	PTB	REELEITO	88.950	EMPRESÁRIO
SILVIO LOPES	PSDB	NOVO	64.228	SERVIDOR PÚBLICO
SIMÃO SESSIM	PP	REELEITO	95.955	ADVOGADO E PROFESSOR
SOLANGE ALMEIDA	PMDB	NOVA	69.432	VETERINÁRIA
SOLANGE AMARAL	PFL	NOVA	101.428	ADMINISTRADORA
SUELY	PRONA	NOVA	23.459	INDETERMINADA
VINICIUS CARVALHO	PTdoB	NOVO	59.524	EMPRESÁRIO

Dos oito membros da bancada, seis comporão a base do Governo



Metade da representação do estado, composta por oito deputados,

volta à Câmara na próxima legislatura, o que significa uma renovação de 50%, igual à da eleição de 2002. No estado, 68 candidatos disputaram as vagas de deputado federal, entre eles cinco dos oito atuais.

Dos cinco que tentaram renovar o mandato, somente um foi derrotado. Foram reeleitos: Henrique Eduardo Alves (PMDB), Fátima Bezerra (PT), Nélio Dias (PP) e Sandra Rosado (PSB). Os quatro que deixam a Câmara, um, o deputado Ney Lopes (PFL), foi candidato a vice-governador na chapa liderada pelo senador Garibaldi (PMDB), que perdeu a eleição em 2º turno para Wilma Faria (PSB); um, Álvaro Dias (PL), foi eleito deputado estadual; outro, Iberê Ferreira (PSB), foi eleito vice-governador; e um, Betinho Rosado (PFL), não con-

seguiu se reeleger.

Dos quatro novos deputados eleitos, dois são filhos de políticos tradicionais do Estado: Fábio Faria (PSB) é filho do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Robinson Faria (PFL), e Felipe Maia (PFL) é filho do senador José Agripino, líder do PFL no Senado. Os outros dois são João Maia (PL), ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado na gestão da governadora reeleita, Wilma Faria, e Rogério Marinho (PSB), presidente da Câmara de Vereadores de Natal.

O estado possui 2.101.144 eleitores. Destes, 311.232 (14,81%) se abstiveram de votar, 105.059 (5,87%) votaram em branco e 60.966 (3,41%) anularam seus votos. Na eleição para deputados federais, foram contabilizados 1.623.887 (90,72%) dos votos válidos.

Senado Federal

A eleição para o Senado foi das mais disputadas do País. Três nomes de grande peso po-

lítico no estado concorreram à vaga: a ex-prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini Rosado (PFL), aliada do senador José Agripino (PFL), o senador Fernando Bezerra (PTB), atual líder do Governo Lula no Senado e candidato da governadora reeleita, e o ex-governador Geraldo Melo (PSDB). Com 645.869 votos (44,18%), foi eleita Rosalba Ciarlini (PFL), única mulher na disputa da vaga ao Senado. Fernando Bezerra obteve 634.738 votos (43,42%) e Geraldo Melo, que ficou em terceiro lugar, teve 155.608 votos (10,65%). Ambos foram derrotados.

A nova senadora tem experiência política, pois já foi por dois mandatos prefeita de Mossoró, a segunda cidade mais importante do Rio Grande do Norte. Ela é médica pediatra e vai ocupar a vaga deixada por Fernando Bezerra. Foram eleitos como suplentes Garibaldi Alves, pai do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), e Ivonete Dantas Silva, respectivamente, 1º e 2º suplentes.



Governador

A atual governadora Wilma Faria (PSB) foi reeleita, no 2º turno, com 824.101 (52,38%) votos válidos, contra o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), que saiu das urnas com 749.172 votos (47,62%). No 1º turno, Wilma teve 764.016 votos (49,57%) e Garibaldi Filho 749.003 votos (48,60%).

Eleição presidencial

No estado, a eleição presidencial não foi diferente dos demais estados nordestinos. Lula ganhou no 1º e no 2º turnos, sendo que no 2º o presidente ampliou ainda mais sua votação em relação ao tucano Geraldo Alckmin.

No 1º turno, Lula venceu

com quase o dobro de votos do adversário. Ele saiu das urnas com 952.796 votos (60,17%) e Alckmin obteve 499.934 votos (31,57%). No 2º turno, Lula ampliou sua votação, passando de 952.796 para 1.099.150 votos (69,73%), enquanto Alckmin caiu de 499.934 (31,57%) para 477.212 votos (30,27%).

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
FÁBIO FARIA	PMN	NOVO	195.148	EMPRESÁRIO
FÁTIMA BEZERRA	PT	REELEITA	116.243	ENGENHEIRA AGRÔNOMA
FELIPE MAIA	PFL	NOVO	124.382	EMPRESÁRIO
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	REELEITO	156.581	ADVOGADO
JOÃO MAIA	PL	NOVO	193.296	ECONOMISTA
NÉLIO DIAS	PP	REELEITO	93.245	EMPRESÁRIO RURAL
ROGÉRIO MARINHO	PSB	NOVO	130.063	ECONOMISTA
SANDRA ROSADO	PSB	REELEITA	69.277	ASSISTENTE SOCIAL

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 2.101.144
 Votos Brancos: 105.059 (5,87%)
 Votos Nulos: 60.966 (3,41%)
 Abstenção: 311.232 (14,81%)
 Votos Válidos: 1.623.887 (90,72%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: . 1.078.235
 Índice de Renovação: 50,00%
 Quociente Eleitoral: 202.986

27 deputados disputaram a reeleição, 19 conquistaram mais um mandato



Dos 31 deputados federais que compõem a bancada do estado do Rio Grande do Sul, 27 tentaram renovar o mandato mas apenas 19 foram consagrados nas urnas. Quanto aos demais, três disputaram o governo do Estado e um concorreu à Assembleia Legislativa.

Foram reeleitos para mais quatro anos de mandato parlamentar as professoras Luciana Genro (PSOL), filha do ministro das Relações Institucionais da Presidência da República, Tarso Genro, e Maria do Rosário (PT); o administrador Nelson Proença (PPS); os advogados Beto Albuquerque (PSB), Eliseu Padilha (PMDB), Ennio Bacci (PDT), Júlio Redecker (PSDB), Mendes Ribeiro (PMDB) e Pompeo de Mattos (PDT); o agricultor Adão Pretto (PT); o engenheiro e produtor rural Luiz Carlos Heinze (PP); o industriário Marco Maia (PT); o

jornalista Paulo Pimenta (PT); os médicos Darcísio Perondi (PMDB), Osmar Terra (PMDB) e Henrique Fontana, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara; o sociólogo Tarcísio Zimmermann (PT) e o veterinário Onyx Lorenzoni (PFL).

Os novos deputados, 13 ao todo, são respectivamente: o engenheiro Agrônomo Afonso Hamm (PP); a jornalista Manuela D'Ávila (PCdoB), única mulher do estado a superar a cláusula de barreira nas eleições para a Câmara; os advogados Covatti e José Otávio Germano, ambos do PP; o arquiteto Busato (PTB); o comerciante Sérgio Moraes (PTB); o empresário Renato Molling (PP); o jornalista Ibsen Pinheiro (PMDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados e cassado pela CPMI dos Anões do Orçamento, que investigou o envolvimento de parlamentares em desvio de recursos públicos; os médicos Germano Bonow (PFL) e Pepe Vargas (PT); o Procurador de Justiça Vieira da Cunha (PDT) e os

professores Ruy Pauletti (PSDB) e Paulo Roberto (PTB).

O deputado Alceu Collares (PDT) tentou voltar a ocupar o Poder Executivo estadual, mas foi barrado nas urnas. Também foi reprovado na intenção de comandar o estado o deputado Francisco Turra (PP). Outra parlamentar que disputou o comando do governo estadual foi Yeda Crusius (PSDB). Ela foi eleita em 2º turno com 53,94% dos votos válidos.

A partir da 53ª Legislatura o estado do Rio Grande não vai contar com a presença de Francisco Appio (PP) e de Kelly Moraes (PTB), eleitos deputados estaduais. Também estarão fora os deputados Edir Oliveira (PTB), Érico Ribeiro (PP) e Paulo Gouvêa (PL), barrados pelos gaúchos na tentativa de renovar o mandato parlamentar. Todos eles são investigados pela CPMI das Sanguessugas por suposta participação no esquema de desvio de recursos públicos destinados à compra de ambulâncias.

Também foram vetados na tentativa de renovar seus mandatos os deputados Cezar Schirmer (PMDB), relator do processo que pediu a cassação do mandato do ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP), por suposto envolvimento com o pagamento de propina aos parlamentares, o chamado “mensalão”; Milton Cárdis (PTB); Orlando Desconsi (PT); Osvaldo Biolchi (PMDB), ex-presidente da Comissão de Trabalho; Pastor Reinaldo (PTB) e Wilson Cignachi (PMDB).

No Rio Grande do Sul apenas três candidatos superaram o quociente eleitoral de 192.155 votos: a nova deputada Manuela D’Ávila (PCdoB), com 271.939 votos; e os parlamentares reeleitos Luís Carlos Heinze (PP), 205.734 votos, e José Otávio Germano (PP), com 195.822 votos.

Senado Federal

Dez candidatos disputaram a única vaga do Senado Federal. Nenhum deputado federal da atual legislatura concorreu à vaga. O senador Pedro Simon (PMDB)

conquistou nas urnas a renovação do seu mandato até 2015.

O peemedebista obteve 1.862.560 votos (33,93%) contra 1.549.768 votos (28,23%) dados ao ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto (PT).

Governador

Dez candidatos disputaram o comando do Poder Executivo no estado do Rio Grande. Mas, apenas Olívio Dutra (PT) e a atual deputada federal Yeda Crusius (PSDB) foram para o 2º turno.

Yeda Crusius conquistou no 1º turno o apoio de 2.037.923 gaúchos (32,90% dos votos válidos) contra 1.696.243 votos (27,39% dos votos válidos) dados a Olívio Dutra.

No 2º turno, a candidata do PSDB ampliou a quantidade de votos para 3.377.973 (53,94% dos votos válidos) contra o pequeno aumento conquistado pelo candidato do presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de 2.884.092 (46,06%, dos votos válidos).

Com este resultado, Yeda Crusius passará em 2007 a ser a

primeira mulher no Rio Grande do Sul a ocupar o comando do estado.

Eleição presidencial

O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, venceu os dois turnos da eleição no estado do Rio Grande do Sul. No 1º turno ele teve 3.460.730 votos (55,76%) contra 2.252.656 votos (33,07%) conquistados por Lula. No turno decisivo, os dois candidatos cresceram, mas Alckmin continuou na frente. O tucano teve a preferência de 3.485.916 (55,35%) dos eleitores e o candidato-presidente alcançou 2.811.658 (44,65%) dos votos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 7.750.583
 Votos Brancos: 502.785 (7,53%)
 Votos Nulos: 217.222 (3,55%)
 Abstenção: 1.073.755 (13,85%)
 Votos Válidos: 5.956.821 (89,22%)
 Número de Vagas: 31
 Candidatos à Reeleição: 27
 Reeleitos: 19
 Votação Total dos Eleitos: . 3.480.480
 Índice de Renovação: 38,70%
 Quociente Eleitoral: 192.155

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ADÃO PRETTO	PT	REELEITO	70.491	AGRICULTOR
AFONSO HAMM	PP	NOVO	65.297	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
BETO ALBUQUERQUE	PSB	REELEITO	174.774	ADVOGADO
BUSATO	PTB	NOVO	44.472	ARQUITETO
COVATTI	PP	NOVO	168.320	ADVOGADO
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	REELEITO	94.051	MÉDICO
ELISEU PADILHA	PMDB	REELEITO	140.494	ADVOGADO
ENNIO BACCI	PDT	REELEITO	61.524	ADVOGADO
GERMANO BONOW	PFL	NOVO	73.405	MÉDICO
HENRIQUE FONTANA	PT	REELEITO	90.549	MÉDICO E ADMINISTRADOR
IBSEN PINHEIRO	PMDB	NOVO	76.165	JORNALISTA
JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	NOVO	195.822	ADVOGADO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
JÚLIO REDECKER	PSDB	REELEITO	157.745	ADVOGADO
LUCIANA GENRO	PSOL	REELEITA	185.071	PROFESSORA
LUIS CARLOS HEINZE	PP	REELEITO	205.734	ENGENHEIRO E PRODUTOR RURAL
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	NOVA	271.939	JORNALISTA
MARCO MAIA	PT	REELEITO	70.983	INDUSTRIÁRIO E METALÚRGICO
MARIA DO ROSÁRIO	PT	REELEITA	110.081	PROFESSORA
MENDES RIBEIRO	PMDB	REELEITO	115.245	ADVOGADO
NELSON PROENÇA	PPS	REELEITO	53.689	ADMINISTRADOR
ONYX LORENZONI	PFL	REELEITO	112.764	VETERINÁRIO
OSMAR TERRA	PMDB	REELEITO	101.695	MÉDICO
PAULO PIMENTA	PT	REELEITO	104.430	JORNALISTA
PAULO ROBERTO	PTB	NOVO	84.123	PROFESSOR E INSTRUTOR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PEPE VARGAS	PT	NOVO	124.686	MÉDICO
POMPEO DE MATTOS	PDT	REELEITO	106.963	ADVOGADO
PROFESSOR RUY PAULETTI	PSDB	NOVO	57.064	PROFESSOR
RENATO MOLLING	PP	NOVO	69.959	EMPRESÁRIO
SÉRGIO MORAES	PTB	NOVO	86.229	COMERCIANTE
TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	REELEITO	106.659	SOCIÓLOGO
VIEIRA DA CUNHA	PDT	NOVO	100.057	PROCURADOR DE JUSTIÇA



Dois ex-senadores na bancada de deputados



Em Rondônia, 78 candidatos entraram na disputa das oito vagas a que Rondônia

tem direito na Câmara Federal. Na lista de candidaturas, sete dos atuais deputados federais buscavam a reeleição. Apenas o deputado Hamilton Casara (PSDB) trocou a opção de renovar o mandato parlamentar pela vaga de vice-governador na chapa de Amir Lando (PMDB).

A renovação na bancada de Rondônia foi de 50% com apenas quatro dos sete candidatos à reeleição tendo obtido êxito nas urnas: Anselmo (PT), Eduardo Valverde (PT), Marinha Raupp (PMDB) e Natan Donadon (PMDB). Não irão retornar para a Câmara na 53ª Legislatura o deputado Miguel de Souza (PL) e os parlamentares sanguessugas Agnaldo Muniz (PP) e Nilton Capixaba (PTB), atual 2º secretário da Mesa Diretora da Casa.

Assim como na eleição geral anterior, nenhum deputado de Rondônia conseguiu atingir o quociente eleitoral que foi de 91.031 votos. Quem chegou mais perto do quociente foi a deputada reeleita Marinha Raupp que, ao reunir a preferência de 65.420 eleitores, mais do que dobrou sua votação em relação ao pleito de 2002.

No rol de novos deputados, estreiam na Câmara o comerciante Lindomar Garçon (PV) e o médico Mauro Nazif (PSB), além do pecuarista e ex-senador Ernandes Amorim (PTB) e do advogado e ex-senador Moreira Mendes (PPS).

O PMDB e o PT são os partidos com mais representantes na bancada de Rondônia, dois cada. Outros quatro partidos têm representação na Câmara Federal porque elegeram um deputado cada: PTB, PSB, PPS e PV.

Senado Federal

O novo senador eleito pelo estado de Rondônia, Expedito Júnior, é o único representante

do PPS no Senado Federal. Eleito para um mandato que só terminará em 2015, ele terá como colegas de bancada os senadores Fátima Cleide (PT) e Valdir Raupp (PMDB) que ficarão na Casa até 2011. Fátima Cleide foi derrotada na disputa para o governo do estado e Raupp não foi candidato em 2006.

Governador

Os eleitores de Rondônia renovaram o voto de confiança dado ao governador Ivo Cassol (PPS) em 2002. Ele foi reeleito em 1º turno com 387.208 votos, o que corresponde a 54,14% dos votos válidos.

Eleição presidencial

No 1º turno, o eleitor de Rondônia deu vitória a Alckmin que reuniu a preferência de 344.096 eleitores (47,04%) contra 329.598 votos (45,06%) conquistados por Lula. No turno decisivo, Lula virou o jogou e chegou na frente com 397.327 votos (55,33%) e Alckmin caiu para 320.806 votos ou 44,67% dos votos válidos.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 988.631
 Votos Brancos: 34.347 (4,37%)
 Votos Nulos: 23.325 (2,97%)
 Abstenção: 202.715 (20,50%)
 Votos Válidos: 728.244 (92,66%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 7
 Reeleitos: 4
 Votação Total dos Eleitos: 292.960
 Índice de Renovação: 50,00%
 Quociente Eleitoral: 91.031

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ANSELMO	PT	REELEITO	29.401	AGRICULTOR
DR. MAURO NAZIF	PSB	NOVO	43.623	MÉDICO
EDUARDO VALVERDE	PT	REELEITO	34.631	SERVIDOR PÚBLICO
ERNANDES AMORIM	PTB	NOVO	26.573	PECUARISTA
LINDOMAR GARÇON	PV	NOVO	31.446	COMERCIANTE
MARINHA RAUPP	PMDB	REELEITA	65.420	PROFESSORA E SERVIDORA PÚBLICA
MOREIRA MENDES	PPS	NOVO	29.119	ADVOGADO
NATAN DONADON	PMDB	REELEITO	32.747	SERVIDOR PÚBLICO

Todos os atuais deputados disputaram a reeleição



Toda a atual bancada de Roraima disputou a reeleição junto com outros 76 candidatos que tentaram uma vaga na

Câmara Federal. Dos oito deputados, apenas três conseguiram

se reeleger: Francisco Rodrigues (PFL), Luciano Castro (PL) e Maria Helena (PSB). O índice de renovação no estado foi de 62,5%, exatamente o mesmo registrado em 2002.

Em 2007, não retornarão para a Câmara: o parlamentar sanguessuga Alceste Almeida (PTB)

e os deputados Almir Sá (PL), Dr. Rodolfo Pereira (PDT), Pastor Frankemergen (PTB) e Suely Campos (PP).

O quociente eleitoral em Roraima foi de 23.866 votos não atingidos pelos deputados eleitos. O novato e engenheiro Neudo Campos (PP) foi o

campeão de votos no estado ao conquistar o apoio de 16.211 eleitores.

Além de reeleger a deputada Maria Helena (PSB), o eleitorado de Rondônia contribuiu para o aumento da bancada feminina no Congresso elegendo a professora Ângela Portela (PTC). Os outros novatos são o estudante Édio Lopes (PMDB), o radialista Márcio Junqueira (PFL) e o médico Urzeni (PSDB).

Apenas o PFL tem mais de um representante na bancada de Roraima porque elegeu dois deputados. Outros seis partidos elegeram um parlamentar cada: PMDB, PSDB, PP, PL, PSB e PTC.

Senado Federal

O eleitor de Roraima como em todas as outras unidades federativas poderia ter renovado uma das vagas para o Senado Federal, mas preferiu reconduzir o atual senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) para o exercício de mandato até 2015.

Os senadores Augusto Botelho (PDT), que não foi candidato, e Romero Jucá (PMDB), candidato derrotado na disputa para o governo do estado, continuam na Casa até 2011.

Governador

O governador de Roraima Otomar de Sousa Pinto (PSDB) foi

reeleito em 1º turno. Ele teve a preferência de 116.542 eleitores, o que representa 62,4% dos votos válidos.

Eleição presidencial

O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, venceu os dois turnos da eleição presidencial em Roraima. No 1º turno, Alckmin teve 112.908 votos (59,73%) contra 49.433 votos (26,15%) de Lula. No turno decisivo, a diferença entre os candidatos diminuiu um pouco e o placar foi o seguinte: 106.890 votos (61,49%) para Alckmin e 66.932 votos (38,51%) para Lula.

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ÂNGELA PORTELA	PTC	NOVA	9.429	PROFESSORA
ÉDIO LOPES	PMDB	NOVO	8.153	ESTUDANTE
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	REELEITO	11.383	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
LUCIANO CASTRO	PL	REELEITO	12.286	ADMINISTRADOR
MÁRCIO JUNQUEIRA	PFL	NOVO	15.468	RADIALISTA
MARIA HELENA	PSB	REELEITA	8.460	ADVOGADA
NEUDO CAMPOS	PP	NOVO	16.211	ENGENHEIRO
URZENI	PSDB	NOVO	9.655	MÉDICO

FICHA ELEITORAL

Eleitores:233.596
 Votos Brancos:4.665 (2,34%)
 Votos Nulos:3.643 (1,83%)
 Abstenção:34.356 (14,71%)
 Votos Válidos:190.932 (95,83%)
 Número de Vagas:8
 Candidatos à Reeleição:8
 Reeleitos:3
 Votação Total dos Eleitos:91.045
 Índice de Renovação:62,50%
 Quociente Eleitoral:23.867

Bancada do estado na Câmara dos Deputados é renovada em 50%



Nesta eleição, a bancada do estado de Santa Catarina, formada por 16 deputados

federais sofreu, uma renovação de 50%.

Foram reeleitos para mais um mandato: Carlito Merss (PT), relator do Orçamento da União no ano de 2006 e um dos principais nomes do Partido dos Trabalhadores em matéria tributária; o contador Edinho Bez (PMDB); o líder do PPS na Casa, Fernando Coruja; o empresário Gervásio Silva (PFL); o professor e administrador João Matos (PMDB); o

engenheiro civil João Pizzolatti (PP); o servidor público Vignatti (PT); e o agricultor e cooperativista, Zonta (PP).

Os novos eleitos são: a servidora pública Ângela Amin (PP), ex-prefeita de Florianópolis e única representante feminina do estado; os empresários Celso Maldaner (PMDB), Mauro Mariani (PMDB), Nelson Goetten (PFL) e Paulo Bornhausen (PFL), filho do senador Jorge Bornhausen, presidente do partido; o advogado Décio Lima (PT); o administrador e engenheiro civil, Djalma Berger (PSDB); e o engenheiro agrônomo Valdir Colatto (PMDB).

Disputaram a eleição na in-

tenção de renovar o mandato parlamentar, mas foram reprovados nas urnas os deputados: Adelor Vieira (PMDB), acusado de envolvimento com a máfia das sanguessugas; Ivan Ranzolini (PFL); Jorge Boeira (PT); Leodegar Tiscoski (PP); Mauro Passos (PT), que integra a bancada sindicalista; Paulo Afonso (PMDB) e Paulo Bauer (PSDB).

A bancada dos pequenos produtores rurais também perdeu representante. Este núcleo não vai contar na 53ª Legislatura com a presença da deputada Luci Choinack (PT), que atua na defesa da agricultura familiar e dos assentados da reforma



agrária. A deputada disputou o Senado, mas não obteve o apoio da maioria dos catarinenses.

Quanto à bancada ruralista, que defende os interesses dos proprietários rurais e do agronegócio, no estado de Santa Catarina, foram reeleitos cinco deputados e o novato Valdir Colatto (PMDB), que vão somar esforços na defesa das reivindicações do setor. São eles: Edinho Bez (PMDB); Gervásio Silva (PFL), João Matos (PMDB); João Pizzolatti (PP) e Zonta (PP).

Nesta eleição, entre as curiosidades do estado, destaca-se a presença marcante de parentes na futura composição da bancada. Foram eleitos Ângela Amin, mulher do ex-senador e ex-governador de Santa Catarina, Espiridião Amin; Paulo Bornhausen (PFL), filho do ex-senador e presidente do PFL, Jorge Bornhausen; e Celso Maldaner (PMDB), irmão do ex-senador Cassildo Maldaner.

Senado Federal

No Senado Federal, o estado de Santa Catarina vai perder um de seus principais interlocutores. O senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, que desistiu da disputa. A vaga de senador vai ser ocupada pelo ex-deputado federal e pecuarista Raimundo

Colombo, também do PFL.

Raimundo Colombo disputou com a deputada Luci Choinack as intenções de voto dos catarinenses. Colombo obteve 1.734.794 votos (58,58%) contra apenas 834.785 votos (28,19%) de Choinack.

Mesmo estando apenas uma vaga do Senado em disputa, o estado de Santa Catarina contará com dois novos senadores em 2007. Isso porque Leonel Pavan (PSDB) foi eleito no 2º turno vice-governador na chapa encabeçada por Luiz Henrique (PMDB) e vai deixar o Parlamento. Em seu lugar vai assumir o 1º suplente, Neuto de Conto, que é do PMDB.

Governador

A disputa pelo governo do estado foi polarizada pelos candidatos Espiridião Amin (PP) e Luiz Henrique (PMDB). No estado, a definição do comando do Executivo se deu em 2º turno.

No 1º turno, Luiz Henrique alcançou 1.601.181 votos (48,90%), contra 1.073.053 votos (32,77%) conferidos a Espiridião Amin.

No turno decisivo, a disputa de votos entre os dois candidatos foi acirrada. Luiz Henrique aumentou para 1.685.184 votos (52,71%) e Espiridião Amin conquistou

1.511.916 votos (47,29%). A diferença de 173.268 votos conduziu o peemedebista ao comando do estado nos próximos quatro anos.

Eleição presidencial

O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, venceu os dois turnos no estado na disputa pelo Palácio do Planalto. No 1º turno o candidato da coligação PSDB-PFL obteve 1.889.277 votos (56,61%) contra 1.108.851 votos (33,22%) conquistados por Lula.

No último turno, apesar de Lula ter aumentado a quantidade de votos e o concorrente perdido apoio, o candidato tucano permaneceu na dianteira. Foram 1.776.776 votos (54,53%) dados ao tucano contra 1.481.344 votos (45,47%), para o candidato petista.

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	4.168.495
Votos Brancos:	227.534 (6,34%)
Votos Nulos:	140.893 (3,93%)
Abstenção:	580.322 (13,92%)
Votos Válidos:	3.219.746 (89,73%)
Número de Vagas:	16
Candidatos à Reeleição:	15
Reeleitos:	8
Votação Total dos Eleitos: .	1.700.061
Índice de Renovação:	50,00%
Quociente Eleitoral:	201.235

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ÂNGELA AMIN	PP	NOVA	174.511	SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
CARLITO MERSS	PT	REELEITO	83.769	ECONOMISTA E PROFESSOR
CELSO MALDANER	PMDB	NOVO	65.770	EMPRESÁRIO
DÉCIO LIMA	PT	NOVO	102.112	ADVOGADO
DJALMA BERGER	PSDB	NOVO	126.419	ADMINISTRADOR E ENGENHEIRO CIVIL
EDINHO BEZ	PMDB	REELEITO	121.571	CONTADOR
FERNANDO CORUJA	PPS	REELEITO	108.430	MÉDICO E ADVOGADO
GERVÁSIO SILVA	PFL	REELEITO	95.864	EMPRESÁRIO E CONTADOR
JOÃO MATOS	PMDB	REELEITO	111.291	PROFESSOR E ADMINISTRADOR
JOÃO PIZZOLATTI	PP	REELEITO	89.373	ENGENHEIRO CIVIL
MAURO MARIANI	PMDB	NOVO	171.139	EMPRESÁRIO
NELSON GOETTEN	PFL	NOVO	79.667	EMPRESÁRIO
PAULO BORNHAUSEN	PFL	NOVO	98.863	ADVOGADO E EMPRESÁRIO
VALDIR COLATTO	PMDB	NOVO	67.788	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
VIGNATTI	PT	REELEITO	114.681	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ZONTA	PP	REELEITO	88.813	AGRICULTOR COOPERATIVISTA

Eleição de 2006 impôs maior renovação que a de 2002; bancada tem apenas três mulheres



No estado mais populoso do Brasil, com 28.037.734 eleitores,

952 candidatos disputaram as 70 vagas de deputado federal que cabem a São Paulo. Eram 13,6 candidatos por vaga. Da atual bancada, 64 deputados tentaram renovar o mandato e apenas 29 tiveram êxito. A renovação foi de 58,57%, maior que a de 2002, cujo índice foi de 41,40%.

Outro aspecto interessante é o fato de que, no estado com maior representação na Câmara, só três mulheres tenham sido eleitas - Janete Pietá (PT), Aline Correa (PP) e Luiza Erundina (PSB).

Dos 70 deputados eleitos e reeleitos, apenas cinco conseguiram alcançar e superar a cláusula de barreira (296.519 votos) - Paulo Maluf (PP), Celso Russomano (PP), Clodovil Hernandes (PTC), Eneas Carneiro (Prona) e Emanuel Fernandes (PSDB).

Da atual legislatura da Câmara, foram reeleitos 29 deputados: Aldo Rebelo (PCdoB), 169.621 (0,83%); Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB), 205.462 (1,01%); Antônio Carlos Pannunzio (PSDB), 109.150 (0,54%); Arlindo Chinaglia (PT), 170.008 (0,84%); Arnaldo Faria de Sá (PTB), 114.709 (0,56%); Arnaldo Madeira (PSDB), 153.302 votos (0,75%); Carlos Sampaio (PSDB), 239.791 (1,01%); Celso Russomano (PP), 573.524 (2,82%); Devanir Ribeiro (PT), 92.047 (0,45%); Dimas Ramalho (PPS), 117.108 (0,56%); Dr. Pinotti (PFL), 193.918 (0,95%); Edinho Montemor (PSB), 73.212 (0,36%); Eneas (Prona), 386.905 (1,90%); João Paulo Cunha (PT), 177.056 (0,87%); José Eduardo Cardozo (PT), 124.409 (0,61%); José Mentor (PT), 104.960 (0,52%); Julio Semeghini (PSDB), 160.962

(0,79%); Lobbe Neto (PSDB), 117.285 (0,58%); Luiza Erundina (PSB), 195.886 (0,96%); Marcelo Ortiz (PV), 48.749 (0,24%); Ivan Valente (PSOL), 83.719 (0,41%); Michel Temer (PMDB), 99.046 (0,49%); Milton Monti (PL), 126.940 (0,62%); Nelson Marquezelli (PTB), 118.721 (0,58%); Ricardo Berzoini (PT), 112.006 (0,55%); Ricardo Izar (PTB), 152.795 (0,75%); Vicentinho (PT), 97.477 (0,48%); Vadão Gomes (PP), 78.728 (0,39%), e Walter Feldman (PSDB); 176.495 (0,87%).

O deputado Alberto Goldman (PSDB) não retorna à Câmara porque foi candidato a vice na chapa vitoriosa de José Serra (PSDB) ao governo de São Paulo. Dentre os parlamentares mais influentes do Congresso que não tiveram êxito no intento da reeleição destaca-se Delfim Netto, cuja derrota eleitoral pode ser atribuída, fundamentalmente, à troca de partido. Ele migrou do PP para o PMDB. A deputada Zulaê Cobra (PSDB), outra importante parlamentar da bancada paulista, não retorna à Câmara, pois foi suplente do candidato derrotado ao Senado, Guilherme Afif Domingos. Outro que não conseguiu renovar o mandato foi Professor Luizinho (PT), cujo o nome foi envolvido no escândalo do mensalão.

Ângela Guadagnin (PT) também não conseguiu ser reeleita. Ela foi duramente exposta pela mídia no episódio conhecido como a “dança da pizza”. A bancada sindical retorna desfalcada dos deputados Cláudio Magrão (PPS) e Medeiros (PL), que não se reelegeram. João Herrmann Neto (PDT), Luciano Zica (PT) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT) desta vez não passaram pelo crivo dos eleitores; Luiz Carlos Santos (PFL) e Xico Graziano (PSDB) não disputaram nenhum cargo eletivo.

Quem imaginava Paulo Maluf (PP) fora da política e da disputa eleitoral teve uma surpresa. Ele foi o campeão de votos no estado com 739.827 (3,63%) dos votos válidos. Maluf é um veterano na política. Com exceção da Presidência da República e do mandato de senador, já exerceu todos os demais cargos eletivos - vereador, deputado estadual e federal, prefeito e governador, sempre por São Paulo. Ele é empresário.

Não foram reeleitos ou não se candidataram: Amauri Gasques (PL), Edna Macedo (PTB), Ildeu Araújo (PP), João Batista (PP), Marcos Abramo (PP), Neuton Lima (PTB), Professor Irapuan Teixeira (PP), Salvador Zimbaldi (PSB), Vanderlei Assis (PP) e Wanderval Santos (PL), acusados de envolvimento na máfia das ambulâncias.

Outros que não renovaram o mandato federal foram Ary kara (PTB), Chico Sardelli (PV) - eleito deputado estadual, Corauci Sobrinho (PFL) - derrotado na eleição para deputado estadual, Durval Orlato (PT), Elimar Máximo Damasceno (Prona), Fernando Estima (PPS), Fleury (PTB), Gilberto Nascimento (PMDB), Iara Bernardi (PT), Jamil Murad (PCdoB), Jefferson Campos (PTB), Mariângela Duarte (PT), Orlando Fantazzini (PSOL), Paulo Lima (PMDB), Roberto Gouveia (PT), Robson Tuma (PFL), Salvador Zimbaldi (PSB), Telma de Souza (PT), Vanderlei Assis (PP), Vicente Cascione (PTB) e Walter Barelli (PSDB).

O empresário Clodovil Hernandes é outro campeão de votos e também uma surpresa, pois nunca concorreu a cargo eletivo. Com 493.951 votos (2,43%), foi o terceiro mais votado no pleito paulista.

Dentre os novos há alguns com larga experiência política, partidária e administrativa. Com



destaque para José Genoíno Neto (PT), professor, ex-deputado Constituinte, ex-presidente nacional do PT, que exerceu quatro mandatos federais. O médico Antonio Palocci (PT), 152.246 (0,75%), é outro que promete uma atuação de primeira grandeza, pela experiência de ex-prefeito e ex-ministro da Fazenda. Estréia na Câmara o economista Paulo Renato Souza (PSDB), 124.610 (0,61%). Ele foi ministro da Educação nos dois mandatos de FHC. O empresário José Aníbal (PSDB), 129.300 (0,62%), pela experiência, também promete uma atuação parlamentar de relevo. Depois de renunciar ao mandato para não perder os direitos políticos em função de supostamente ter participado do chamado mensalão, o empresário Valdemar Costa Neto (PL), 104.157 (0,51%), retorna à Câmara.

Outros novatos: Aline Correa (PP), 11.132 (0,05%), empresária; Dr. Nechar (PV), 42.173 (0,21%), médico; Toffano (PV), 43.652 (0,21%), empresário; Regis de Oliveira (PSC), 48.631 (0,24%), advogado; Roberto Santiago (PV), 56.481 (0,28%), gerente; Dr. Talmir (PV), 60.407 (0,30%), médico; Dado (PDT), 61.716 (0,30%), servidor público estadual; Beto Mansur (PP), 67.447 (0,33%), engenheiro; Dr. Ubiali (PSB), 84.175 (0,41%), médico; Walter Ihoshi (PFL), 101.097 (0,50%), administrador; Guilherme Campos (PFL), 103.605 (0,51%), empresário; Francisco Rossi de Almeida (PMDB), 106.272 (0,52%), empresário; Antonio Bulhões (PMDB), 109.978 (0,54%), administrador; Fernando Fuad Chucre (PSDB), 111.048

(0,55%), arquiteto; Paulo Teixeira (PT), 112.452 (0,55%), advogado; William Woo (PSDB), 113.010 (0,56%), engenheiro; Janete Pietá (PT), 116.865 (0,57%), historiadora; Cândido Vaccarezza (PT), 118.258 (0,58%), médico; Silvio Torres (PSDB), 131.197 (0,64%), empresário; Silvinho Peccioli (PFL), 133.033 (0,65%), advogado; Carlos Zarattini (PT), 134.224 (0,66%), economista; Vanderlei Macris (PSDB), 142.510 (0,70%), advogado; Frank Aguiar (PTB), 144.797 (0,71%), cantor; Jilmar Tatto (PT), 145.081 (0,71%), empresário; Ricardo Tripoli (PSDB), 157.128 (0,77%), advogado; Jorge Tadeu (PFL), 165.699 (0,81%), engenheiro; Duarte Nogueira (PSDB), 170.319 (0,84%), engenheiro; Reinaldo Nogueira (PDT), 184.553 (0,91%), empresário; Arnaldo Jardim (PPS), 187.427 (0,92%), engenheiro civil; Renato Amary (PSDB), 188.331 (0,93%), advogado; Márcio França (PSB), 215.388 (1,06%), advogado; Edson Aparecido (PSDB), 248.639 (1,22%), historiador; Paulinho da Força (PDT), 287.443 (1,41%), metalúrgico; Emanuel Fernandes (PSDB), 328.486 (1,61%), servidor público federal.

As bancadas partidárias estão assim divididas: PSDB (18), PT (14), PP (5), PFL (5), PV (5), PTB (4), PSB (4), PMDB (3), PDT (3), PL e PPS (2) cada, PTC, PCdoB, PSC, PSOL e Prona (1) cada.

Os votos brancos desta eleição foram proporcionalmente menores que os da eleição de 2002: 1.667.056 (7,01%); os nulos 1.348.411 (5,67%) também diminuíram. As abstenções diminuíram proporcionalmente. Em 2002, 4.087.351 (15,93%) se abstiveram; nesta foram 4.265.841 (15,21%).

Senado Federal

O senador Eduardo Suplicy (PT) renovou por mais oito anos o mandato senatorial numa eleição difícil. Com 8.986.803 votos (47,82%) Suplicy bateu Afif Domingos (PFL), que obteve nas urnas 8.212.177 votos (43,70%).

Governador

Com quase o dobro de votos do adversário, o ex-prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), se elegeu governador no 1º turno da disputa. Ele obteve 12.381.038 (57,93%) dos votos válidos e o senador Aloizio Mercadante (PT) ficou com 6.771.582 (31,68%) dos votos.

Eleição presidencial

O ex-governador ganhou nos dois turnos a eleição presidencial em São Paulo. Entretanto, Lula, no 2º turno, diminuiu sensivelmente a diferença em relação ao 1º turno. Na eleição de 1º de outubro, Alckmin teve 11.927.802 (54,20%) dos votos válidos e Lula ficou com 8.091.867 votos (36,77%). No 2º turno, Alckmin saiu das urnas com 11.696.938 (52,26%) dos votos válidos e Lula com 10.684.776 votos (47,74%).

FICHA ELEITORAL

Eleitores:	28.037.734
Votos Brancos:	1.667.056 (7,01%)
Votos Nulos:	1.348.411 (5,67%)
Abstenção:	4.265.841 (15,21%)
Votos Válidos:	20.756.426 (87,31%)
Número de Vagas:	70
Candidatos à Reeleição:	64
Reeleitos:	29
Votação Total dos Eleitos:	10.857.743
Índice de Renovação:	58,57%
Quociente Eleitoral:	296.519

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALDO REBELO	PCdoB	REELEITO	169.621	JORNALISTA
ALINE CORRÊA	PP	NOVA	11.132	EMPRESÁRIA
ANTÔNIO BULHÕES	PMDB	NOVO	109.978	ADMINISTRADOR
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	REELEITO	205.462	ENGENHEIRO E PROFESSOR
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	REELEITO	109.150	ENGENHEIRO E PROFESSOR
ANTONIO PALOCCI	PT	NOVO	152.246	MÉDICO SANITARISTA
ARLINDO CHINAGLIA	PT	REELEITO	170.008	MÉDICO
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	REELEITO	114.709	CONTABILISTA E ADVOGADO
ARNALDO JARDIM	PPS	NOVO	187.427	ENGENHEIRO CIVIL
ARNALDO MADEIRA	PSDB	REELEITO	153.302	SOCIÓLOGO, PROF. UNIVERSITÁRIO E ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
BETO MANSUR	PP	NOVO	67.447	ENGENHEIRO

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
CÂNDIDO VACCAREZZA	PT	NOVO	118.258	MÉDICO
CARLOS SAMPAIO	PSDB	REELEITO	239.791	PROMOTOR DE JUSTIÇA
CARLOS ZARATINI	PT	NOVO	134.224	ECONOMISTA
CELSO RUSSOMANNO	PP	REELEITO	573.524	REPÓRTER E ADVOGADO
CLODOVIL HERNANDES	PTC	NOVO	493.951	ESTILISTA, APRESENTADOR DE TV E EMPRESÁRIO
DADO	PDT	NOVO	61.716	ENGENHEIRO CIVIL, CONTABILISTA E SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
DEVANIR RIBEIRO	PT	REELEITO	92.047	METALÚRGICO
DIMAS RAMALHO	PPS	REELEITO	117.108	PROMOTOR DE JUSTIÇA E PROMOTOR UNIVERSITÁRIO
DR. NECHAR	PV	NOVO	42.173	MÉDICO
DR. PINOTTI	PFL	REELEITO	193.918	MÉDICO
DR. TALMIR	PV	NOVO	60.407	MÉDICO
DR. UBIALI	PSB	NOVO	84.175	MÉDICO
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	NOVO	170.319	ENGENHEIRO
EDINHO MONTEMOR	PSB	REELEITO	73.212	ADVOGADO
EDSON APARECIDO	PSDB	NOVO	248.639	HISTORIADOR
EMANUEL FERNANDES	PSDB	NOVO	328.486	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
ENÉAS	PRONA	REELEITO	386.905	MÉDICO
FERNANDO FUAD CHUCRE	PSDB	NOVO	111.048	ARQUITETO
FRANCISCO ROSSI	PMDB	NOVO	106.272	EMPRESÁRIO
FRANK AGUIAR	PTB	NOVO	144.797	CANTOR
GUILHERME CAMPOS	PFL	NOVO	103.605	EMPRESÁRIO
IVAN VALENTE	PSOL	REELEITO	83.719	PROFESSOR
JANETE PIETÁ	PT	NOVA	116.865	HISTORIADORA
JILMAR TATTO	PT	NOVO	145.081	EMPRESÁRIO
JOÃO PAULO CUNHA	PT	REELEITO	177.056	METALÚRGICO
JORGE TADEU	PFL	NOVO	165.699	ENGENHEIRO
JOSÉ ANÍBAL	PSDB	NOVO	129.300	ECONOMISTA, PROFESSOR E EMPRESÁRIO
JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	REELEITO	124.409	ADVOGADO
JOSÉ GENOINO	PT	NOVO	98.729	PROFESSOR
JOSÉ MENTOR	PT	REELEITO	104.960	ADVOGADO
JULIO SEMEGHINI	PSDB	REELEITO	160.962	ENGENHEIRO ELETRÔNICO
LOBBE NETO	PSDB	REELEITO	117.285	BIOMÉDICO
LUIZA ERUNDINA	PSB	REELEITO	195.886	ASSISTENTE SOCIAL
MARCELO ORTIZ	PV	REELEITO	48.749	PROCURADOR DE ESTADO
MÁRCIO FRANÇA	PSB	NOVO	215.388	ADVOGADO
MICHEL TEMER	PMDB	REELEITO	99.046	ADVOGADO E PROFESSOR
MILTON MONTI	PL	REELEITO	126.940	ECONOMISTA
NELSON MARQUEZELLI	PTB	REELEITO	118.721	EMPRESÁRIO
PAULINHO DA FORÇA	PDT	NOVO	287.443	TRABALHADOR METALÚRGICO E SIDERÚRGICO
PAULO MALUF	PP	NOVO	739.827	EMPRESÁRIO E ENGENHEIRO CIVIL
PAULO RENATO	PSDB	NOVO	124.610	ECONOMISTA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
PAULO TEIXEIRA	PT	NOVO	112.452	ADVOGADO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
REGIS DE OLIVEIRA	PSC	NOVO	48.631	ADVOGADO
REINALDO NOGUEIRA	PDT	NOVO	184.553	EMPRESÁRIO, ADVOGADO E ADMINISTRADOR
RENATO AMARY	PSDB	NOVO	188.331	ADVOGADO
RICARDO BERZOINI	PT	REELEITO	112.006	BANCÁRIO
RICARDO IZAR	PTB	REELEITO	152.795	ADVOGADO
RICARDO TRIPOLI	PSDB	NOVO	157.128	ADVOGADO
ROBERTO SANTIAGO	PV	NOVO	56.481	GERENTE
SILVINHO PECCIOLI	PFL	NOVO	133.033	ADVOGADO
SILVIO TORRES	PSDB	NOVO	131.197	JORNALISTA E EMPRESÁRIO
TOFFANO	PV	NOVO	43.652	EMPRESÁRIO
VADÃO GOMES	PP	REELEITO	78.728	EMPRESÁRIO
VALDEMAR COSTA NETO	PL	NOVO	104.157	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E EMPRESÁRIO
VANDERLEY MACRIS	PSDB	NOVO	142.510	ADVOGADO
VICENTINHO	PT	REELEITO	97.477	METALÚRGICO
WALTER FELDMAN	PSDB	REELEITO	176.495	MÉDICO
WALTER IHOSHI	PFL	NOVO	101.097	ADMINISTRADOR
WILLIAN WOO	PSDB	NOVO	113.010	POLICIAL E ENGENHEIRO

Renovação diminuiu em relação a eleição de 2002



Dos oito membros da bancada, seis tentaram a reeleição, um disputou o governo estadual e o outro não foi candidato. Dos seis que tentaram renovar o mandato, apenas três tiveram êxito. A renovação foi de 62,50%, menor

que em 2002, quando a bancada foi alterada em 75%, maior índice dos últimos 16 anos.

Da atual bancada da Câmara, foram reeleitos Jackson Barreto (PTB), 100.366 (9,96%); Jose Carlos Machado (PFL), 68.334 (6,78%); e Mendonça Prado (PFL), 56.192 (5,57%). Não retornam à Câmara o deputado João Fontes

(PDT), pois disputou e perdeu o governo do estado; Bosco Costa (PSDB), porque não disputou cargo eletivo. Os deputados Cleonânicio da Fonseca (PP), Heleno Silva (PL) e Jorge Alberto (PMDB) também não se reelegeram.

Os novos eleitos são Eduardo Amorim (PSC), 115.466 (11,46%), empresário, campeão de votos no



estado; Albano Franco (PSDB), 97.019 (9,63%), industrial; Antônio Carlos Valadares Filho (PSB), 85.450 (8,48%), administrador e filho do senador Antônio Carlos Valares (PSB); Jerônimo Reis (PFL), 54.000 (5,36%), empresário; e Professor Iran Barbosa (PT), 41.850 (4,15%).

Nenhum dos eleitos atingiu o quociente eleitoral de 125.992 votos. Ou seja, as coligações partidárias foram fundamentais para garantir o mandato dos novos deputados. O PFL é a maior bancada com três deputados, seguidos pelo PSDB, PSB, PSC, PTB e PT cada qual com um deputado.

Houve 58.557 (5,27%) votos em branco, 45.070 (4,05%) nulos;

188.227 (14,48%) eleitores se abstiveram de votar. Os deputados eleitos, juntos, tiveram 1.007.931 (90,68%) votos válidos para um eleitorado de 1.299.785.

Senado Federal

Com 468.546 (50,08%) dos votos válidos foi reeleita para mais oito anos de mandato a senadora Maria do Carmo Alves (PFL). O 1º suplente é Viginio José de Carvalho Neto e o 2º é Emanuel Messias Oliveira Cacho.

Governador

O ex-prefeito de Aracaju Marcelo Déda (PT) derrotou em 1º turno João Alves (PFL). A vitória de Déda deve-se a dois fatos: sua competente gestão à

frente de Prefeitura de Aracaju e a “onda Lula” que ganhou o Nordeste nesta eleição. Déda teve 524.826 (52,46%) dos votos válidos, contra 450.405 (45,02%) de João Alves. O vice é Belivaldo Chagas Silva (PSB).

Eleição presidencial

Lula venceu os dois turnos a eleição em Sergipe. No 1º turno, a eleição foi mais equilibrada, com uma vitória de 476.399 (47,33%), contra 446.454 (44,36%) do adversário. No 2º turno, a eleição foi mais tranquila; Lula venceu com 611.337 (60,16%) votos Geraldo Alckmin, que teve 404.897 (39,84%). Os votos do candidato-presidente aumentaram e os de Alckmin diminuíram.

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 1.299.785
 Votos Brancos: 58.557 (5,27%)
 Votos Nulos: 45.070 (4,05%)
 Abstenção: 188.227 (14,48%)
 Votos Válidos: 1.007.931 (90,68%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 3
 Votação Total dos Eleitos: 618.677
 Índice de Renovação: 62,50%
 Quociente Eleitoral: 125.992

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ALBANO FRANCO	PSDB	NOVO	97.019	ADVOGADO E INDUSTRIAL
ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO	PSB	NOVO	85.450	ADMINISTRADOR
EDUARDO AMORIM	PSC	NOVO	115.466	MÉDICO E EMPRESÁRIO
JACKSON BARRETO	PTB	REELEITO	100.366	ADVOGADO
JERÔNIMO REIS	PFL	NOVO	54.000	EMPRESÁRIO
JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	REELEITO	68.334	ENGENHEIRO
MENDONÇA PRADO	PFL	REELEITO	56.192	ADVOGADO
PROF. IRAN BARBOSA	PT	NOVO	41.850	PROFESSOR

Apenas dois deputados renovaram o mandato parlamentar



No estado de Tocantins, os eleitores são representados por oito deputados federais. Apesar de cinco deles terem disputado a reeleição, apenas dois foram reeleitos para mais quatro anos de representação parlamentar. Foram reeleitos o servidor público Eduardo Gomes (PSDB) e o empresário Osvaldo Reis (PMDB).

Os novos parlamentares que vão assumir o mandato em 2007 são: os pecuaristas do PFL, João Oliveira e Laurez Moreira; os

agropecuáristas Lázaro Botelho (PP) e Vicente Alves (PSDB); o empresário rural Moisés Avelino (PMDB); e a professora Nilmar Ruiz (PFL).

Majoritariamente, o estado de Tocantins é formado por parlamentares que participam ativamente da bancada ruralista e defendem os interesses dos proprietários rurais e do agronegócio no Congresso. Seis dos oito deputados do estado atuam para o setor no Parlamento. No Senado, o apoio é ainda mais consistente. Todos os três representantes do estado defendem e atuam em prol dos ruralistas.

Foram barrados nas urnas os deputados Maurício Rabelo (PL) e Pastor Amarildo (PSC), acusados pela CPMI dos Sanguessugas de envolvimento no desvio de recursos públicos destinados à compra de ambulâncias.

Também estarão fora da Câmara na 53ª Legislatura que se inicia em fevereiro de 2007 os deputados Darci Coelho (PP), atualmente no exercício do 4º mandato parlamentar; a deputada Ana Alencar (PSDB), que não concorreu a cargo eletivo; a deputada Kátia Abreu (PFL), eleita para o Senado Federal; e o deputado Homero Barreto, que



concorreu como 2º suplente de senador na chapa encabeçada por Eduardo Siqueira Campos (PSDB).

Senado Federal

A atual deputada federal Kátia Abreu (PFL) foi eleita para o Senado com 325.051 votos (51,08%). A futura senadora desbancou nas urnas o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB), que tentou renovar o mandato por mais oito anos. Eduardo conquistou nas urnas o voto de 280.999 tocantinenses (44,16%).

Governador

O Tocantins reconduziu o atual governador, Marcelo Miranda (PMDB), para o comando do Poder Executivo local. Foram 340.824 votos (51,49%) no 1º turno, o que lhe garantiu mais quatro anos à frente do comando do estado.

Também disputaram o governo: José Wilson Siqueira Campos (PSDB) e o senador Leomar Quintanilha (PCdoB), que permanece no Senado até 2011. José Wilson Siqueira Campos, que é pai do atual senador Eduardo Siqueira Campos, obteve 310.068 votos

(46,84%). Leomar Quintanilha foi o terceiro mais votado, com apenas 9.206 votos (1,39%).

Eleição presidencial

Lula ganhou os dois turnos no estado. Sendo que no 2º, ampliou sobremaneira a diferença. No 1º turno Lula teve 392.151 (58,62%) dos votos válidos e Alckmin, 240.544 (37,31%). No 2º turno, foram 447.849 (70,27%) de votos, contra 189.491 (29,73) de Alckmin. Uma diferença de 258.358 votos, maior que os votos alcançados pelo candidato tucano no 1º turno.

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
EDUARDO GOMES	PSDB	REELEITO	33.664	SERVIDOR PÚBLICO
JOÃO OLIVEIRA	PFL	NOVO	32.704	PECUARISTA
LAUREZ MOREIRA	PFL	NOVO	28.626	PECUARISTA
LÁZARO BOTELHO	PP	NOVO	36.540	AGROPECUARISTA
MOISÉS AVELINO	PMDB	NOVO	43.150	EMPRESÁRIO RURAL E MÉDICO
NILMAR RUIZ	PFL	NOVA	32.056	PROFESSORA
OSVALDO REIS	PMDB	REELEITO	40.752	EMPRESÁRIO RURAL
VICENTE ALVES	PSDB	NOVO	32.793	AGROPECUARISTA

FICHA ELEITORAL

Eleitores: 882.728
 Votos Brancos: 16.727 (2,32%)
 Votos Nulos: 15.387 (2,13%)
 Abstenção: 160.647 (18,20%)
 Votos Válidos: 689.967 (95,55%)
 Número de Vagas: 8
 Candidatos à Reeleição: 6
 Reeleitos: 2
 Votação Total dos Eleitos: 280.285
 Índice de Renovação: 75,00%
 Quociente Eleitoral: 86.246



Senado renova um terço de suas vagas

O Senado Federal, composto de 81 senadores, renova parte de suas vagas de quatro em quatro anos, sendo um terço numa eleição e dois terços na seguinte. Da atual composição, 27 senadores têm mandato até fevereiro de 2007 e 54 continuam em seus mandatos até fevereiro de 2011. Neste pleito, que renova um terço dos senadores, exatamente aqueles cujos mandatos terminam em 2007, somente sete conseguiram se reeleger, o que representa uma renovação de 75,07% em relação às vagas em disputa e de 24,69% em relação à composição total do Senado Federal.

Dos 27 senadores (1/3 do Senado) cujos mandatos se encerram em fevereiro de 2007, treze (48,15% das vagas em disputa) tentaram a reeleição, quatro desistiram de concorrer, três disputaram os governos de seus estados, dois concorreram à assembleia legislativa, um tentou ser vice-governador, uma disputou a Presidência da República e um concorreu a vice-presidente da República.

Entre os treze que tentaram renovar seus mandatos, sete foram reeleitos: Álvaro Dias (PSDB/PR), Eduardo Suplicy (PT/SP), José Sarney (PMDB/AP), Maria do Carmo Alves (PFL/SE), Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), Pedro Simon (PMDB/RS) e Tião Viana (PT/AC). Os outros seis foram derrotados: Eduardo Siqueira Campos (PSDB/TO), Fernando Bezerra (PTB/RN), Gilberto Mestrinho (PMDB/AM), Luiz Otávio (PMDB/PA), Ney Suassuna (PMDB/PB) e Rodolpho Tourinho (PFL/BA).

Além dos seis derrotados, estarão fora da próxima legislatura os quatro senadores que desistiram de concorrer ao pleito: Jorge Bornhausen (PFL/SC), Roberto Saturnino (PT/RJ), Valmir

Amaral (PTB/DF) e João Batista Motta (PSDB/ES); os três que disputaram e perderam os governos estaduais: Amir Lando (PMDB/RO), Antero Paes de Barros (PSDB/MT) e Maguito Vilela (PMDB/GO); os dois que tentaram e perderam a eleição para deputado estadual: Luiz Pontes (PSDB/CE) e Juvêncio da Fonseca (PDT/MS); os dois que ganharam a eleição para deputado federal: Aelton Freitas (PL/MG) e Alberto Silva (PMDB/PI); uma que tentou e perdeu a disputa para presidente da República, Heloísa Helena (PSOL/AL); um que concorreu a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin, José Jorge (PFL/PE), também derrotado, e, finalmente, o senador João Alberto (PMDB/MA) candidato derrotado a vice-governador na chapa de Roseana Sarney.

Dos 54 senadores com mandato até 2011, pelo menos 23 disputaram cargos para o Poder Executivo, mas apenas cinco foram eleitos e serão substituídos pelos suplentes na próxima legislatura. São eles: Teotônio Vilela (PSDS), eleito governador de Alagoas no 1º turno; Paulo Octávio (PFL), eleito vice-governador do Distrito Federal em 1º turno, na chapa liderada pelo deputado José Roberto Arruda; Ana Júlia Carepa (PT), eleita governadora do Pará em 2º turno; Sérgio Cabral (PMDB), eleito governador do Rio de Janeiro em 2º turno; e Leonel Pavan (PSDB), eleito vice-governador de Santa Catarina na chapa liderada pelo governador Luiz Henrique, em 2º turno.

A renovação do Senado, considerando os 20 senadores eleitos em outubro de 2006 e os cinco suplentes que assumirão em substituição aos titulares que foram eleitos para o Executivo, foi bastante significativa, chegando ao percentual de 30,86% da Casa.

Correlação de forças na nova configuração partidária do Senado

O Senado que emergiu das urnas trouxe um desenho partidário diferente, com o fortalecimento da oposição. O PMDB perdeu a condição de maior bancada para o PFL; o PT e o PSDB perderam duas cadeiras cada; o PSB, PCdoB e PDT aumentaram uma cadeira cada; o PP, PPS e PRTB ganharam representante no Senado. O PTB, PL e PSol mantiveram a

mesma representação, enquanto o PRB perdeu uma de suas duas vagas.

Aparentemente, examinando a evolução das bancadas na tabela a seguir, as alterações parecem desprezíveis. Entretanto, quando se analisa a composição individual de cada partido e o fato de o

PFL ter conquistado a condição de maior bancada, percebe-se que houve uma mudança significativa em termos de correlação de forças no Senado.

Considerando apenas o resultado da eleição, sem cogitar migrações que inevitavelmente acontecerão até a posse dos novos senadores, o PFL passou a ser a maior bancada da Casa. Se prevalecer a tradição, segundo a qual o maior partido indica o presidente, o Senado poderá ser presidido por um senador de oposição, agravando ainda mais a situação do Governo Lula na Casa, onde, antes mesmo da eleição, já vinha tendo dificuldade para aprovar suas matérias.

O PMDB, o maior partido da base de sustentação do Governo, além de ter perdido três cadeiras na eleição, traz em sua nova composição pelo menos quatro senadores que dificilmente apoiarão o presidente Lula: Joaquim Roriz (DF), Jarbas Vasconcelos (PE), Pedro Simon (RS) e Almeida Lima (SE). O partido, entretanto, poderá ganhar novas adesões a ponto de retomar a condição de maior bancada da Casa.

Entretanto, a cláusula de barreira, que exigirá um rearranjo partidário, inclusive no Senado, poderá favorecer o Governo, já que os senadores de pequenos partidos migrarão para as grandes agremiações ou haverá fusão ou incorporação de partido para efeito de funcionamento parlamentar.

Se o Governo perdeu em quantidade, ganhou em qualidade. Não contará com aliados importantes como Fernando Bezerra (PTB/RN) e Ney Suassuna (PMDB/PB), que perderam o mandato, e Ana Júlia

Carepa (PT/PA), que se elegeu governadora, mas ganhou nomes do peso e da experiência política de Inácio Arruda (PCdoB/CE), Renato Casagrande (PSB/ES) e Francisco Dornelles (PP/RJ).

A oposição, no balanço qualitativo, perde nos dois principais partidos: PFL e PSDB. O PFL, apesar da eleição de senadores da estatura de Eliseu Resende (MG), não contará mais com nomes do peso de Jorge Bornhausen (SC), José Jorge (PE) e Rodolpho Tourinho (BA). O PSDB, mesmo ganhando o senador Marconi Perillo (GO), perdeu Antero Paes de Barros (MT), uma das vozes mais ativas da oposição.

Composição partidária do Senado Federal a partir de fevereiro de 2007

Partido	Bancada atual	Mandato até 2011	Bancada eleita em 2006	Bancada prevista 2007
PFL	16	12	6	18
PMDB	20	13	4	17
PSDB	16	9	5	14
PT	12	8	2	10
PDT	4	4	1	5
PTB	4	1	3	4
PSB	2	2	1	3
PL	3	2	1	3
PCdoB	1	1	1	2
PPS	-	-	1	1
PP	-	-	1	1
PRTB	-	-	1	1
PRB	2	1	-	1
PSOL	1	1	-	1
PSD	-	-	-	-
Total	81	54	27	81

Perfil socioeconômico do novo Senado

O novo Senado Federal, com uma renovação de 30,86% (considerando os novos e suplentes que assumirão em face da eleição para governos estaduais de senadores com mandato até 2011), será mais conservador que o atual. Em sua nova configuração, a Casa contará com pelo menos um terço de ex-governadores, sendo o estado da Bahia o único em que toda a bancada é constituída de ex-governadores.

Como é natural, o Senado, cuja idade mínima para disputar uma eleição não pode ser inferior a 35 anos, é mais experiente do que a Câmara dos Deputados, sob vários aspectos. Em primeiro lugar, possui mais parlamentares de nível superior, chegando a 85% de sua composição. Em segundo, porque é constituído de pessoas mais idosas e com mais

experiência. Em terceiro, porque seus integrantes possuem mais recursos e bens materiais. Em quarto porque a maioria de seus integrantes vive de renda, seja como empresário, 30% de sua composição, seja como profissionais liberais, 40%. E, em quinto, porque é mais conservador do ponto de vista político e mais liberal do ponto de vista econômico.

As duas tabelas a seguir trazem a distribuição dos senadores por profissão, tanto nos partidos, quanto nos estados e regiões, permitindo uma visão precisa da composição socioeconômica da Casa. Uma curiosidade é o pequeno número de assalariados, constituído basicamente de sete professores, três servidores públicos, um metalúrgico e um agricultor.



Nova composição do Senado Federal

ACRE			
Nome	Partido	Situação	Profissão
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO
SIBÁ MACHADO ⁽¹⁾	PT	ATUAL – ATÉ 2011	AGRICULTOR
TIÃO VIANA	PT	REELEITO – ATÉ 2015	MÉDICO
ALAGOAS			
Nome	Partido	Situação	Profissão
FERNANDO COLLOR DE MELLO	PRTB	NOVO – ATÉ 2015	EMPRESÁRIO/JORNALISTA/ECONOMISTA
JOÃO TENÓRIO ⁽²⁾	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO
RENAN CALHEIROS	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO
AMAZONAS			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ALFREDO NASCIMENTO	PL	NOVO – ATÉ 2015	SERVIDOR PÚBLICO
ARTHUR VIRGÍLIO NETO	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	DIPLOMATA/ADVOGADO
JEFFERSON PERES	PDT	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO/PROFESSOR
AMAPÁ			
Nome	Partido	Situação	Profissão
GEOVANI BORGES ⁽³⁾	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	CONTADOR
JOSÉ SARNEY	PMDB	REELEITO – ATÉ 2015	EMPRESÁRIO/ADVOGADO/ ESCRITOR/ JORNALISTA / POETA /PROFESSOR
PAPALÉO PAES	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	MÉDICO
BAHIA			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/MÉDICO/JORNALISTA
CÉSAR BORGES	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/ENGENHEIRO CIVIL
JOÃO DURVAL	PDT	NOVO – ATÉ 2015	ODONTÓLOGO
CEARÁ			
Nome	Partido	Situação	Profissão
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	NOVO – ATÉ 2015	SERVIDOR PÚBLICO/ELETROTÉCNICO
PATRÍCIA SABOYA GOMES	PSB	ATUAL – ATÉ 2011	PEDAGOGA
TASSO JEREISSATI	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
DISTRITO FEDERAL			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ADELMIR SANTANA ⁽⁴⁾	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	ATUAL – ATÉ 2011	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO/ENGENHEIRO MECÂNICO
JOAQUIM RORIZ	PMDB	NOVO – ATÉ 2015	PECUARISTA
ESPÍRITO SANTO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
MAGNO MALTA	PL	ATUAL – ATÉ 2011	PASTOR EVANGÉLICO/TEÓLOGO/MÚSICO
MARCOS GUERRA ⁽⁵⁾	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO
RENATO CASAGRANDE	PSB	NOVO – ATÉ 2015	ENGENHEIRO/ADVOGADO
GOIÁS			
Nome	Partido	Situação	Profissão
DEMÓSTENES TORRES	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	PROCURADOR E PROMOTOR DE JUSTIÇA/SERVIDOR PÚBLICO/PROFESSOR
LÚCIA VÂNIA	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	JORNALISTA/PROFESSORA
MARCONI PERILLO	PSDB	NOVO – ATÉ 2015	PECUARISTA
MARANHÃO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
EDISON LOBÃO	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/JORNALISTA/ADVOGADO
EPITÁCIO CAFETEIRA	PTB	NOVO – ATÉ 2015	SERVIDOR PÚBLICO
ROSEANA SARNEY	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIA/SOCIÓLOGA



MINAS GERAIS			
Nome	Partido	Situação	Profissão
EDUARDO AZEREDO	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	ENGENHEIRO MECÂNICO
ELISEU RESENDE	PFL	NOVO – ATÉ 2015	ENGENHEIRO CIVIL
WELLINGTON SALGADO ⁽⁶⁾	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/EDUCADOR
MATO GROSSO DO SUL			
Nome	Partido	Situação	Profissão
DELCÍDIO AMARAL	PT	ATUAL – ATÉ 2011	ENGENHEIRO ELÉTRICO
MARISA SERRANO	PSDB	NOVA – ATÉ 2015	PEDAGOGA
VALTER PEREIRA ⁽⁷⁾	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO
MATO GROSSO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
JAYME CAMPOS	PFL	NOVO – ATÉ 2015	PRODUTOR AGROPECUÁRIO
JONAS PINHEIRO	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	MÉDICO VETERINÁRIO
SERYS SLHESARENKO	PT	ATUAL – ATÉ 2011	PROFESSORA
PARÁ			
Nome	Partido	Situação	Profissão
FLEXA RIBEIRO	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	ENGENHEIRO CIVIL
JOSÉ NERY ⁽⁸⁾	PSOL	ATUAL – ATÉ 2011	PROFESSOR
MÁRIO COUTO	PSDB	NOVO – ATÉ 2015	ENGENHEIRO
PARAÍBA			
Nome	Partido	Situação	Profissão
CÍCERO LUCENA	PSDB	NOVO – ATÉ 2015	EMPRESÁRIO
EFRAIM MORAIS	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	ENGENHEIRO CIVIL/PROFESSOR
JOSÉ MARANHÃO	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/ADVOGADO
PARANÁ			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ÁLVARO DIAS	PSDB	REELEITO – ATÉ 2015	PROFESSOR
FLÁVIO ARNS	PT	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO/PROFESSOR
OSMAR DIAS	PDT	ATUAL – ATÉ 2011	PRODUTOR RURAL/ENGENHEIRO AGRÔNOMO
PERNAMBUCO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	NOVO – ATÉ 2015	ADVOGADO
MARCO MACIEL	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO/PROFESSOR
SÉRGIO GUERRA	PSDB	ATUAL – ATÉ 2011	PECUARISTA/ECONOMISTA/PROFESSOR
PIAUI			
Nome	Partido	Situação	Profissão
HERÁCLITO FORTES	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	SERVIDOR PÚBLICO
JOÃO CLAUDINO	PTB	NOVO – ATÉ 2015	EMPRESÁRIO
MÃO SANTA	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	MÉDICO
RIO DE JANEIRO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
FRANCISCO DORNELLES	PP	NOVO – ATÉ 2015	ADVOGADO
MARCELO CRIVELLA	PRB	ATUAL – ATÉ 2011	BISPO DA IGREJA UNIVERSAL/ENGENHEIRO CIVIL
PAULO DUQUE ⁽⁹⁾	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO/DIPLOMATA
RIO GRANDE DO NORTE			
Nome	Partido	Situação	Profissão
GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	JORNALISTA/ADVOGADO
JOSÉ AGRIPINO MAIA	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	ENGENHEIRO CIVIL
ROSALBA CIARLINI	PFL	NOVA – ATÉ 2015	MÉDICA
RIO GRANDE DO SUL			
Nome	Partido	Situação	Profissão
PAULO PAIM	PT	ATUAL – ATÉ 2011	METALÚRGICO
PEDRO SIMON	PMDB	REELEITO – ATÉ 2015	ADVOGADO/PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	ATUAL – ATÉ 2011	RADIALISTA



RONDÔNIA			
Nome	Partido	Situação	Profissão
EXPEDITO JUNIOR	PPS	NOVO – ATÉ 2015	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
FÁTIMA CLEIDE	PT	ATUAL – ATÉ 2011	PROFESSORA
VALDIR RAUPP	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS/AGRICULTOR
RORAIMA			
Nome	Partido	Situação	Profissão
AUGUSTO BOTELHO	PDT	ATUAL – ATÉ 2011	PECUARISTA/MÉDICO
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	REELEITO – ATÉ 2015	MÉDICO/PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
ROMERO JUCÁ	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ECONOMISTA
SANTA CATARINA			
Nome	Partido	Situação	Profissão
IDELI SALVATTI	PT	ATUAL – ATÉ 2011	PROFESSORA
NEUTO DE CONTO ⁽¹⁰⁾	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/CONTADOR
RAIMUNDO COLOMBO	PFL	NOVO – ATÉ 2015	PECUARISTA
SÃO PAULO			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ALOIZIO MERCADANTE	PT	ATUAL – ATÉ 2011	ECONOMISTA/PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
EDUARDO SUPLICY	PT	REELEITO – ATÉ 2015	ECONOMISTA/PROFESSOR/ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ROMEU TUMA	PFL	ATUAL – ATÉ 2011	DELEGADO DE POLÍCIA
SERGIPE			
Nome	Partido	Situação	Profissão
ALMEIDA LIMA	PMDB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	ATUAL – ATÉ 2011	ADVOGADO/QUÍMICO
MARIA DO CARMO ALVES	PFL	REELEITA – ATÉ 2015	EMPRESÁRIA/ADVOGADA
TOCANTINS			
Nome	Partido	Situação	Profissão
JOÃO RIBEIRO	PL	ATUAL – ATÉ 2011	EMPRESÁRIO/CONTADOR
KÁTIA ABREU	PFL	NOVA – ATÉ 2015	EMPRESÁRIA RURAL/PSICÓLOGA
LEOMAR QUINTANILHA	PCdoB	ATUAL – ATÉ 2011	AGROPECUARISTA/BANCÁRIO

(1) 1º suplente da senadora Marina Silva (PT), ministra do Meio Ambiente

(2) 1º suplente do senador Teotônio Vila Filho (PSDB), eleito governador de Alagoas no 1º turno

(3) 1º suplente do senador Gilvam Borges (PMDB)

(4) 1º suplente do senador Paulo Octávio (PFL), eleito vice-governador do Distrito Federal no 1º turno

(5) 1º suplente do senador Gerson Camata (PMDB), secretário do Desenvolvimento do Espírito Santo

(6) 1º suplente do senador Hélio Costa (PMDB), ministro das Comunicações

(7) 1º suplente do senador Ramez Tebet (PMDB), falecido em 17/11/2006

(8) 1º suplente da senadora Ana Júlia Carepa (PT), eleita governadora do Pará no 2º turno

(9) 2º suplente do senador Sérgio Cabral (PMDB), eleito governador do Rio de Janeiro no 2º turno

(10) 1º suplente do senador Leonel Pavan (PSDB), eleito vice-governador de Santa Catarina



ANEXOS

Deputados eleitos ou reeleitos que atingiram o quociente eleitoral

São poucos os deputados que se elegem com votação própria. Na eleição de 2006, apenas 32 deputados atingiram o chamado quociente eleitoral, o número mínimo de votos necessários para que um partido ou coligação eleja representante para a Câmara. O quociente eleitoral é calculado dividindo-se o número de votos válidos pelo número de vagas ou cadeiras a que tem direito cada Estado na Câmara Federal. A Bahia, onde historicamente há um absenteísmo ou não comparecimento às urnas superior a 20%, foi o Estado com o maior número de parlamentares que atingiram o quociente eleitoral.

ACRE

Votos válidos: 319.297
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 39.913 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

ALAGOAS

Votos válidos: 1.388.854
Número de vagas: 9
Quociente eleitoral: 154.317 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

AMAPÁ

Votos válidos: 285.576
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 35.697 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

AMAZONAS

Votos válidos: 1.392.738
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 174.093 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

BAHIA

Votos válidos: 6.570.872
Número de vagas: 39
Quociente eleitoral: 168.484 votos
ACM Neto (PFL) - 436.966 votos - REELEITO
Fábio Souto (PFL) - 297.061 - NOVO
Geddel Vieira Lima (PMDB) - 287.393 - REELEITO
Walter Pinheiro (PT) - 200.894 - REELEITO
Lídice da Mata (PSB) - 188.927 - NOVA
Nelson Pellegrino (PT) - 171.129 - REELEITO

CEARÁ

Votos válidos: 4.124.307
Número de vagas: 22
Quociente eleitoral: 187.469 votos
Ciro Gomes (PSB) - 667.830 votos - NOVO
Eunício Oliveira (PMDB) - 240.588 - REELEITO

DISTRITO FEDERAL

Votos válidos: 1.316.991
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 164.624 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

ESPÍRITO SANTO

Votos válidos: 1.740.511
Número de vagas: 10
Quociente eleitoral: 174.052 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

GOIÁS

Votos válidos: 2.841.165
Número de vagas: 17
Quociente eleitoral: 167.127 votos
Dona Íris Resende (PMDB) - 201.229 votos - NOVA

MARANHÃO

Votos válidos: 2.878.389
Número de vagas: 18
Quociente eleitoral: 159.910 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

MATO GROSSO

Votos válidos: 1.435.295
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 179.412 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

MATO GROSSO DO SUL

Votos válidos: 1.198.710
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 149.839 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

MINAS GERAIS

Votos válidos: 9.791.604
Número de vagas: 53
Quociente eleitoral: 184.748 votos
Rodrigo de Castro (PSDB) - 294.199 votos - NOVO

PARÁ

Votos válidos: 3.118.452
Número de vagas: 17
Quociente eleitoral: 183.439 votos
Jader Barbalho (PMDB) - 311.526 votos - REELEITO
Wladimir Costa (PMDB) - 216.972 votos - REELEITO

PARAÍBA

Votos válidos: 1.936.742
Número de vagas: 12
Quociente eleitoral: 161.396 votos
Vitalzinho (PMDB) - 168.301 votos - NOVO
Wilson Santiago (PMDB) - 163.661 votos - REELEITO

**PARANÁ**

Votos válidos: 5.348.959
Número de vagas: 30
Quociente eleitoral: 178.299 votos
Gustavo Fruet (PSDB) - 210.674 votos - REELEITO
Ratinho Júnior (PFL) - 205.286 votos - NOVO

PERNAMBUCO

Votos válidos: 4.189.273
Número de vagas: 25
Quociente eleitoral: 167.571 votos
Armando Monteiro Neto (PTB) - 205.212 votos - REELEITO
Inocêncio Oliveira (PL) - 181.126 votos - REELEITO
Ana Arraes (PSB) - 178.467 votos - NOVA

PIAUI

Votos válidos: 1.615.087
Número de vagas: 10
Quociente eleitoral: 161.509 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

RIO DE JANEIRO

Votos válidos: 7.922.044
Número de vagas: 46
Quociente eleitoral: 172.219 votos
Fernando Gabeira (PV) - 293.057 votos - REELEITO
Pudim (PMDB) - 272.457 votos - NOVO
Rodrigo Maia (PFL) - 235.111 votos - REELEITO
Andréia Zito (PSDB) - 190.413 votos - REELEITO
Leonardo Picciani (PMDB) - 173.211 votos - REELEITO

RIO GRANDE DO NORTE

Votos válidos: 1.623.887
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 202.986 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

RIO GRANDE DO SUL

Votos válidos: 5.956.821
Número de vagas: 31
Quociente eleitoral: 192.155 votos
Manuela D'ávila (PCdoB) - 271.939 votos - NOVA

Luís Carlos Heinze (PP) - 205.734 votos - REELEITO
José Otávio Germano (PP) - 195.822 votos - NOVO

RONDÔNIA

Votos válidos: 728.244
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 91.031 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

RORAIMA

Votos válidos: 190.932
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 23.867 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

SÃO PAULO

Votos válidos: 20.756.426
Número de vagas: 70
Quociente eleitoral: 296.519 votos
Paulo Maluf (PP) - 739.727 votos - NOVO
Celso Russomanno (PP) - 573.524 votos - REELEITO
Clodovil Hernandes (PTC) - 493.951 votos - NOVO
Enéas Carneiro (Prona) - 386.905 votos - REELEITO
Emanuel (PSDB) - 328.486 votos - NOVO

SANTA CATARINA

Votos válidos: 3.219.746
Número de vagas: 16
Quociente eleitoral: 201.235 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

SERGIPE

Votos válidos: 1.007.931
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 125.992 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral

TOCANTINS

Votos válidos: 689.967
Número de vagas: 8
Quociente eleitoral: 86.246 votos
Nenhum deputado atingiu o quociente eleitoral



Futura composição da Câmara dos Deputados

Deputados novos e reeleitos – ELEIÇÕES 2006

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
ABELARDO LUPION	PFL/PR	REELEITO
ADÃO PRETTO	PT/RS	REELEITO
ADEMIR CAMILO	PDT/MG	REELEITO
AELTON DE FREITAS	PL/MG	NOVO
AFFONSO CAMARGO	PSDB/PR	REELEITO
AFONSO HAMM	PP/RS	NOVO
ALBANO FRANCO	PSDB/SE	NOVO
ALBERTO FRAGA	PFL/DF	REELEITO
ALBERTO SILVA	PMDB/PI	NOVO
ALCENI GUERRA	PFL/PR	NOVO
ALDO REBELO	PCdoB/SP	REELEITO
ALEX CANZIANI	PTB/PR	REELEITO
ALEXANDRE CARDOSO	PSB/RJ	REELEITO
ALEXANDRE SANTOS	PMDB/RJ	REELEITO
ALEXANDRE SILVEIRA	PPS/MG	NOVO
ALFREDO KAEFER	PSDB/PR	NOVO
ALICE PORTUGAL	PCdoB/BA	REELEITA
ALINE CORRÊA	PP/SP	NOVA
ANAARRAES	PSB/PE	NOVA
ANDRÉ DE PAULA	PFL/PE	REELEITO
ANDRÉ VARGAS	PT/PR	NOVO
ANDREIA ZITO	PSDB/RJ	NOVA
ÂNGELA AMIM	PP/SC	NOVA
ÂNGELA PORTELA	PTC/RR	NOVA
ÂNGELO VANHONI	PT/PR	NOVO
ANÍBAL GOMES	PMDB/CE	REELEITO
ANSELMO	PT/RO	REELEITO
ANTONIA MAGALHÃES CRUZ	PFL/BA	NOVA
ANTONIO ANDRADE	PMDB/MG	NOVO
ANTÔNIO BULHÕES	PMDB/SP	NOVO
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT/MS	REELEITO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL/BA	REELEITO
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB/SP	REELEITO
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB/SP	REELEITO
ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO	PSB/SE	NOVO
ANTÔNIO CRUZ	PP/MS	REELEITO
ANTÔNIO MEDEIROS	PT/PI	NOVO
ANTONIO PALOCCI	PT/SP	NOVO
ANTÔNIO ROBERTO	PV/MG	NOVO
ARACELY DE PAULA	PL/MG	REELEITO
ARIOSTO HOLANDA	PSB/CE	REELEITO
ARLINDO CHINAGLIA	PT/SP	REELEITO
ARMANDO ABÍLIO	PSDB/PB	REELEITO
ARMANDO MONTEIRO	PTB/PE	REELEITO
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB/SP	REELEITO
ARNALDO JARDIM	PPS/SP	NOVO

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
ARNALDO MADEIRA	PSDB/SP	REELEITO
ARNON BEZERRA	PTB/CE	REELEITO
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL/RJ	REELEITO
ASDRUBAL BENTES	PMDB/PA	REELEITO
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT/PR	REELEITO
ÁTILA LINS	PMDB/AM	REELEITO
ÁTILA LIRA	PSDB/PI	REELEITO
AUGUSTO CARVALHO	PPS/DF	NOVO
BARBOSA NETO	PDT/PR	NOVO
BEL MESQUITA	PMDB/PA	NOVA
BENEDITO DE LIRA	PP/AL	REELEITO
BERNARDO ARISTON	PMDB/RJ	REELEITO
BETO ALBUQUERQUE	PSB/RS	REELEITO
BETO MANSUR	PP/SP	NOVO
BETO	PT/PA	NOVO
BILAC PINTO	PL/MG	NOVO
BISPO RODOVALHO	PFL/DF	NOVO
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB/MG	REELEITO
BRIZOLA NETO	PDT/RJ	NOVO
BRUNO ARAÚJO	PSDB/PE	NOVO
BRUNO RODRIGUES	PSDB/PE	NOVO
BUSATO	PTB/RS	NOVO
CAMILO COLA	PMDB/ES	NOVO
CÂNDIDO VACCAREZZA	PT/SP	NOVO
CARLITO MERSS	PT/SC	REELEITO
CARLOS ABICALIL	PT/MT	REELEITO
CARLOS ALBERTO CANUTO	PMDB/AL	NOVO
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB/GO	REELEITO
CARLOS BEZERRA	PMDB/MT	NOVO
CARLOS BRANDÃO	PSDB/MA	NOVO
CARLOS EDUARDO CADUCA	PMDB/PE	REELEITO
CARLOS MELLES	PFL/MG	REELEITO
CARLOS SAMPAIO	PSDB/SP	REELEITO
CARLOS SANTANA	PT/RJ	REELEITO
CARLOS SOUZA	PP/AM	REELEITO
CARLOS WILLIAN	PTC/MG	REELEITO
CARLOS WILSON	PT/PE	NOVO
CARLOS ZARATINI	PT/SP	NOVO
CÁSSIO TANIGUCHI	PFL/PR	NOVO
CELSO MALDANER	PMDB/SC	NOVO
CELSO RUSSOMANNO	PP/SP	REELEITO
CEZAR SILVESTRI	PPS/PR	REELEITO
CHICO ALENCAR	PSOL/RJ	REELEITO
CHICO D'ANGELO	PT/RJ	NOVO
CHICO DA PRINCESA	PL/PR	REELEITO
CHICO LOPES	PCdoB/CE	NOVO



DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
CIDA DIOGO	PT/RJ	NOVA
CIRO GOMES	PSB/CE	NOVO
CIRO NOGUEIRA	PP/PI	REELEITO
CIRO PEDROSA	PV/MG	NOVO
CLÁUDIO CAJADO	PFL/BA	REELEITO
CLEBER VERDE	PAN/MA	NOVO
CLODOVIL HERNANDES	PTC/SP	NOVO
CLÓVIS FECURY	PFL/MA	REELEITO
COLBERT MARTINS	PPS/BA	REELEITO
COVATTI	PP/RS	NOVO
CRISTIANO MATHEUS	PFL/AL	NOVO
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB/MG	REELEITO
DACÍSIO PERONDI	PMDB/RS	REELEITO
DADO	PDT/SP	NOVO
DAGOBERTO NOGUEIRA	PDT/MS	NOVO
DALVA FIGUEIREDO	PT/AP	NOVA
DANIEL ALMEIDA	PCdoB/BA	REELEITO
DAVI ALCOLUMBRE	PFL/AP	REELEITO
DAVI ALVES SILVA	PDT/MA	NOVO
DÉCIO LIMA	PT/SC	NOVO
DELEY	PSC/RJ	REELEITO
DEVANIR RIBEIRO	PT/SP	REELEITO
DILCEU SPERAFICO	PP/PR	REELEITO
DIMAS RAMALHO	PPS/SP	REELEITO
DJALMA BERGER	PSDB/SC	NOVO
DOMINGOS DUTRA	PT/MA	NOVO
DONA IRIS REZENDE	PMDB/GO	NOVA
DR. ADILSON SOARES	PL/RJ	NOVO
DR. DAMIÃO	PL/PB	NOVO
DR. MAURO NAZIF	PSB/RO	NOVO
DR. NECHAR	PV/SP	NOVO
DR. PINOTTI	PFL/SP	REELEITO
DR. RIBAMAR ALVES	PSB/MA	REELEITO
DR. ROSINHA	PT/PR	REELEITO
DR. TALMIR	PV/SP	NOVO
DR. UBIALI	PSB/SP	NOVO
DUARTE NOGUEIRA	PSDB/SP	NOVO
EDGAR MOURY FERNANDES	PMDB/PE	NOVO
EDINHO BEZ	PMDB/SC	REELEITO
EDINHO MONTEMOR	PSB/SP	REELEITO
ÉDIO LOPES	PMDB/RR	NOVO
EDMAR MOREIRA	PFL/MG	REELEITO
EDMILSON VALENTIM	PCdoB/RJ	NOVO
EDSON APARECIDO	PSDB/SP	NOVO
EDSON DUARTE	PV/BA	REELEITO
EDSON SANTOS	PT/RJ	NOVO
EDUARDO AMORIM	PSC/SE	NOVO
EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG	REELEITO
EDUARDO CUNHA	PMDB/RJ	REELEITO
EDUARDO DA FONTE	PP/PE	NOVO
EDUARDO GOMES	PSDB/TO	REELEITO
EDUARDO SCIARRA	PFL/PR	REELEITO

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
EDUARDO VALVERDE	PT/RO	REELEITO
EFRAIN FILHO	PFL/PB	NOVO
ELCIONE BARBALHO	PMDB/PA	NOVA
ELIENE (LN) LIMA	PP/MT	NOVO
ELISEU PADILHA	PMDB/RS	REELEITO
ELISMAR PRADO	PT/MG	NOVO
EMANUEL FERNANDES	PSDB/SP	NOVO
ENÉAS	PRONA/SP	REELEITO
ENNIO BACCI	PDT/RS	REELEITO
ERNANDES AMORIM	PTB/RO	NOVO
EUDES XAVIER	PT/CE	NOVO
EUGÊNIO RABELO	PP/CE	NOVO
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB/CE	REELEITO
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB/AP	REELEITO
EZEQUIEL	PMDB/RJ	REELEITO
FABINHO LIDERANÇA	PV/MG	NOVO
FÁBIO FARIA	PMN/RN	NOVO
FÁBIO SOUTO	PFL/BA	REELEITO
FÁTIMA BEZERRA	PT/RN	REELEITA
FÁTIMA PELAES	PMDB/AP	NOVA
FELIPE BORNIER	PHS/RJ	NOVO
FELIPE MAIA	PFL/RN	NOVO
FÉLIX MENDONÇA	PFL/BA	REELEITO
FERNANDO BEZERRA COELHO FILHO	PSB/PE	NOVO
FERNANDO CORUJA	PPS/SC	REELEITO
FERNANDO DE FABINHO	PFL/BA	REELEITO
FERNANDO DINIZ	PMDB/MG	REELEITO
FERNANDO FERRO	PT/PE	REELEITO
FERNANDO FUAD CHUCRE	PSDB/SP	NOVO
FERNANDO GABEIRA	PV/RJ	REELEITO
FERNANDO LOPES	PMDB/RJ	REELEITO
FERNANDO MELO	PT/AC	NOVO
FILIFE RIO DE CARA NOVA	PSC/RJ	NOVO
FLAVIANO MELO	PMDB/AC	NOVO
FLÁVIO BEZERRA	PMDB/CE	NOVO
FLÁVIO DINO	PCdoB/MA	NOVO
FRANCISCO PRACIANO	PT/AM	NOVO
FRANCISCO RODRIGUES	PFL/RR	REELEITO
FRANCISCO ROSSI	PMDB/SP	NOVO
FRANCISCO TENÓRIO	PMN/AL	NOVO
FRANK AGUIAR	PTB/SP	NOVO
GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	REELEITO
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB/BA	REELEITO
GEORGE HILTON	PP/MG	NOVO
GERALDO MAGELA	PT/DF	NOVO
GERALDO PUDIM	PMDB/RJ	NOVO
GERALDO RESENDE	PPS/MS	REELEITO
GERALDO SIMÕES	PT/BA	NOVO
GERALDO THADEU	PPS/MG	REELEITO
GERMANO BONOW	PFL/RS	NOVO
GERÔNIMO DA ADEFAL	PFL/AL	NOVO
GERSON PERES	PP/PA	NOVO



DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
GERVÁSIO SILVA	PFL/SC	REELEITO
GIACOCO	PL/PR	REELEITO
GILMAR MACHADO	PT/MG	REELEITO
GIOVANNI QUEIROZ	PDT/PA	NOVO
GIVALDO CARIMBÃO	PSB/AL	REELEITO
GLADSON CAMELI	PP/AC	NOVO
GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE	REELEITO
GORETE PEREIRA	PL/CE	REELEITA
GUILHERME CAMPOS	PFL/SP	NOVO
GUILHERME MENEZES	PT/BA	REELEITO
GUSTAVO FRUET	PSDB/PR	REELEITO
HENRIQUE AFONSO	PT/AC	REELEITO
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB/RN	REELEITO
HENRIQUE FONTANA	PT/RS	REELEITO
HERMES PARCIANELLO	PMDB/PR	REELEITO
HOMERO PEREIRA	PPS/MT	NOVO
HUGO LEAL	PSC/RJ	NOVO
HUMBERTO SOUTO	PPS/MG	NOVO
IBSEN PINHEIRO	PMDB/RS	NOVO
ILDERLEI CORDEIRO	PPS/AC	NOVO
ÍNDIO DA COSTA	PFL/RJ	NOVO
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PL/PE	REELEITO
IRINY LOPES	PT/ES	REELEITA
IVAN VALENTE	PSOL/SP	REELEITO
JACKSON BARRETO	PTB/SE	REELEITO
JADER BARBALHO	PMDB/PA	REELEITO
JAIME MARTINS	PL/MG	REELEITO
JAIR BOLSONARO	PP/RJ	REELEITO
JANETE CAPIBERIBE	PSB/AP	NOVA
JANETE PIETÁ	PT/SP	NOVA
JERÔNIMO REIS	PFL/SE	NOVO
JILMAR TATTO	PT/SP	NOVO
JÔ MORAES	PCdoB/MG	NOVA
JOÃO ALMEIDA	PSDB/BA	REELEITO
JOÃO BITTAR	PFL/MG	NOVO
JOÃO CAMPOS	PSDB/GO	REELEITO
JOÃO CARLOS BACELAR	PL/BA	REELEITO
JOÃO LEÃO	PP/BA	REELEITO
JOÃO MAGALHÃES	PMDB/MG	REELEITO
JOÃO MAIA	PL/RN	NOVO
JOÃO MATOS	PMDB/SC	REELEITO
JOÃO OLIVEIRA	PFL/TO	NOVO
JOÃO PAULO CUNHA	PT/SP	REELEITO
JOÃO PIZZOLATTI	PP/SC	REELEITO
JOAQUIM BELTRÃO	PMDB/AL	NOVO
JOAQUIM DE LIRA MAIA	PFL/PA	NOVO
JOFRAN FREJAT	PTB/DF	NOVO
JORGE BITTAR	PT/RJ	REELEITO
JORGE KHOURY	PFL/BA	REELEITO
JORGE TADEU	PFL/SP	NOVO
JOSÉ AIRTON CIRILO	PT/CE	NOVO
JOSÉ ANÍBAL	PSDB/SP	NOVO

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL/BA	REELEITO
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL/BA	REELEITO
JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL/SE	REELEITO
JOSÉ CHAVES	PTB/PE	REELEITO
JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT/SP	REELEITO
JOSÉ FERNANDO	PV/MG	NOVO
JOSÉ GENOÍNO	PT/SP	NOVO
JOSÉ GUIMARÃES	PT/CE	NOVO
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL/PE	REELEITO
JOSÉ MENTOR	PT/SP	REELEITO
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB/PE	REELEITO
JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP/RS	NOVO
JOSÉ PIMENTEL	PT/CE	REELEITO
JOSÉ ROCHA	PFL/BA	REELEITO
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS	PL/MG	REELEITO
JOVAIR ARANTES	PTB/GO	REELEITO
JULIÃO AMIN	PDT/MA	NOVO
JÚLIO CESAR	PFL/PI	REELEITO
JÚLIO DELGADO	PSB/MG	REELEITO
JÚLIO REDECKER	PSDB/RS	REELEITO
JÚLIO SEMEGHINI	PSDB/SP	REELEITO
JURANDIL JUAREZ	PMDB/AP	NOVO
JURANDYR LOUREIRO	PSC/ES	NOVO
JUSMARY OLIVEIRA	PFL/BA	NOVA
JUTAHY JÚNIOR	PSDB/BA	REELEITO
JUVENIL ALVES	PT/MG	NOVO
LAEL VARELLA	PFL/MG	REELEITO
LAERTE BESSA	PMDB/DF	NOVO
LAUREZ MOREIRA	PFL/TO	NOVO
LÁZARO BOTELHO	PP/TO	NOVO
LEANDRO SAMPAIO	PPS/RJ	NOVO
LEANDRO VILELA	PMDB/GO	REELEITO
LELO COIMBRA	PMDB/ES	NOVO
LÉO ALCÂNTARA	PSDB/CE	REELEITO
LÉO VIVAS	PRB/RJ	NOVO
LEONARDO MONTEIRO	PT/MG	REELEITO
LEONARDO PICCIANI	PMDB/RJ	REELEITO
LEONARDO QUINTÃO	PMDB/MG	NOVO
LEONARDO VILELA	PSDB/GO	REELEITO
LÍDICE DA MATA	PSB/BA	NOVA
LINCOLN PORTELA	PL/MG	REELEITO
LINDOMAR GARÇON	PV/RO	NOVO
LOBBE NETO	PSDB/SP	REELEITO
LUCENIRA PIMENTEL	PPS/AP	NOVA
LUCIANA GENRO	PSOL/RS	REELEITA
LUCIANO CASTRO	PL/RR	REELEITO
LÚCIO VALE	PMDB/PA	NOVO
LUIS CARLOS HEINZE	PP/RS	REELEITO
LUIZ ALBERTO	PT/BA	REELEITO
LUIZ BASSUMA	PT/BA	REELEITO
LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO	REELEITO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB/PR	REELEITO



DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
LUIZ CARLOS SETIM	PFL/PR	NOVO
LUIZ CARREIRA	PFL/BA	REELEITO
LUIZ COUTO	PT/PB	REELEITO
LUIZ FERNANDO	PP/MG	NOVO
LUIZ PAULO VELLOSO LUCAS	PSDB/ES	NOVO
LUIZ SÉRGIO	PT/RJ	REELEITO
LUIZA ERUNDINA	PSB/SP	REELEITA
MANNATO	PDT/ES	REELEITO
MANOEL JÚNIOR	PSB/PB	NOVO
MANOEL SALVIANO	PSDB/CE	REELEITO
MANUELA DÁVILA	PCdoB/RS	NOVA
MARCELO CASTRO	PMDB/PI	REELEITO
MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL/BA	REELEITO
MARCELO ITAGIBA	PMDB/RJ	NOVO
MARCELO MELLO	PMDB/GO	NOVO
MARCELO ORTIZ	PV/SP	REELEITO
MARCELO SERAFIM	PSB/AM	NOVO
MARCELO TEIXEIRA	PSDB/CE	REELEITO
MÁRCIO FRANÇA	PSB/SP	NOVO
MÁRCIO JUNQUEIRA	PFL/RR	NOVO
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP/MG	REELEITO
MARCO MAIA	PT/RS	REELEITO
MARCONDES GADELHA	PSB/PB	REELEITO
MARCOS ANTÔNIO	PSC/PE	NOVO
MARCOS MEDRADO	PDT/BA	NOVO
MARCOS MONTES	PFL/MG	NOVO
MARIA DO CARMO LARA	PT/MG	REELEITA
MARIA DO ROSÁRIO	PT/RS	REELEITA
MARIA HELENA	PSB/RR	REELEITA
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB/MG	NOVA
MARINA MAGESSI	PPS/RJ	NOVA
MARINHA RAUPP	PMDB/RO	REELEITA
MÁRIO DE OLIVEIRA	PSC/MG	NOVO
MÁRIO HERINGER	PDT/MG	REELEITO
MÁRIO NEGROMONTE	PP/BA	REELEITO
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT/AL	REELEITO
MAURÍCIO RANDS	PT/PE	REELEITO
MAURÍCIO TRINDADE	PL/BA	NOVO
MAURO BENEVIDES	PMDB/CE	REELEITO
MAURO LOPES	PMDB/MG	REELEITO
MAURO MARIANI	PMDB/SC	NOVO
MAX ROSENMANN	PMDB/PR	REELEITO
MENDES RIBEIRO	PMDB/RS	REELEITO
MENDONÇA PRADO	PFL/SE	REELEITO
MICHEL TEMER	PMDB/SP	REELEITO
MIGUEL CORREA JÚNIOR	PT/MG	NOVO
MIGUEL MARTINI	PHS/MG	NOVO
MILTON MONTI	PL/SP	REELEITO
MIRO TEIXEIRA	PDT/RJ	REELEITO
MOACIR MICHELETTO	PMDB/PR	REELEITO
MOISÉS AVELINO	PMDB/TO	NOVO
MOREIRA MENDES	PPS/RO	NOVO

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
MUSSA DEMES	PFL/PI	REELEITO
NÁRCIO RODRIGUES	PSDB/MG	REELEITO
NATAN DONADON	PMDB/RO	REELEITO
NAZARENO FONTELES	PT/PI	REELEITO
NEILTON MULIM	PPS/RJ	NOVO
NÉLIO DIAS	PP/RN	REELEITO
NELSON BORNIER	PMDB/RJ	REELEITO
NELSON GOETTEN	PFL/SC	NOVO
NELSON MARQUEZELLI	PTB/SP	REELEITO
NELSON MEURER	PP/PR	REELEITO
NELSON PELLEGRINO	PT/BA	REELEITO
NELSON PROENÇA	PPS/RS	REELEITO
NELSON TRAD	PMDB/MS	REELEITO
NEUCIMAR FRAGA	PL/ES	REELEITO
NEUDO CAMPOS	PP/RR	NOVO
NICE LOBÃO	PFL/MA	REELEITA
NILMAR RUIZ	PFL/TO	NOVO
NILSON MOURÃO	PT/AC	REELEITO
NILSON PINTO	PSDB/PA	REELEITO
ODAIR CUNHA	PT/MG	REELEITO
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB/PR	REELEITO
OLAVO CALHEIROS	PMDB/AL	REELEITO
ONYX LORENZONI	PFL/RS	REELEITO
OSMAR JÚNIOR	PCdoB/PI	NOVO
OSMAR SERRÁGLIO	PMDB/PR	REELEITO
OSMAR TERRA	PMDB/RS	REELEITO
OSVALDO REIS	PMDB/TO	REELEITO
OTÁVIO LEITE	PSDB/RJ	NOVO
PADRE ZÉ LINHARES	PP/CE	REELEITO
PAES LANDIM	PTB/PI	REELEITO
PASTOR MANOEL FERREIRA	PTB/RJ	NOVO
PAULINHO DA FORÇA	PDT/SP	NOVO
PAULO ABI-ACKEL	PSDB/MG	NOVO
PAULO BORNHAUSEN	PFL/SC	NOVO
PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB/CE	NOVO
PAULO MAGALHÃES	PFL/BA	REELEITO
PAULO MALUF	PP/SP	NOVO
PAULO PIAU	PPS/MG	NOVO
PAULO PIMENTA	PT/RS	REELEITO
PAULO RENATO	PSDB/SP	NOVO
PAULO ROBERTO	PTB/RS	NOVO
PAULO ROCHA	PT/PA	NOVO
PAULO RUBEM SANTIAGO	PT/PE	REELEITO
PAULO TEIXEIRA	PT/SP	NOVO
PEDRO CHAVES	PMDB/GO	REELEITO
PEDRO EUGÊNIO	PT/PE	NOVO
PEDRO FERNANDES	PTB/MA	REELEITO
PEDRO HENRY	PP/MT	REELEITO
PEDRO NOVAIS	PMDB/MA	REELEITO
PEDRO WILSON	PT/GO	NOVO
PEPE VARGAS	PT/RS	NOVO
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB/AC	REELEITA



DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
PINTO DA ITAMARATI	PSDB/MA	NOVO
POMPEO DE MATTOS	PDT/RS	REELEITO
PROF. IRAN BARBOSA	PT/SE	NOVO
PROFESSOR RUY PAULETTI	PSDB/RS	NOVO
PROFESSOR SÉTIMO WAQUIM	PMDB/MA	NOVO
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB/GO	REELEITA
RAFAEL GUERRA	PSDB/MG	REELEITO
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB/CE	REELEITO
RATINHO JÚNIOR	PPS/PR	NOVO
RAUL HENRY JÚNIOR	PMDB/PE	NOVO
RAUL JUNGMANN	PPS/PE	REELEITO
REBECA GARCIA	PP/AM	NOVA
REGINALDO LOPES	PT/MG	REELEITO
REGIS DE OLIVEIRA	PSC/SP	NOVO
REINALDO NOGUEIRA	PDT/SP	NOVO
REINHOLD STEPHANES	PMDB/PR	REELEITO
RENATO AMARY	PSDB/SP	NOVO
RENATO COZZOLINO	PDT/RJ	REELEITO
RENATO MOLLING	PP/RS	NOVO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB/PE	REELEITO
RICARDO BARROS	PP/PR	REELEITO
RICARDO BERZOINI	PT/SP	REELEITO
RICARDO IZAR	PTB/SP	REELEITO
RICARDO TRIPOLI	PSDB/SP	NOVO
RITA CAMATA	PMDB/ES	NOVA
ROBERTO BALESTRA	PP/GO	REELEITO
ROBERTO BRITTO	PP/BA	NOVO
ROBERTO MAGALHÃES	PFL/PE	REELEITO
ROBERTO ROCHA	PSDB/MA	NOVO
ROBERTO SANTIAGO	PV/SP	NOVO
RODRIGO DE CASTRO	PSDB/MG	NOVO
RODRIGO MAIA	PFL/RJ	REELEITO
RODRIGO ROCHA LOURES	PMDB/PR	NOVO
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB/DF	NOVO
ROGÉRIO LISBOA	PFL/RJ	NOVO
ROGÉRIO MARINHO	PSB/RN	NOVO
RÔMULO GOUVEIA	PSDB/PB	NOVO
RONALDO CAIADO	PFL/GO	REELEITO
RONALDO CUNHA LIMA	PSDB/PB	REELEITO
ROSE DE FREITAS	PMDB/ES	REELEITA
RUBENS OTONI	PT/GO	REELEITO
SABINO CASTELO BRANCO	PFL/AM	NOVO
SANDES JÚNIOR	PP/GO	REELEITO
SANDRA ROSADO	PSB/RN	REELEITA
SANDRO MABEL	PL/GO	REELEITO
SANDRO MATOS	PTB/RJ	REELEITO
SARAIVA FELIPE	PMDB/MG	REELEITO
SARNEY FILHO	PV/MA	REELEITO
SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA	PDT/AP	NOVO
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB/MA	REELEITO
SÉRGIO BRITO	PDT/BA	NOVO
SÉRGIO CARNEIRO	PT/BA	NOVO
SÉRGIO MORAES	PTB/RS	NOVO
SÉRGIO OLIVEIRA CUNHA	PMN/AC	NOVO

DEPUTADO (A)	PARTIDO	SITUAÇÃO
SEVERIANO ALVES	PDT/BA	REELEITO
SILAS CÂMARA	PTB/AM	REELEITO
SILVINHO PECCIOLI	PFL/SP	NOVO
SILVIO LOPES	PSDB/RJ	NOVO
SILVIO TORRES	PSDB/SP	NOVO
SIMÃO SESSIM	PP/RJ	REELEITO
SOLANGE ALMEIDA	PMDB/RJ	NOVA
SOLANGE AMARAL	PFL/RJ	NOVA
SUELI VIDIGAL	PDT/ES	NOVA
SUELY	PRONA/RJ	NOVA
TADEU FILIPPELLI	PMDB/DF	REELEITO
TAKAYAMA	PMDB/PR	REELEITO
TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT/RS	REELEITO
TATICO	PTB/GO	REELEITO
THELMA DE OLIVEIRA	PSDB/MT	REELEITA
TOFFANO	PV/SP	NOVO
URZENI	PSDB/RR	NOVO
VADÃO GOMES	PP/SP	REELEITO
VADINHO GONÇALVES	PSDB/PA	NOVO
VALDEMAR COSTA NETO	PL/SP	NOVO
VALDIR COLATTO	PMDB/SC	NOVO
VALTENIR PEREIRA	PSB/MT	NOVO
VANDER LOUBET	PT/MS	REELEITO
VANDERLEY MACRIS	PSDB/SP	NOVO
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB/AM	REELEITA
VELOSO	PPS/BA	NOVO
VIC PIRES FRANCO	PFL/PA	REELEITO
VICENTE ALVES	PSDB/TO	NOVO
VICENTE ARRUDA	PSDB/CE	REELEITO
VICENTINHO	PT/SP	REELEITO
VIEIRA DA CUNHA	PDT/RS	NOVO
VIGNATTI	PT/SC	REELEITO
VINICIUS CARVALHO	PTdoB/RJ	NOVO
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT/MG	REELEITO
VITAL DO REGO FILHO	PMDB/PB	NOVO
VITOR PENIDO	PFL/MG	NOVO
WALDEMIR MOKA	PMDB/MS	REELEITO
WALDIR MARANHÃO	PSB/MA	NOVO
WALDIR NEVES	PSDB/MS	NOVO
WALTER FELDMAN	PSDB/SP	REELEITO
WALTER IHOSHI	PFL/SP	NOVO
WALTER PINHEIRO	PT/BA	REELEITO
WELLINGTON FAGUNDES	PL/MT	REELEITO
WELLINGTON ROBERTO	PL/PB	REELEITO
WILLIAN WOO	PSDB/SP	NOVO
WILSON BRAGA	PMDB/PB	NOVO
WILSON SANTIAGO	PMDB/PB	REELEITO
WLADIMIR COSTA	PMDB/PA	REELEITO
WOLNEY QUEIROZ	PDT/PE	NOVO
ZÉ GERALDO	PT/PA	REELEITO
ZÉ GERARDO	PMDB/CE	REELEITO
ZENALDO COUTINHO	PSDB/PA	REELEITO
ZEQUINHA MARINHO	PSC/PA	REELEIÇÃO
ZEZÉU RIBEIRO	PT/BA	REELEITO
ZONTA	PP/SC	REELEITO



Futura composição do Senado Federal

SENADORES NOVOS E REELEITOS – ELEIÇÕES 2006

SENADOR (A)	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO
ADELMIR SANTANA ⁽¹⁾	PFL/DF	ATUAL – ATÉ 2011
ALFREDO NASCIMENTO	PL/AM	NOVO – ATÉ 2015
ALMEIDA LIMA	PMDB/SE	ATUAL – ATÉ 2011
ALOIZIO MERCADANTE	PT/SP	ATUAL – ATÉ 2011
ÁLVARO DIAS	PSDB/PR	REELEITO – ATÉ 2015
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	PFL/BA	ATUAL – ATÉ 2011
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB/SE	ATUAL – ATÉ 2011
ARTHUR VIRGÍLIO NETO	PSDB/AM	ATUAL – ATÉ 2011
AUGUSTO BOTELHO	PDT/RR	ATUAL – ATÉ 2011
CÉSAR BORGES	PFL/BA	ATUAL – ATÉ 2011
CÍCERO LUCENA	PSDB/PB	NOVO – ATÉ 2015
CRISTOVAM BUARQUE	PDT/DF	ATUAL – ATÉ 2011
DELCÍDIO AMARAL	PT/MS	ATUAL – ATÉ 2011
DEMÓSTENES TORRES	PFL/GO	ATUAL – ATÉ 2011
EDISON LOBÃO	PFL/MA	ATUAL – ATÉ 2011
EDUARDO AZEREDO	PSDB/MG	ATUAL – ATÉ 2011
EDUARDO SUPLICY	PT/SP	REELEITO – ATÉ 2015
EFRAIM MORAIS	PFL/PB	ATUAL – ATÉ 2011
ELISEU RESENDE	PFL/MG	NOVO – ATÉ 2015
EPITÁCIO CAFETEIRA	PTB/MA	NOVO – ATÉ 2015
EXPEDITO JUNIOR	PPS/RO	NOVO – ATÉ 2015
FÁTIMA CLEIDE	PT/RO	ATUAL – ATÉ 2011
FERNANDO COLLOR DE MELLO	PRTB/AL	NOVO – ATÉ 2015
FLÁVIO ARNS	PT/PR	ATUAL – ATÉ 2011
FLEXA RIBEIRO	PSDB/PA	ATUAL – ATÉ 2011
FRANCISCO DORNELLES	PP/RJ	NOVO – ATÉ 2015
GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB/RN	ATUAL – ATÉ 2011
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	PMDB/AC	ATUAL – ATÉ 2011
GEOVANI BORGES ⁽²⁾	PMDB/AP	ATUAL – ATÉ 2011
HERÁCLITO FORTES	PFL/PI	ATUAL – ATÉ 2011
IDELI SALVATTI	PT/SC	ATUAL – ATÉ 2011
INÁCIO ARRUDA	PCdoB/CE	NOVO – ATÉ 2015
JARBAS VASCONCELOS	PMDB/PE	NOVO – ATÉ 2015
JAYME CAMPOS	PFL/MT	NOVO – ATÉ 2015
JEFFERSON PERES	PDT/AM	ATUAL – ATÉ 2011
JOÃO CLAUDINO	PTB/PI	NOVO – ATÉ 2015
JOÃO DURVAL	PDT/BA	NOVO – ATÉ 2015
JOÃO RIBEIRO	PL/TO	ATUAL – ATÉ 2011
JOÃO TENÓRIO ⁽³⁾	PSDB/AL	ATUAL – ATÉ 2011
JOAQUIM RORIZ	PMDB/DF	NOVO – ATÉ 2015
JONAS PINHEIRO	PFL/MT	ATUAL – ATÉ 2011
JOSÉ AGRIPINO MAIA	PFL/RN	ATUAL – ATÉ 2011
JOSÉ MARANHÃO	PMDB/PB	ATUAL – ATÉ 2011
JOSÉ NERY ⁽⁴⁾	PSOL/PA	ATUAL – ATÉ 2011



SENADOR (A)	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO
JOSÉ SARNEY	PMDB/AP	REELEITO – ATÉ 2015
KÁTIA ABREU	PFL/TO	NOVA – ATÉ 2015
LEOMAR QUINTANILHA	PCdoB/TO	ATUAL – ATÉ 2011
LÚCIA VÂNIA	PSDB/GO	ATUAL – ATÉ 2011
MAGNO MALTA	PL/ES	ATUAL – ATÉ 2011
MÃO SANTA	PMDB/PI	ATUAL – ATÉ 2011
MARCELO CRIVELLA	PRB/RJ	ATUAL – ATÉ 2011
MARCO MACIEL	PFL/PE	ATUAL – ATÉ 2011
MARCONI PERILLO	PSDB/GO	NOVO – ATÉ 2015
MARCOS GUERRA ⁽⁵⁾	PSDB/ES	ATUAL – ATÉ 2011
MARIA DO CARMO ALVES	PFL/SE	REELEITA – ATÉ 2015
MÁRIO COUTO	PSDB/PA	NOVO – ATÉ 2015
MARISA SERRANO	PSDB/MS	NOVA – ATÉ 2015
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB/RR	REELEITO – ATÉ 2015
NEUTO DE CONTO ⁽⁶⁾	PMDB/SC	ATUAL – ATÉ 2011
OSMAR DIAS	PDT/PR	ATUAL – ATÉ 2011
PAPALÉO PAES	PSDB/AP	ATUAL – ATÉ 2011
PATRÍCIA SABOYA GOMES	PSB/CE	ATUAL – ATÉ 2011
PAULO DUQUE ⁽⁷⁾	PMDB/RJ	ATUAL – ATÉ 2011
PAULO PAIM	PT/RS	ATUAL – ATÉ 2011
PEDRO SIMON	PMDB/RS	REELEITO – ATÉ 2015
RAIMUNDO COLOMBO	PFL/SC	NOVO – ATÉ 2015
RENAN CALHEIROS	PMDB/AL	ATUAL – ATÉ 2011
RENATO CASAGRANDE	PSB/ES	NOVO – ATÉ 2015
ROMERO JUCÁ	PMDB/RR	ATUAL – ATÉ 2011
ROMEU TUMA	PFL/SP	ATUAL – ATÉ 2011
ROSALBA CIARLINI	PFL/RN	NOVA – ATÉ 2015
ROSEANA SARNEY	PFL/MA	ATUAL – ATÉ 2011
SÉRGIO GUERRA	PSDB/PE	ATUAL – ATÉ 2011
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB/RS	ATUAL – ATÉ 2011
SERYS SLHESSARENKO	PT/MT	ATUAL – ATÉ 2011
SIBÁ MACHADO ⁽⁸⁾	PT/AC	ATUAL – ATÉ 2011
TASSO JEREISSATI	PSDB/CE	ATUAL – ATÉ 2011
TIÃO VIANA	PT/AC	REELEITO – ATÉ 2015
VALDIR RAUPP	PMDB/RO	ATUAL – ATÉ 2011
VALTER PEREIRA ⁽⁹⁾	PMDB/MS	ATUAL – ATÉ 2011
WELLINGTON SALGADO ⁽¹⁰⁾	PMDB/MG	ATUAL – ATÉ 2011

(1) 1º suplente do senador Paulo Octávio (PFL), eleito vice-governador do Distrito Federal no 1º turno

(2) 1º suplente do senador Gilvam Borges (PMDB)

(3) 1º suplente do senador Teotônio Vila Filho (PSDB), eleito governador de Alagoas no 1º turno

(4) 1º suplente da senadora Ana Júlia Carepa (PT), eleita governador do Pará no 2º turno

(5) 1º suplente do senador Gerson Camata (PMDB), secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo

(6) 1º suplente do senador Leonel Pavan (PSDB), eleito vice-governador de Santa Catarina

(7) 2º suplente do senador Sérgio Cabral (PMDB), eleito governador do Rio de Janeiro no 2º turno

(8) 1º suplente da senadora Marina Silva (PT), ministra do Meio Ambiente

(9) 1º suplente do senador Ramez Tebet (PMDB), falecido em 17/11/2006

(10) 1º suplente do senador Hélio Costa (PMDB), ministro das Comunicações

